

MAIÊUTICA
GEOGRAFIA



CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI
Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito
89084-405 - INDAIAL/SC
www.uniasselvi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

Geografia

UNIASSELVI 2021

Presidente do Grupo UNIASSELVI

Prof. Pedro Jorge Guterres Quintans Graça

Reitor da UNIASSELVI

Prof. Hermínio Kloch

Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial

Prof. Antônio Roberto Rodrigues Abatepaulo

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância

Prof.^a Francieli Stano Torres

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância

Prof. Érico Coelho Ribeiro

Diretor de Educação Continuada

Prof. Carlos Fabiano Fistarol

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica

Claudia Sueli Weiss

Estela Maris Bogo Lorenzi

Jackeline Maria Beber Possamai

Luana Ewald

Luciana Fiamoncini

Editoração e Diagramação

Daiane Victória Maass

Capa

Cleo Schirmann

Revisão Final

Harry Wiese

Marcio Kisner

Publicação *On-line*

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

SUMÁRIO

O PAPEL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA CONJUNTURA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA VIDA DO ALUNO: DA MASSIFICAÇÃO À INDIVIDUALIZAÇÃO.....	5
The role of the geography teacher in the context of digital information and communication technologies: from massification to individualizationculture	5
Claudomiro Almeida Santos	5
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA	15
Environmental Education in Geography Classes	15
Cleiton Heinrich de Souza	15
A GEOGRAFIA NA BUSCA DA CIDADANIA.....	23
Geography in the search of citizenship	23
Mário Guilherme Campos da Silva.....	23
O DESENVOLVIMENTO URBANO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	29
Urban development and its environmental impacts.....	29
Caroline Weber	
Rozeli Benner.....	29
O ESTUDO DA SOCIEDADE PELA GEOGRAFIA.....	37
The study of society by geography	37
Roberto Cordeiro Vieira Filho	
Raphael Teodoro Hubert	37
A IMPORTÂNCIA DA CARTOGRAFIA PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA	43
The importance of Cartography for teaching Geography	43
Roberto Cordeiro Vieira Filho	
Valmir José Effting.....	43
O ENSINO SUPERIOR ATUAL E A DIVERSIDADE EM AMBIENTES ACADÊMICOS.....	53
Current higher education and diversity in academic environments.....	53
Gisele Roberta Calvi Goch	
ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO MONTE CAVALO, NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO (ES).....	65
Analysis of the use and occupation of the soil in the hydrographic sub-basin of the monte cavalo stream, in the Municipality of Conceição do Castelo (ES).....	65
Caio Henrique Ungarato Fiorese	65

CURRÍCULO REAL E CURRÍCULO FORMAL: análise da formação do professor de geografia do Programa PARFOR	79
Real curriculum and formal curriculum: analysis of the training of the geography teacher of the Parfor Program	79
Claudine de Souza Oliveira dos Anjos.....	79

O PAPEL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA CONJUNTURA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA VIDA DO ALUNO: DA MASSIFICAÇÃO À INDIVIDUALIZAÇÃO

The role of the geography teacher in the context of digital information and communication technologies: from massification to individualization culture

Claudomiro Almeida Santos ¹

Resumo: O presente artigo propõe a analisar o papel do professor de geografia na contemporaneidade, a partir da incorporação das tecnologias digitais da informação e comunicação no cotidiano do educando. O texto discute brevemente o fenômeno da bolha de filtros. Tal análise toma como base pesquisas sobre o ensino de geografia e, ao mesmo tempo, permite uma aproximação com a ideia de curadoria como estratégia de superação da “bolha de filtros” individualizada. Durante muito tempo, o professor tinha um status central de detentor do saber. Tal perspectiva era centrada em uma abordagem positivista e acima de tudo bancária. Destarte, na contemporaneidade ocorre uma diminuição desse status de única fonte de saber. Ao mesmo tempo, o cotidiano dos educandos sugere uma perspectiva de mundo “altamente individualizada” – fenômeno que pode limitar o debate crítico. Para tanto, essa transformação sugere avanços e retrocessos das perspectivas do papel do educador – de fonte do saber para um educador-orientador, ou seja, um curador de informações contextualizadas, que provocam saberes para a formação de um educando com autonomia e integralidade.

Palavras-chave: Papel do professor. Ensino de geografia. Bolha de filtros.

Abstract: The present article proposes the analysis of the role of the Geography teacher nowadays, considering the implementation of digital information and communication technologies in students’ context. The paper discusses briefly the filter bubble phenomenon. This analysis is rooted in the researches about Geography teaching and, meanwhile, the present article offers a connection with the curacy idea to overcome the individual filter bubble. Teachers used to have the status of knowledge owner for quite long time. This approach used to be focused on a positivist framework and, above all, banking conception perspective. However, there has been a decrease concerning the status of unique knowledge source. At the same time, students’ atmosphere suggests a “high-individual” world perspective – a phenomenon that may limit the critical discussion. Therefore, this change indicates success and backward movements in the role of educator’s perspective – from knowledge source to tutor-educator, that is, a curator of contextualized that generates knowledge for the student formation with autonomy and integrity.

Keywords: The role of teacher. Geography teaching. Filter bubble.

Introdução

Existe um debate muito intenso com relação à educação de qualidade e, neste sentido, aos rumos que o sistema educacional deve tomar. Todavia, mesmo na contemporaneidade, com tantas informações disponíveis – dos livros às telas dos smartphones – é difícil que o professor saiba, de maneira objetiva, quais estratégias serão mais bem-sucedidas. Assim, pesquisar as transformações no mundo educacional sugere um grande esforço geográfico e sociológico de compreensão da realidade, a fim de fomentar um caminho possível para educadores e educandos.

As práticas pedagógicas na contemporaneidade sugerem que o professor seja uma categoria profissional que está em plena transformação, ou seja, o *status* de professor, que outrora era o “dono” do saber, alterou-se. Há tempos atrás era necessário matricular-se em uma escola,

¹ Professor da Escola Estadual José Maria Hugo Rodrigues e Escola Estadual Dr. Arthur Vasconcellos Dias, Campo Grande, MS, licenciado em Geografia pela UNIASSELVI, licenciado em Sociologia pela Unifil, Mestre em Sociologia pela UFGD e Especialista em Mídias na Educação pela UFMS, miro.santtos@gmail.com.

a fim de obter informações acerca de um determinado campo do saber, pois havia ausência de fontes de informações e pesquisa. Assim, o professor era uma das poucas (por vezes a única) fonte de informação – alguém que detinha o saber. Nos dias atuais, há um aviltamento da correspondência direta entre o professor como fonte (principal) de informação. Os educandos obtêm informações a respeito de muitas coisas em uma rápida pesquisa na internet. Há uma imensidão de fontes de informação. O professor desses tempos continua sendo importante, contudo, o seu *status* e papel se reinventa.

É possível dizer que o educador, sobretudo, tem a sua importância para que a instituição social de educação, tal como a conhecemos, exista: ele é quem dá orientação sobre o que deve ser estudado e quais informações são pertinentes para o avanço do educando em prol de um entendimento crítico do mundo, ou seja, a sua presença não é facultativa – ela é descentralizada, mas fundamental. Em tempos de doses intensas de informações e dados circulando, a criança e o jovem educando se vê diante de uma constelação de assuntos, que pode gerar uma inércia de atenção.

O momento sugere atenção, pois é possível questionar para onde vai a percepção de mundo? Ou, ainda, quem decidirá, na ausência do professor, quais caminhos os jovens devem trilhar, o que devem ler, a que devem assistir, qual elemento cultural devem absorver? A tecnologia digital está em constante ampliação e transformação. Ela consegue chegar a espaços nunca antes imaginados, além de alterar, de modo impactante, desde o cotidiano das pessoas até os ambientes de pesquisa de ponta. O desafio então é refletir e propor práticas que ajudem os alunos com tanta informação, para que não ocorra um colapso de individualização.

Dúvidas pairam quanto à atividade docente e, em especial, da disciplina de Geografia. Nesse sentido, dois questionamentos norteiam o presente artigo: (i) qual é o papel do professor de Geografia na contemporaneidade em tempos de expressivo consumo de informações via internet? (ii) a curadoria de Objetos Digitais Educacionais (ODA) é uma saída possível para romper com a perspectiva de mundo “massificada” para altamente “individualizada”?

Assim, o diálogo presente no texto busca estabelecer uma trajetória possível do status do professor, de “dono do saber” para um agente orientador. Então, a urgência desse debate na contemporaneidade toma forma, sobretudo, em tempo de aumento da educação remota. Este artigo realiza, de maneira breve, devido as suas limitações, esse debate e promove uma interlocução entre os desafios da docência e as transformações do cotidiano dos educandos – o mundo da vida.

Fundamentação teórica

A educação é antes de tudo transformadora. A ideia de formar o aluno implica moldar, ou seja, estabelecer uma finalização. No entanto, a educação se aproxima de uma dimensão de mudanças. Pensar em algo pronto, finalizado e inerte é negar a diversidade ou, então, negar a vida. Dito isso, a mudança parece necessária. Todavia, há ressalvas a serem feitas, caminhos a serem percorridos com uma profunda reflexão dialogando sobre a instituição escolar e o papel dos educadores. O primeiro grande enfrentamento é analisar a conjuntura atual, revisitando brevemente duas formas significativas de entretenimento: a primeira trata da mídia de massa e, a segunda, da internet como o primeiro desafio a ser superado, a fim de criarmos a ponte entre uma educação transformadora e os educandos. Os alunos são os consumidores em potencial das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs). O segundo desafio discorre brevemente sobre o fenômeno “bolha de filtros”. Por fim, analisaremos o papel e a prática dos docentes nos processos educativos, sugerindo uma maior criticidade diante uma diversidade de opiniões (ou a falta dela) na internet.

Durante muito tempo, a mídia de massa esteve presente, ditando regras, valores e até certa dimensão educativa. A mídia como um elemento profundamente presente no cotidiano das pessoas implicou fomentar valores, ideias e uma percepção de mundo. Adorno (2002, p. 6)

percebia esse movimento com bastante preocupação, pois: “O que não se diz é que o ambiente em que a técnica adquire tanto poder sobre a sociedade encarna o próprio poder dos economicamente mais fortes sobre a mesma sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação, é o caráter repressivo da sociedade que se autoaliena”.

Assim, as pessoas tinham poucas fontes de informação. Saber sobre a guerra, sobre a economia política e a sua relação com os preços na prateleira dos mercados ou, ainda, sobre a política mundial, que dizia a respeito do conhecimento que era publicado na mídia: rádio, jornais impressos ou televisão. As fontes de informação eram poucas, a mídia, os livros ou os professores – os dois últimos restritos a uma pequena parte da população.

A educação, segundo Giddens e Sutton (2017, p. 227), é “[...] a transmissão de conhecimento, habilidades e regras de comportamento para que novos membros passem a fazer parte da sociedade”. Então uma das grandes questões que envolvem a educação, como função social, é a transmissão de conhecimentos.

A homogeneização cultural, que é o fato de transmitir um modelo padronizado de entretenimento, contrastava, por vezes, o que era discutido nas universidades. Essa separação entre a mídia, a academia e as salas de aula – ocorria devido ao empenho de professores das disciplinas de História, Geografia, Filosofia (e mais recentemente a Sociologia). E esse distanciamento e discussão de saberes que ocorrem nas escolas e, também, nas universidades são fundamentais para que surja o pensamento crítico.

Durante muito tempo, as informações circularam em veículos impressos e nas mídias. De uma forma geral:

Mídias são mediadores técnicos para a comunicação e a interação humana que oferecem possibilidades e limitações com relação a seu uso, de forma que se, por um lado, usamos nossa liberdade para explorar seus recursos e nossa criatividade para inovar conteúdos, por outro, somos aprisionados a suas limitações técnicas, o que nos obriga a nos adaptarmos a elas (GUIMARÃES NETO *et al.* p. 80, 2012).

Além disso, absorver toda a informação, sem criticidade é um problema nas sociedades, que desde a modernidade se depara com uma informação cada vez mais direcionada às massas. Todavia, uma virada ocorre: o fenômeno se modifica com o advento da web. O século XXI corre o risco de passar de uma mídia de massa, homogeneizante, para uma mídia altamente personalizada, por meio da internet.

Outro debate mostra que, com tanta informação, devido à facilidade de circulação e diminuição do custo de compartilhar uma informação, pode gerar um colapso de atenção. Em tempos de doses intensas de informações e dados circulando, a criança e o jovem educando se vê diante de uma constelação de assuntos que pode gerar uma inércia de atenção, pois:

Somos cada vez mais incapazes de dar conta de tanta informação. Nossa concentração se desvia da mensagem de texto para as principais notícias e daí para o e-mail. A tarefa de examinar essa torrente cada vez mais ampla em busca das partes realmente importantes, ou apenas relevantes, já exige dedicação em tempo integral (PARISER, 2012, p. 13).

Assim, diante de tanta informação, milhares de atualizações de facebook diariamente, milhares de *tweets* e bilhões de e-mails sendo trocados, a ajuda dos filtros pode ser importante. Por exemplo, para assistir a um filme na Netflix, cujo catálogo tem 140 mil vídeos, os filtros do próprio Netflix ajudam o usuário a encontrar o que lhe agrada. “Os defensores da personalização nos oferecem um mundo feito sob medida, adaptado à perfeição para cada um de nós. É um

lugar confortável, povoado por nossas pessoas, coisas e ideias preferidas” (PARISER, 2012, p. 13). Como ressalta o autor, anteriormente citado, a ideia de personalização traça uma perspectiva que atrai as pessoas. O fenômeno aponta a emergência de certa individualidade diante algo diametralmente oposto – a imensidão da web. Não obstante, é como um espelho, que reflete o que as pessoas pensam e sentem. Se por acaso, o usuário de uma rede social nunca procurou por um assunto, por exemplo “geopolítica internacional”, a rede social filtra esse conteúdo e não disponibiliza mais para o usuário. Mais adiante discutiremos esse tema.

Um dos pilares da educação é a reflexão. O debate crítico com os pares, com outros professores, enfim, com pessoas que pensam de modo diferente. Tal debate pode potencializar o contraditório e ampliar a análise do mundo e dos fenômenos que ocorre no espaço de uma região ou território. A partir da reflexão e diálogo com o pensamento do outro é possível estabelecer uma síntese para uma compreensão não alienada do mundo. É na escola que o jovem entra em contato com ideias diversas, discutindo-as com o educador, dialogando com conceitos para um melhor entendimento do mundo, ou seja:

Para ser capaz de interpretar a sociedade contemporânea, a partir do trabalho na escola, é necessário formar o aluno para um pensar interdisciplinar, que busque estabelecer relações entre os elementos que compõem seu ambiente. O mundo hoje é altamente informacional, e a Geografia necessita acompanhar essa lógica, não se contentando em divulgar, mas capacitando para selecionar, interpretar e relacionar informações de modo a compreender as ações que formam o espaço (COSTELLA; SCHAFFER, 2012, p. 46).

Neste sentido, acompanhar e interpretar as informações é um passo importante para compreender os objetos e as ações no espaço social. O que ocorre fora da escola, com os aplicativos informacionais digitais, com as redes sociais, e com a navegação da internet, em geral, é diametralmente o oposto. As pessoas e, por conseguinte, os jovens educandos da *geração z* estão cada vez mais trancados no seu mundo pessoal, nas suas perspectivas individuais. Esse é um dos diferentes desafios que a escola contemporânea possui: dialogar com os jovens para além da bolha do senso comum; e da nova bolha reificada por mecanismos da internet. Portanto:

A transformação da liberdade e da privacidade na Internet é um resultado direto de sua comercialização. A necessidade de assegurar e identificar a comunicação na Internet para ganhar dinheiro com ela, e a necessidade de proteger direitos de propriedade intelectual nela, levaram ao desenvolvimento de novas arquiteturas de software [...] que permite o controle da comunicação por computador (CASTELLS, 2003, p. 175).

A solidariedade humana e, ao mesmo tempo, a cidadania e consciência política não é gerada naturalmente – cabe à ocorrência de socialização dessas categorias. O educando que não aprende cidadania. O território onde ele vive, não o fará de modo automatizado, ou seja:

“Cheguei lá por meu esforço, apenas”, dizem muitos. A convicção do mérito não é só dos mais ricos, está em todos os meios sociais. Muitas pessoas que têm sucesso o atribuem ao mérito próprio ou então a Deus. Porque, desse mundo demasiado terreno da política, visto geralmente como um mundo de gente ruim [...] eu fujo me refugiando no meu solipsismo, na minha individualidade, ou apelando para a transcendência da religião. Já a consciência do contato com o outro, do trabalho em conjunto ou em conjunto com o outro ou os outros, é algo que o Brasil não tem e cuidadosamente evita (RIBEIRO, 2018, p. 103).

Algoritmos agem de modo que as notícias, as pesquisas, a publicidade sejam amplamente direcionadas para os interesses das pessoas. Parece que o solipsismo – uma filosofia que é pautada no indivíduo como única realidade (DICIO, c2020) – defendido pelo autor toma forma e vira realidade na sociedade contemporânea. Segundo Pariser (2012, p. 11), “os algoritmos que orquestram a nossa publicidade estão começando a orquestrar nossa vida”. Assim, as interações ocorrem orientadas pelas afinidades e prazeres do ego. Dito isso, se por meio da indústria cultural a reflexão aprofundada figurava em segundo plano – pois a massificação transformou-se em superficialidade, agora, na era da web confiar em filtros que são produzidos por algoritmos computacionais parece ser demasiadamente prematuro. Há uma grande lacuna sobre quais são os interesses e poderes por trás desses filtros. Preparar os jovens e capacitá-los nesses ambientes são um dos papéis do professor contemporâneo.

A família, com suas limitações, por exemplo, parece não poder mais preencher essa lacuna e, a mídia tradicional, muito menos. Em uma pesquisa norte-americana, cerca de 41% dos defensores do Trump apoiaram o bombardeio de uma cidade fictícia de Alladdin (da Disney). Quando a pesquisa questionou aos eleitores democratas, 19% responderam que apoiariam o bombardeio, ou seja, os eleitores de ambos espectros políticos precisam compreender e estudar mais Geografia. As implicações nesse caso são bastante sérias, pois a ignorância fragiliza a consciência e a tomada de decisão dos cidadãos. Cabe ao ambiente escolar, na figura do professor e da equipe pedagógica, lidar com esse tema, tão caro a conjuntura social e econômica do presente.

Analisar mesmo que brevemente a internet é fundamental. Os jovens, como outras categorias sociais, navegam várias horas por dia. Os norte-americanos com menos de trinta anos, por exemplo, tem a rede social Facebook como a principal fonte de notícias. Não há como negar o impacto social que a internet opera na contemporaneidade. Assim, é possível elencar que:

A internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. Ademais, à medida que novas tecnologias de geração e distribuição de energia tornaram possível a fábrica e a grande corporação como os fundamentos organizacionais da sociedade industrial, a Internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede (CASTELLS, 2003, p. 7).

As redes de informação transformaram o modo como as pessoas se comunicam e adquirem informações sobre vários assuntos. As redes alteram o tecido social: mudam desde a dimensão econômica até a social. Todavia, apesar de garantir muitas vantagens, como a comunicação de muitos com muitos, os mecanismos da internet resultaram também em falta de concentração dos indivíduos e falta de privacidade

Com relação à tecnologia por trás dos filtros de internet é possível dizer que o nível de individualização é tão grande que uma simples busca por qualquer assunto no site da Google retorna, desde o ano de 2009, uma busca personalizada para cada indivíduo (PARISER, 2012). Apenas esse mecanismo, se não houvesse tantos outros, revela um futuro preocupante: a tela do computador ou smartphone reflete nossos desejos como um espelho. E nada mais fundamental para a compreensão holística do mundo do que um desencantamento.

Não é possível, como dizem os antropólogos, compreender a cultura do outro a partir de uma perspectiva apenas. Fazê-lo dessa maneira é praticar uma conduta etnocêntrica, para não falar em eurocêntrica. Quando é a tecnologia que faz isso, o desafio é maior. A tecnologia não é neutra, as empresas de tecnologia também não, pois elas têm “sido uma das instituições mais resistentes aos princípios democráticos” (CHOMSKY, 2017, p. 52). As empresas são criadas

por um grupo, se tornam mecanismos que operam a partir de interesses. E, independente se tais interesses são dignos de uma ética humanitária ou o “oposto”, a tecnologia sempre tem uma interface que modifica a percepção de mundo do sujeito. Nesse sentido “[...] quando a tecnologia passa a nos mostrar o mundo, acaba por se colocar entre nós e a realidade, com a lente de uma câmera” (PARISER, 2012, p. 14). Esse fenômeno ocorre sem as pessoas se darem conta das implicações a médio e a longo prazo – é um poder e tanto.

Os filtros têm, de maneira geral, uma dupla função: a primeira é que servem para personalizar a navegação e, a segunda é o fato de traçar um perfil (do indivíduo) para a publicidade – ou a quem possa interessar (PARESIER, 2012). Sem os filtros, a navegação diante do mar de sites, blogs e vídeos poderia resultar em um tipo de colapso. Não obstante, deixar que programas de computadores ditem as escolhas, do que é e não é pertinente, para cada pessoa (a fim de satisfazê-la) implica problemas sociais, filosóficos e éticos. Escolher é limitar o espectro de fenômenos que um sujeito possa estar em contato.

Mais duvidoso será o mecanismo de filtros, caso o fim maior das escolhas algorítmicas seja a publicidade. E, no âmbito educacional, a situação não é diferente. Se cada vez mais jovens alunos se depararem apenas com informações de sua bolha pessoal de interesses, o conhecimento científico (dos componentes pedagógicos) pode ser posto em xeque e desafiado ainda na escola. Esse problema está sendo observado e documentado por vários pesquisadores como exemplo desses movimentos são: Escola sem Partido, Terra Plana, Criacionismo etc. O mais perigoso aqui é uma conduta ofensiva contra os educadores com “um teor fortemente persecutório, repressor e violento” (RAMOS, 2018, p. 76).

Outro fator importante a que a classe de professores deve estar atenta é: a confiança exagerada nos avanços tecnológicos. A sociedade civil tem o desafio de superar as incertezas das possibilidades da ciência e da técnica, pois, como afirma Porto-Gonçalves (2012, p. 47), “os avanços tecnológicos mais importantes se fazem agora dentro de empresas dos países mais avançados, no mais absoluto segredo”. Assim, a sociedade civil e, por extensão os próprios educandos, podem (e devem) ser auxiliados; em suas escolhas, pela escola e pelas reflexões que ocorrem no ambiente educacional.

Dito isso, parece ser pertinente uma aproximação interdisciplinar entre os diferentes componentes pedagógicos objetivando a superação da perspectiva única e filtrada individualmente. A Geografia pode, com auxílio de outros professores, promover um diálogo com as Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Linguagens. A matemática pode ser uma grande aliada em projetos pedagógicos interdisciplinares, realizando uma análise e interpretação de mapas, junto à Cartografia, bem como a extensão territorial da superfície.

A interdisciplinaridade sugere um acompanhamento de vários educadores, com suas especialidades, porém, orientados a uma construção do conhecimento integral. Para tanto, os professores estão no limiar de uma fase de transformação de si próprios, do papel tradicional de “dono do saber” para um papel de tutoria, mediação e curadoria de temas, teorias e conceitos de sua área, interagindo de modo transdisciplinar.

Durante muito tempo, o ensino de Geografia foi marcado por decorar, de maneira descritiva, o mapa político e algumas informações do território – mundial ou nacional. No entanto, a abordagem do educador em Geografia problematiza tais práticas. Assim:

esses pontos contextualizam a necessidade de procurarmos cada vez mais, práticas escolares que possam sobrepujar essa realidade e modificar, significativamente, o ensino de Geografia. Acreditamos que a formação escolar dos indivíduos precisa estar embasada na transmissão de saberes que contribua para a construção de uma reflexão crítica e, principalmente, transformadora (RICHTER, p. 98).

Importante selecionar o que pode ser potencializador do aprendizado. Em outras palavras, o professor tem um papel de selecionar o que julga pertinente, para o desenvolvimento educacional do aluno. Diante de tantas mídias, de tanta informação circulando, é difícil imaginar que sozinho um aluno tenha capacidade de filtrar temas e informações pertinentes, éticas e, com um grau de adequação e aprofundamento para a sua idade e nível de aprendizagem.

Para além das visões simplistas, o professor tem várias funções no âmbito escolar. Funções que superam a tradicional aula expositiva e aplicações de provas. O educador do século XXI realiza uma enorme gama de práticas que se inter-relacionam com aspectos cognitivos, interpessoais, intrapessoais, bem como diversas habilidades que os alunos devem adquirir. A sistematização do fazer pedagógico, por vezes, mostra mais papéis a serem incorporados pelo professor (a curadoria) é um deles.

Metodologia

O esforço da construção do artigo toma como foco uma aproximação entre (i) o ensino de Geografia, com as seus desafios e particularidades; (ii) o fenômeno da bolha de filtros, presente no universo da internet e, por fim; (iii) uma breve discussão sobre a interdisciplinaridade, com foco na transformação do papel do professor para uma curadoria de objetos educacionais.

O presente estudo se aproxima da abordagem qualitativa. Primeiramente, foi realizado uma escolha da bibliografia sobre os conceitos acerca do tema em estudo. Em seguida, foi realizada uma aproximação com autores que tratam do ensino de geografia. Por fim, discute-se a interdisciplinaridade como estratégia do educador de geografia.

Assim, o presente artigo realiza primeiramente, uma discussão da percepção do indivíduo diante do oceano de informações que internet se coloca. A análise parte da definição do conceito bolha de filtros, a partir das contribuições de Pariser (2012). Em seguida, discute-se, brevemente, o contexto de contribuição da geografia escolar, aproximando-a de uma visão mais crítica dos fenômenos no espaço. Por fim, o roteiro escolhido sugere discutir a interdisciplinaridade, apoiando-se na ideia de curadoria de objetos educacionais, a fim de superar a visão de senso comum que há na sociedade em geral.

Resultados e discussão

O professor da disciplina de Geografia possui um papel importante que supera os muros da escola. A geografia tem potencial de promover uma crítica contundente sobre o mundo, ampliando a percepção de mundo que cerca o estudante. Não obstante, embora não seja a única fazer tal análise sobre o mundo, pois a Filosofia, a História e a Sociologia também o fazem, os temas da Geografia divergem pela ênfase na espacialidade dos fenômenos.

Então a conduta da geografia não é inerte no tempo e espaço – nem automática. Ela ocorre a partir de uma ampla discussão de seu papel na escola. Superando a histórica impressão da geografia como disciplina descritiva para uma importante ciência que dialoga com outras tantas.

O tema da bolha de filtro ocupa uma centralidade no mundo contemporâneo. A divergência está em como é orientado o uso dos algoritmos que filtram conteúdo. A reflexão sugere a dupla função de facilitar a vida do internauta ou, ainda, de promover uma publicidade dirigida. Não obstante, as coisas não são tão simples, pois o comportamento do que seriam apenas mecanismos tecnológicos, no caso dos cookies e algoritmos que filtram perfis e conteúdo, sugerem uma “invasão” profunda no modo como os indivíduos percebem o mundo.

Quando os algoritmos operam realizando decisões sobre qual conteúdo o internauta vai acessar um poder importante é compartilhado (e cedido) para empresas que controlam as redes sociais, as dos buscadores, e aplicativos em geral, ou seja, além de indicar o que vai ser visto, as informações do perfil do usuário são vendidas e passadas para outras empresas. Assim, não se sabe os conflitos

de interesses em jogo. Esse cenário é amplificado negativamente em tempos de educação remota, por exemplo, as que ocorrem diante do período de quarentena (isolamento social), pois os alunos estão em suas residências, estudando por vezes sem auxílio dos pais e dos professores. Situação que os deixam vulneráveis e propícios à aceitação/difusão do não saber – instrumentalizado pelas Fake news compartilhadas via redes sociais. Para uma ampliação da percepção de mundo do aluno o professor deve, com um trabalho interdisciplinar, promover uma aproximação de curadoria que dialogue com os educandos, orientando-os diante dos saberes geográficos e da vida cotidiana.

Considerações finais

Em épocas de mudanças, avançar as reflexões sobre o fazer pedagógico parece ser um caminho possível. É difícil dizer qual será o resultado intrínseco que os filtros da internet promoverão na sociedade. Na conjuntura de mudanças repentinas e adversidades contra o fazer pedagógico, como o movimento “escola sem partido”, discutir criticamente a realidade na escola é desafiar os “achismos”.

O papel de toda a ciência, a geografia objetivamente se inclui nesse grupo, é não ter a pretensão de uma verdade eterna. Para tanto, o professor pode ser um aliado importante para a geração futura, encaminhando o debate e apontando algumas direções possíveis para o trabalho pedagógico, portanto, cabe ao educador procurar sempre investigar, discutir e usar a criticidade no meio escolar a fim de que o aluno possa conquistar a autonomia – tão defendida e difundida na educação remota (em tempos de isolamento social) e, também, na educação presencial.

Referências

- ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CHOMSKY, N. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.
- COSTELLA, R. Z.; SCHAFFER, N. O. **A geografia em projetos curriculares: ler o lugar e compreender o mundo**. Erechim: Edelbra, 2012.
- DICIO. **Dicionário online de português**. c2020. Disponível em: <http://bit.ly/3sw5aX7>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da sociologia**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2017.
- GUIMARÃES NETO, E.; ASSIS, M. A.; GUIMARÃES, J. L. **Educar pela sociologia**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.
- PARISER, E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, C. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

RAMOS, M. N. **Escola sem partido**: a criminalização do trabalho pedagógico. *In*:
KRAWCZYK, N. (org.). **Escola pública**: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas,
SP: FE/Unicamp, 2018. (97-106).

RICHTER, D. **O mapa mental no ensino de geografia**: concepções e propostas para o trabalho docente. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Environmental Education in Geography Classes

Cleiton Heinrich de Souza ¹

Resumo: A educação ambiental é uma das formas mais eficientes para incutir, na mente dos alunos, a ideia de que podemos ser agentes transformadores do meio ambiente no qual estamos inseridos. Notadamente, o ser humano só se envolve em qualquer causa quando se considera parte dela, assim, são poucas as pessoas que se envolvem em ações que não se consideram incluídas. Por isso, cabe, ao professor, nas aulas de Geografia, fomentar e incentivar os alunos a tomarem parte ativa na preservação do meio ambiente. Para isso, é necessário atrelar os conhecimentos teóricos com as vivências práticas, através de análises, estudos de casos próximos, projetos multidisciplinares ou interdisciplinares e se valendo das ideias da sustentabilidade. Dessa forma, a questão ambiental deixa de ser uma ação utópica e passa a ser algo palpável. A consciência ecológica que almejamos na nossa sociedade começa nas mentes em formação dos alunos com os quais nos relacionamos nas aulas. Portanto, não se pode perder a oportunidade de trabalhar com as futuras gerações antes de se tornarem a geração presente.

Palavras-chave: Ecologia. Sustentabilidade. Educação ambiental. Aulas de geografia.

Abstract: Environmental Education is one of the most efficient ways to instill in the students' minds the idea that we can be agents that transform the environment in which we are inserted. Notably, the human being only gets involved in any cause when he considers himself part of it, few people are involved in actions that do not consider themselves included. Therefore, it is up to the teacher in Geography classes to encourage and encourage students to take an active part in preserving the environment. For this, it is necessary to link theoretical knowledge with practical experiences, through analysis, close case studies, multidisciplinary or interdisciplinary projects and drawing on the ideas of sustainability. In this way, the environmental issue is no longer a utopian action and becomes something tangible. The ecological awareness that we crave in our society begins in the educating minds of the students with whom we relate in class. Therefore, one cannot miss the opportunity to work with future generations before becoming the present generation.

Keywords: Ecology. Sustainability. Environmental education. Geography lessons.

Introdução

O objetivo do geógrafo e, logicamente, por extensão, da Geografia, é “observar as transformações realizadas pela sociedade no planeta Terra, além de associá-las com os diversos fenômenos ocorridos na natureza, como os impactos social e físico” (HALAMA; LESSA, 2016, p. 9).

Dessa forma, temos que, além de observar as transformações no planeta, relacioná-las com as suas causas e consequências. Nosso planeta deve ser, para nós, mais do que apenas o objeto de estudo da Geografia, mas deve ser nosso objetivo atuar na sua preservação.

Como aliados nessa árdua tarefa, temos nossos alunos, estudantes das mais variadas idades e níveis sociais. Possuem, em comum, o peso de serem os herdeiros do nosso planeta, mas como saber em quais condições o receberão?

Portanto, no presente Seminário de Prática, pretendemos apresentar as formas como podemos transformar a temática da preservação ambiental em um método sistemático de fomento às práticas sustentáveis.

A educação ambiental aparece como um importante braço da geografia, não sendo necessário abordar de forma separada à disciplina, pois o estudo da geografia fornece todo o pano de fundo necessário para que as aulas de Educação Ambiental (EA) sejam realizadas e, consequentemente, as lições de preservação sejam interiorizadas nos alunos.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC. Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

Portanto, o objetivo deste *paper* é buscar subsídios que apresentem as formas mais efetivas para trabalhar a educação ambiental nas aulas de Geografia, conseguindo, dessa forma, desenvolver, no aluno, o senso de responsabilidade com o meio ambiente, percebendo-se como ator principal nas questões ecológicas, e, também, a vítima da ineficiência de ações mais efetivas. Como agentes formadores de opinião, repousa, sobre os professores, a missão de estabelecerem a ponte entre a teoria e prática. A forma como tudo isso pode ser desenvolvido será apresentada nas seções que se seguem deste instrumento de pesquisa.

Educação ambiental

A preocupação com o meio ambiente é relativamente recente na nossa sociedade. Até poucas décadas atrás, a ideia de que os recursos naturais eram inesgotáveis era tida como verdade absoluta, excetuando-se algumas vozes dissonantes. Vivia-se e se consumia com a certeza de que nenhuma precaução era necessária, no entanto, ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e durante os anos da Guerra Fria, uma luz de alerta acendeu. Pela primeira vez, o homem se deparou com uma nova possibilidade alarmante: não só era possível acabar com o planeta, mas, em muitos momentos, estivemos próximos desse trágico fim. A partir de então, de forma gradativa e lenta, a sociedade começou a se preocupar com a sua casa.

Inicialmente, as primeiras ações estiveram ligadas à sociedade civil. Podemos dizer que as primeiras ações mais contundentes, se é que podemos chamar assim, dos governos, iniciaram-se a partir da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente. Ficaram mais intensos, mas, na maioria dos casos, limitavam-se ao diálogo. A maior parte das ações que poderiam surtir efeito parou nas mãos dos governantes, que, sob o argumento da necessidade de manter suas economias em pleno funcionamento, permitiram-se omitir.

Diante do atual cenário, restam, às sociedades, dois caminhos: o do contentamento com a situação e sua aparente impossibilidade de resolução, ou atuar dentro dos seus limites para prolongar a vida útil dos recursos existentes no nosso planeta da melhor forma possível. É aí que entra a geografia como agente transformador. Ao estudarmos a Terra, é impossível não lançar o olhar sobre a problemática da degradação ambiental, deixando de lado a ideia macro do problema. A disciplina pode lançar mão do questionamento mais importante: o que EU posso fazer para tornar o meu planeta um lugar melhor para viver?

Como seres humanos, é natural que tentemos repassar a responsabilidade que deveria ser de todos, ou melhor, que deveria ser nossa. Tendemos a nos concentrar no que o outro deveria fazer e não faz. Esse pensamento até pode ser legítimo, mas improdutivo. Como estudantes e professores de Geografia, devemos focar muito mais no que cada um pode fazer, assim, sua individualidade pode, pouco a pouco, transformar a sociedade. Logicamente que essa forma de pensar, que, como já vimos, é contrária ao padrão do homem, só pode ocorrer se for fomentada. Aí entra o importante papel das aulas de Geografia. Se bem trabalhadas, as questões ambientais de sala de aula servem como um vasto campo de discussão e disseminação de ideias que são muito úteis no âmbito da preservação ambiental.

É papel do professor despertar, no aluno, o interesse pelas questões ecológicas. Para tanto, é indispensável a compreensão de que todo o conteúdo estudado pela geografia é uma aula de educação ambiental em potencial. Sem deixar de lado a grade curricular, devemos aproveitar as temáticas comuns da disciplina para abordar as questões ambientais. Que melhor momento para abordar a necessidade do cuidado com a água sem ser em uma aula de hidrografia? O estudo das dinâmicas climáticas favorece e até pede uma abordagem a respeito dos problemas atmosféricos. Uma aula sobre o ambiente urbano apresenta um plano de fundo ideal para abordar a questão do descarte inadequado do lixo.

A forma mais eficiente de inculcar, na mente dos alunos, a importância da preservação, é inserir o assunto de forma prática. Na teoria, os alunos estão cheios, muita informação que, na maioria das vezes, apresenta-se de forma desinteressante, distante e, até mesmo, abstrata. Contudo, ao relacionarmos a teoria com a prática, a tendência é que o aluno se sinta parte do conteúdo. Os benefícios são notáveis. Ao se perceber como ator na preservação ambiental e como maior vítima do descaso, ganhamos um militante em prol da ecologia. Essa responsabilidade, em um primeiro momento, é da escola: “O sistema educacional deve buscar ações e estratégias para que as pessoas entendam as relações atuais de produção e consumo, além das suas futuras implicações” (LINDNER, 2012, p. 15).

É necessária a abordagem regional e localizada a respeito dos assuntos trabalhados. Problemas e situações nas proximidades da escola ou das residências dos alunos podem servir de objeto de estudo para os problemas ambientais, suas possíveis causas e consequências também. Ao fim da análise sobre cada temática, cabe a discussão para entender de que forma ações simples poderiam evitar que os problemas estudados se repetissem. Uma leitura do jornal local também poderia prover os assuntos para debates, sem fugir do tema das aulas de Geografia.

A produção e o consumo são indicados como os principais responsáveis pela degradação ambiental. Nesse sentido, segundo Gouveia (2018), a evolução tecnológica, que melhorou a qualidade da vida no nosso planeta, não foi capaz de apresentar soluções para essa problemática.

Para que possamos caminhar rumo a uma melhor relação entre sociedade e meio ambiente, é preciso identificar as causas da degradação ambiental. O crescimento populacional é um fator, mas, para Neiman (2013), existe um mais significativo: No entanto, mais do que o crescimento populacional, o modelo socioeconômico e político da nossa civilização contribui de maneira fundamental para o uso irracional dos recursos naturais. O referido modelo socioeconômico, segundo o autor, está baseado nas relações de produção e consumo. Para abastecer um mercado consumista ao extremo, a extração de recursos naturais deve ser igualmente ampliada.

Durante muito tempo, acreditou-se na capacidade infinita de exploração dos recursos naturais, salvo algumas atitudes ou teorias isoladas. Extensas áreas de floresta foram destruídas para o aproveitamento de poucos itens de maior valor comercial. Entre outras atitudes, essa é uma prática que revela a insensatez da sociedade humana (HALAMA; LESSA, 2016, p. 54).

Após identificar as causas, podemos explorar as possíveis soluções. Sabedores de que, simplesmente, interromper a produção é inviável, a associação entre consumo e preservação deve ser encontrada. Uma das formas para esse “casamento” está na sustentabilidade, e “cada cidadão pode participar de alguma forma. É preciso conhecer a origem dos produtos consumidos, e sempre que possível, optar por marcas que praticam a sustentabilidade” (HALAMA; LESSA, 2016, p. 63). Novamente, podemos perceber que, através de ações relativamente simples, podemos promover a causa ecológica. As aulas de Geografia, como já vimos, são essenciais para essa promoção, tornando o assunto mais significativo:

Educar ambientalmente significa, além da apropriação de conceitos e processos que digam respeito ao ambiente, a aquisição de visões de mundo que possibilitem o respeito a todas as formas de vida e o entendimento de que a vida só se dá pelas complexas teias tecidas pelos elementos naturais e socioculturais que se entrelaçam (LINDNER, 2012, p. 25).

Relacionar o aluno com os ecossistemas é uma importante ação que devemos fomentar em nossas aulas, para produzirmos uma relação mais equilibrada entre sociedade e meio ambiente.

Incentivar a prática da sustentabilidade parece ser o meio mais eficaz de tornar o aluno mais atuante na causa ecológica, para tanto, é necessário estar familiarizado com o significado do termo, para que seja ensinado aos alunos:

Nos últimos anos, a ideia de sustentabilidade passou a dominar o debate público, principalmente, porque relatórios científicos periódicos passaram a pintar um cenário catastrófico para o futuro da Terra, caso algumas medidas não sejam tomadas. Nesse contexto, a definição para desenvolvimento sustentável que se consolidou entre as ONGs e os organismos internacionais é daquele que é “capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos do futuro” (BASÍLIO, 2019, p. 1).

Dentre as principais características e vantagens da sustentabilidade, está o fato de que a prática não exige, por parte da sociedade, uma total abstenção do consumo, muito pelo contrário, busca, com ações relativamente simples, perpetuar a produção. A escola é o ambiente ideal para incentivar essas ações.

Existem diversos questionamentos que costumamos fazer quando pensamos em ser sustentável, mas quando queremos tornar o planeta sustentável, é preciso promover uma mudança de comportamento nas pessoas que fazem esse planeta. Isso depende da dimensão educativa, e a escola é uma das instituições sociais que podem contribuir para a aprendizagem e mudança de toda uma geração.

Metodologia

O objeto de estudo deste *paper* foi a educação ambiental nas aulas de Geografia. As técnicas da pesquisa utilizadas foram baseadas em experimentos empíricos, como observação e vivência dos referidos problemas, além da análise bibliográfica de diversos autores a respeito do tema.

A figura a seguir é muito representativa quanto ao tema apresentado neste trabalho. A importância de aliar a teoria sobre preservação ambiental com a prática, tornando, assim, mais automático, o envolvimento do aluno com a ecologia. A figura retratará alunos do Ensino Fundamental-Séries Iniciais fazendo a separação do lixo, de acordo com a destinação correta.

Figura 1. Alunos Fazendo a Separação do Lixo.



Fonte: <<https://bit.ly/2N8pvRW>>. Acesso em: 23 maio 2019.

Ações, como as apresentadas, apesar de simples, possuem grande impacto nos alunos. Ao aprenderem a separar o lixo corretamente, a tendência é que, além de fazerem na escola, passem a fazer em casa também, muitas vezes, incentivando os pais a fazerem o mesmo. Como resultado, a influência das lições de educação ambiental nas aulas de Geografia transpassa os limites das salas de aulas e alcança o lar da comunidade escolar.

Logicamente que essa ação (separação do lixo) não é a única que pode ser utilizada de forma prática na escola, muitas são as possibilidades no ambiente escolar. A seguir, listaremos algumas que poderiam ser bem trabalhadas. A dificuldade de cada uma varia, mas todas são efetivas:

- Medidas de conscientização visual: Trabalhar, na escola, com diversos cartazes em vários ambientes, alertando para práticas comuns e seus prejuízos ambientais. Nesse sentido, poderiam existir placas próximas das torneiras nos banheiros e bebedores informando o volume de água desperdiçado; próximas aos interruptores de energia, informando o impacto da geração de energia consumida; próximas às cozinhas e cantinas, apresentando dados sobre o desperdício de comida. Enfim, as possibilidades são muitas.
- Criação da horta coletiva: Para que os alunos agreguem valor à questão dos alimentos, e reforçando os perigos dos fertilizantes e agrotóxicos, um método eficiente é a criação de uma horta de produtos orgânicos na escola. Essa atividade pode ser desenvolvida de forma coletiva, com os alunos, das mais variadas idades e turmas. O alimento cultivado poderia ser utilizado na cantina da escola ou, até mesmo, doado para alguma família mais carente.
- Exposição de artigos recicláveis: Para mostrar o valor da separação do lixo e, principalmente, do reaproveitamento dele, uma boa opção seria a criação de uma exposição de artigos recicláveis. Os alunos poderiam utilizar os mais variados artigos, principalmente do reaproveitamento dele. Uma boa opção seria a criação de uma exposição de artigos recicláveis. Os alunos poderiam utilizar os mais variados artigos (garrafas, tampas, CDs, caixas), transformando-os em brinquedos, artesanato, itens de decoração ou utilitários.
- Construção de cisterna: Em parceria com outras áreas acadêmicas, a construção de uma cisterna na escola reforçaria a importância da preservação da água. O trabalho pode envolver todos os alunos, funcionários e professores. A água armazenada poderá ser utilizada para a limpeza dos espaços comuns da escola.
- Dia sem carro: Poderia ser promovido e incentivado, na escola, um dia em que os alunos não usariam automóveis para a escola. A ideia seria incentivá-los a se deslocarem utilizando outros meios menos nocivos ao meio ambiente, como o transporte coletivo, bicicletas ou, até mesmo, a pé. A ação, além de reforçar a preocupação ambiental, ainda pode servir como um momento a mais de integração entre a família.

Enfim, as ações são as mais variadas e seus objetivos específicos também, mas o objetivo final é o incentivo ao desenvolvimento de ações conscientes para a preservação do meio ambiente. Logicamente que ações isoladas e conduzidas sem as devidas aplicações terão seu efeito nulo, ou, ao menos, reduzido. Portanto, novamente, salienta-se a importância de atrelar a teoria da sala de aula com a prática. Essa associação tende a apresentar benefícios enormes na comunidade escolar e, conseqüentemente, na preservação do planeta.

Resultados e discussão

Ao analisarmos as origens do estudo da geografia, deparamo-nos com o termo que provém do grego e significa “estudo/descrição da Terra”. Para que algo seja descrito ou estudado, é fundamental desenvolver, antes, a capacidade de observação. A observação talvez seja a

ferramenta mais importante para um geógrafo. Ao observarmos o nosso planeta, não é difícil perceber que ele precisa de atenção especial. A ideia, antigamente difundida de que os recursos naturais do nosso planeta são inesgotáveis, caiu por Terra. Cada vez mais, percebe-se a necessidade de preservarmos nossa grande casa.

Diante de tudo que vimos na presente prática, percebe-se a importância de relacionarmos, aos nossos alunos, o conhecimento teórico, oriundo dos livros didáticos e das mais variadas fontes. Com o conhecimento prático, mais que conhecimento, no caso da preservação ambiental, a ação prática é necessária, e não apenas o conhecimento.

Para tanto, o aluno deve ser inserido no contexto do assunto, aproximando, primeiramente, a teoria da sua realidade. Falar sobre falta de água, por exemplo, nem sempre é entendido como algo realmente urgente para alguns alunos que habitam em regiões onde a rede de abastecimento é efetiva ou onde há reservatórios na residência. Da mesma forma, pode parecer muito distante, para um aluno residente no sul do país, apelarmos para a seriedade do desmatamento da Amazônia. Se não ocorrer a conexão correta entre o problema e o aluno, a tendência é que ele encare o assunto apenas como mais um conteúdo a ser aprendido, ou, até mesmo, decorado, cuja importância é minúscula para o aluno em questão.

Portanto, o tema escolhido e abordado nas seções anteriores foi a “Geografia e o Meio Ambiente”, mais precisamente, a importância da educação ambiental nas aulas de Geografia. O motivo da escolha da temática está ligado à importância do tema, que é muito abrangente, mas, ao mesmo tempo, urgente, não apenas de forma macro no mundo, mas também de forma localizada na nossa comunidade.

As aulas de educação ambiental não precisam ser aplicadas como uma disciplina a mais no currículo escolar, muito pelo contrário, encontram guarida em conteúdos comuns da disciplina de Geografia e podem ser trabalhados durante as aulas, em projetos interdisciplinares, ou até mesmo em projetos mais abrangentes na escola. O importante é que o conteúdo seja trabalhado de forma que seja relevante para os alunos.

Outra importante ferramenta verificada nas análises é o incentivo às ações de sustentabilidade como um meio de fomentar, nos alunos, a ideia de praticar a educação ambiental no seu dia a dia.

Considerações finais

Lançando um olhar sobre a curta história que trata da preservação ambiental no nosso planeta, percebemos que, desde o término da Segunda Guerra Mundial e dos tempos da Guerra Fria, com as discussões a respeito da necessidade de preservação, diante de uma iminente destruição, pouca coisa foi efetivamente feita em relação à causa ecológica. Os alertas iniciaram com a sociedade civil, e, embora alguns anos depois a comunidade política, através da ONU, tenha entrado nas discussões, não é exagero dizer que as ações efetivas não foram postas em prática.

Diante do exposto, não restam dúvidas de que a causa ambiental segue sendo gritante, mas também é visível que depender de uma colaboração entre os governos, em busca de soluções mais incisivas, é se aproximar mais da utopia do que da possibilidade palpável.

Dessa forma, a solução parece estar onde sempre esteve: nas mãos da sociedade. Se não é possível contar com o apoio dos líderes oficiais, que estão mais preocupados com a economia das suas nações, resta-nos, como sociedade, fazer nossa parte, para que, se não for possível reverter a situação, ao menos, reduzir seus impactos na nossa vida cotidiana, talvez, criar uma rede de influência que se espalhe e amplie o pensamento. Nesse contexto, as aulas de Geografia, e, conseqüentemente, o professor, apresentam-se como sendo fortes aliados do processo em prol da causa ecológica. Trabalhando, nas aulas, a educação ambiental, da forma correta, é possível vislumbrar uma melhoria nas comunidades em que as escolas estão inseridas, e por que não sonhar com um mundo mais ecológico?

Para tanto, precisam ser desenvolvidas aulas e atividades de educação ambiental que explorem questões cotidianas dos alunos, dessa forma, é mais fácil aproximar a teoria da prática, o que representa um notável ganho, uma vez que o aluno passa a se perceber não apenas como mero expectador das transformações do espaço geográfico, mas como o próprio agente transformador, quer para o bem, quer para o mal.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023. Informação e documentação – Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

BASÍLIO, T. Criados para cuidar. **Conexão 2.0**, Tatuí, v. 12, n. 1, p. 10-16, 2019.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. São Paulo: Ed. Pearson, 2006.

FERREIRA, G. **Redação científica: como entender e escrever com facilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOUVEA, R. L. **Recursos naturais, meio ambiente e desenvolvimento**. Indaial: UNIASSELVI, 2018.

HALAMA, L. R.; LESSA, S. **Geografia 9**. Tatuí: Ed. Casa Publicadora Brasileira, 2016.

HALAMA, L. R.; LESSA, S. **Geografia 6**. Tatuí: Ed. Casa Publicadora Brasileira, 2014.

LINDNER, E. F. Refletindo sobre o ambiente. *In*: LISBOA, C. P.; KINDEL, E. A. I. **Educação ambiental**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2012.

MÜLLER, A. J. *et al.* **Metodologia científica**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.

NEIMAN, Z. **Era verde?** São Paulo: Ed. Atual, 2013.

PEROVANO, D. G. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2016.

A GEOGRAFIA NA BUSCA DA CIDADANIA

Geography in the search of citizenship

Mário Guilherme Campos da Silva ¹

Resumo: Este projeto tem como área de concentração a docência do ensino de Geografia no âmbito da sala de aula, por meio da observação do docente ministrante, da elaboração do plano de aula e da aplicação metodológica de todo processo de ensino-aprendizagem ao corpo discente. Com tema principal vinculado à busca da Cidadania, muito importante nos dias atuais, sobretudo nesses tempos de polarização política, a disciplina de Geografia passa a ser objeto de profundo pensamento crítico e formação de opinião, não somente mostrando os caminhos do conhecimento, mas também ensinando os alunos a desenvolverem seu modo próprio de pensar, de agir e de buscar sempre o que é melhor para a coletividade e a sociedade nas quais estão inseridos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Aluno Crítico. Professor Formando Cidadão.

Abstract: This project focuses on the teaching of Geography in the classroom, through the observation of the teacher, the preparation of the lesson plan and the methodological application of the entire teaching-learning process to the student body. With the central theme linked to the search for Citizenship, very important nowadays, especially in these times of political polarization, the Geography discipline's becomes an object of deep critical thinking and opinion formation, not only showing the paths of knowledge, but also teaching students. develop their own way of thinking, acting and always seeking the best for the community and society in which they are inserted.

Keywords: Geography teaching. Critical Student. Teacher Forming Citizen.

Introdução

A disciplina de Geografia tem parte fundamental na formação intelectual e crítica do aluno, pois é uma das ciências humanas que mais estudam a sociedade e o ambiente. É de fundamental importância que todo esse estudo seja voltado para esclarecer ao aluno qual o seu lugar na sociedade, como ele deve agir, buscar seus direitos e as melhorias não só para si, mas também a todos que estão em seu meio social, como familiares, amigos, vizinhos e, até mesmo, os que ele não tem contato, mas que fazem parte dessa sociedade.

Como base desta pesquisa, buscaremos informações em sala de aula sobre como a Geografia atua para formar cidadãos pensantes, críticos e determinados na busca de seus direitos, sem deixar de cumprir seus deveres – o que faz com que a Geografia seja um instrumento de formação intelectual do aluno. Além disso, é importante fomentar discussões acerca dos problemas sociais, buscando fazer com que o aluno entenda todos esses problemas e procure soluções coletivas para melhorar sua vida e a da sociedade em que ele está inserido.

Apenas com a plena consciência, o aluno poderá buscar seus direitos; porém, isso só é possível se ele conhecer o seu verdadeiro papel, o seu lugar de indivíduo atuante, conhecedor de todas as engrenagens que regem a sociedade, os grupos sociais que ele participa e, principalmente, os problemas que enfrenta todos os dias, como injustiças sociais e falta de serviços básicos fornecidos pelo Estado, os quais não chegam até as comunidades. Nesse momento, o professor de Geografia deve agir para orientar e direcionar esse aluno, mostrando, de maneira sucinta, todos os mecanismos desse sistema, para que esse indivíduo seja instigado a buscar e observar, agora de maneira crítica, todos esses problemas.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Área de concentração: fundamentação teórica

A Geografia formando cidadãos

A Geografia ensina a pensar, questionar, debater acerca dos problemas sociais e ambientais que fazem parte do cotidiano dos alunos, pois muitos vivem de forma constante esses problemas, porém, somente com uma formação cidadã, eles terão forças para buscar soluções que melhorem suas vidas e as de seus pares.

De acordo com Damiani (1999), existe uma relação intrínseca entre a cidadania e o espaço, pois é no espaço que se tem a materialização das relações. O indivíduo cidadão deve participar de todos os acontecimentos do espaço, conhecendo-o, pois o cidadão não deve ser meramente um objeto, e sim um sujeito modificador, além de receptivo a mudanças.

A palavra cidadania vem do latim *civitas* e faz referência a um conjunto de pessoas que habitava uma cidade, ou seja, uma comunidade organizada politicamente formando um Estado de cidadãos (ACQUAVIVA, 2000). A relação social desses cidadãos, portanto, está ligada à cidade e às comunidades desde o início das civilizações. Aristóteles, desde a Grécia antiga, fazia a seguinte abordagem sobre o cidadão:

[...] o homem de fato, que tem a possibilidade de chegar ao Conselho ou às funções judiciárias em um Estado, dizemos que é, então, cidadão desse Estado, e chamamos de Estado a coletividade dos cidadãos tendo o gozo desse direito, e em quantidade para garantir à cidade, se assim se pode dizer, plena independência (ARISTÓTELES *apud* CANIVEZ, 1998, p. 177).

Como nas civilizações antigas, a Geografia atual está baseada nas leis que garantem ao cidadão seus direitos e deveres, e ao qual ele deve lutar para mantê-los, pois somos iguais perante às leis, diferentemente das sociedades antigas em cujas leis eram excludentes de acordo com as classes sociais. Hoje, ainda vemos muita exclusão social e, mesmo tendo direitos definidos pela constituição, passamos por momentos em que nossos direitos são negados ou retirados.

Assim, faz-se fundamental o ensino da Geografia para a formação do aluno, do cidadão conhecedor de seus direitos e também de seus deveres, pois, somente com o conhecimento de seu papel na sociedade, ele poderá buscar e lutar por melhorias em seu meio social. Santos (1987) resume da seguinte forma o ensino da geografia na formação do cidadão:

A educação deveria prover todas as pessoas com os meios adequados para que sejam capazes de absorver e criticar a informação, recusando os seus vieses, reclamando contra a sua fragmentação, exigindo que o noticiário de cada dia não interrompa a sequência dos eventos, de modo que o filme do mundo esteja ao alcance de todos os homens. O morador-cidadão, e não o proprietário consumidor, veria a cidade como um todo, pedindo que a façam evoluir segundo um plano global e uma lista correspondente de prioridades, em vez de se tornar o egoísta local, defensor de interesses de bairro ou de rua, mais condizentes com o direito fetichista da propriedade que com a dignidade de viver. O leitor teria sua individualidade liberada, para reclamar que, primeiro, o reconheçam como cidadão (SANTOS, 1987, p. 128-129).

Ser cidadão não é apenas estar em uma sociedade, mas é fazer parte dela, é participar, atuar, lutar e exigir que seus direitos sejam respeitados; ser cidadão é também conhecer todos os deveres que o indivíduo social deve cumprir. A forma mais simples de se alcançar esses objetivos é por meio do estudo, do conhecimento de si e das engrenagens que fazem a sociedade andar, por isso a Geografia pode ser usada como facilitador desse sistema de formação cidadã.

Como melhorar a sociedade pelo ensino de Geografia

A Geografia, com o passar dos anos, ganhou novas formas de ser aplicada, pois, com os avanços tecnológicos e o melhoramento do monitoramento social e ambiental, ela passou a ser cada vez mais importante para apontar os problemas sociais e ambientais que ocorrem em todo o meio social, o que faz esses fatores serem estudados quase que no momento em que estão acontecendo. Isso ajuda na identificação dos problemas existentes no lugar em que esse cidadão está inserido.

A Geografia crítica, que forma cidadão crítico, ajuda o indivíduo a entender todo o seu espaço social, auxiliando em sua formação e identificando onde ele pode e deve atuar para melhorar a sociedade em que está inserido, e como lutar para diminuir as desigualdades sociais, melhorar a distribuição de renda e a infraestrutura do espaço onde ele se situa. Rocha (1993, p. 180) define da seguinte forma o ensino da Geografia crítica: “a preocupação básica do ensino de Geografia Crítica deve ser a de contribuir para a construção plena da cidadania, possibilitando ao aluno as condições teóricas para que ele aprenda criticamente a realidade e possa participar ativamente das transformações [...]”.

A formação do cidadão é um dos objetivos fundamentais do estudo da disciplina, visto que ela analisa todos os conceitos de espaço geográfico, como político, social, ambiental, cultural e físico, que o aluno faz parte.

Segundo Santos e Kahil (2007), é no espaço geográfico que os processos sociais ocorrem e é por meio de seu estudo que o aluno compreende a dinâmica dos lugares, já que o lugar não está sozinho, mas é reflexo de um todo. As transformações políticas, sociais, econômicas e culturais articulam-se no lugar, resultando em suas particularidades.

Contudo, para que a Geografia seja atraente para o aluno, é preciso que seu ensino leve em conta a realidade próxima e conhecida do estudante, propiciando a ele bases concretas do exercício da cidadania.

É altamente desafiador o papel do professor na formação desse aluno crítico, uma vez que esse profissional começará a abrir os horizontes dos pensamentos críticos dos estudantes, mostrando as diferentes posturas de determinadas classes sociais diante das classes menos favorecidas e, com isso, debater e desafiar a reflexão sobre sua função na sociedade. O professor será posto à prova, pois, para que esse aluno se torne um indivíduo atuante, será preciso demonstrar e mudar todo o modelo equivocados que esse aluno tem sobre a sociedade em que vive – e, convenhamos, temos exemplos totalmente distorcidos de uma sociedade justa e inclusiva para todos.

Puntel (2007, p. 90) esclarece que a função do professor vai muito além do conhecimento de sua disciplina, pois ele assume um compromisso cada vez maior com os educandos. Para o autor, é papel do profissional fazer o aluno sair de sua zona de conforto, desafiando-o a buscar intervir em seu meio social.

Desse modo, ensinar abrange ajudar o estudante a aprender e, portanto, a se transformar, enquanto permite que ele transforme informação em conhecimento (SELBACH, 2010).

Já Bueno (2011, p. 302) afirma que:

A Geografia leva a reconhecer em cada lugar as marcas deixadas pelas várias dinâmicas e processos, tanto naturais quanto sociais. [...] entender essas transformações como resultantes do jogo político, conflito de interesses e poderes, e as possibilidades que cada grupo social dispõe, é de fundamental importância para que os alunos venham a entender os motivos que levam certos elementos espaciais a desaparecerem e outros a permanecerem por longo tempo no mesmo lugar.

É notável que o professor tenha um papel fundamental na formação cidadã do aluno, pois muitos chegam à escola apenas como observadores do meio social em que vivem. Sabemos que é difícil mudar uma visão deturpada do que é cidadania para um educando que sofre, de maneira rotineira, a violação de seus direitos. Essa visão errada, que, para muitos é algo normal e aceitável,

torna-se o maior desafio para o professor, que terá que levar esse aluno ao conhecimento de uma realidade a qual ele não percebe; uma realidade para a qual, na verdade, ele não foi apresentado. Muitos alunos vivem em famílias que também não conhecem seus direitos e que já se acostumaram a banalizar o errado, pelo fato de não saberem como exigir seu pleno direito de cidadãos.

Metodologia

A pesquisa foi elaborada por meio da observação do comportamento dos alunos nas salas de aulas, corroborada com pesquisas bibliográficas de autores renomados e pesquisadores da área. Em um primeiro momento, a observação foi direcionada ao comportamento dos alunos e a seus prévios conhecimentos sobre o que é cidadania, e qual o conhecimento a respeito de seus direitos e deveres de cidadãos. Posteriormente, foi possível constatar o quão distorcido é o pensamento desses alunos, visto que, para muitos, ser cidadão é apenas fazer parte de uma comunidade e ter o direito a votar nas eleições. Com esses dados, podemos avaliar previamente a falha existente na formação cidadã nas escolas brasileiras. Callai (2010, p. 17) afirma que:

A geografia escolar, assim como a ciência geográfica, tem a função de estudar, analisar e buscar explicações para o espaço produzido pela humanidade. Enquanto a matéria de ensino cria as condições para que o aluno se reconheça como sujeito que participa do espaço em que vive e estuda, compreendendo que os fenômenos que ali acontecem são resultado da vida e do trabalho dos homens em sua trajetória de construção da própria sociedade demarcada em seus espaços e tempos.

A observação dos alunos também deixou clara a dificuldade encontrada por professores nas salas de aulas, pois mudar um conhecimento e a realidade incorreta vivenciada por eles todos os dias é um enorme desafio, que vai além da falta de estruturas nas escolas e esbarra, também, nas injustiças sociais que muitos vivenciam logo que saem das instituições de ensino. Não é fácil conhecer seus direitos e não saber a quem recorrer para tê-los; e isso é uma das maiores dificuldades na formação desses indivíduos.

Resultados e discussão

Os resultados preliminares desta pesquisa mostram que temos um longo e árduo caminho a percorrer, no que diz respeito a formar alunos cidadãos plenos em nossa sociedade. Esse caminho torna-se mais difícil pela falta de incentivos e estruturas dos nossos governantes na estruturação das escolas e na adequação e no fornecimento de materiais de estudos de qualidade.

Hoje, os alunos são os chamados nascidos digitais e a maioria está bem familiarizada com as tecnologias existentes. Por ser de “fácil acesso”, essa tecnologia poderia ser usada para a potencialização da formação cidadã dos alunos, porém cada vez mais é possível perceber o agravamento das desigualdades sociais, uma vez que poucos têm acesso à tecnologia de maneira fácil e muitos estão bem longe de realmente fazer uso delas.

Muitos alunos relataram estarem acostumados a viver essa realidade, por acharem normal não poderem ter acesso a essas tecnologias, em virtude de não terem poder aquisitivo para isso – um pequeno exemplo de como os educandos chegam até as escolas acostumados a banalizarem o errado e a conviverem com a desigualdade quando não têm a quem recorrer para mudar essa realidade.

Como agente modificador, temos o professor, que, nesse meio, torna-se o orientador do aprendizado desses alunos, que, nesse sentido, não está relacionado apenas ao conteúdo da disciplina, mas também à forma como eles devem olhar toda a sua realidade e o seu meio social.

A falta de estrutura, as desigualdades sociais, a banalização e a aceitação do errado mostram que, para se formar um cidadão, é preciso mudar toda a concepção de realidade que os

indivíduos conhecem e buscar formas de incentivar os alunos a descobrirem novas visões em seu meio social e a conhecerem o seu lugar na sociedade. A Geografia pode e deve ser usada para isso – por ser uma ciência que estuda os meios sociais e ambientais, é possível modificar o meio social e o modo de pensar desses alunos.

Considerações finais

Esta pesquisa mostrou a importância da Geografia para a formação do aluno, tornando evidente que, para ser realmente considerado um cidadão, o indivíduo precisa ter pleno conhecimento de seus direitos e deveres; só assim ele poderá olhar sua realidade de forma crítica e analítica, buscando um bem comum – não somente para ele, mas para toda a comunidade que ele faz parte.

Para o professor de Geografia, buscar maneiras de trazer esse aluno ao conhecimento de uma realidade a qual ele desconhece é o maior desafio de sua profissão, visto que é preciso conhecer a realidade desse aluno, a fim de instigá-lo a questionar essa realidade – algo bastante desafiador para um profissional que nem sempre tem a seu alcance estrutura e apoio para potencializar esse aprendizado.

Referências

ACQUAVIVA, M. C. **Dicionário Jurídico Brasileiro Acquaviva**. 11. ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000.

BUENO, M. A. Geografia escolar e a ideia de lugar no currículo a partir da elaboração de mapas mentais. *In*: CALLAI, H. C. **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 295-314.

CALLAI, H. C. A Geografia Ensinada: os desafios de uma Educação Geográfica. *In*: MORAES, E. M. B. de; MORAES, L. B. de. **Formação de Professores: Conteúdos e Metodologias no Ensino da Geografia**. Goiânia: NEPEG, 2010 (Goiânia: E.V.). p. 15-31.

CANIVEZ, P. A Cidadania. *In*: **Educar o cidadão?** Ensaios e textos. 2. ed. Trad.: Estela dos Santos Abreu; Cláudio Santoro. Campinas: Papyrus, 1998. p. 177.

DAMIANI, A. L. A Geografia e a construção da cidadania. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 50-61.

KAERCHER, N. A. Desafios e Utopias no Ensino de Geografia. *In*: CASTROGIOVANNI, A. C. *et al.* (Orgs.). **Geografia em Sala de Aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: AGB, Seção Porto Alegre, 2003.

NOGUEIRA, V. Educação e cidadania na educação geográfica: os saberes discentes e a formação da consciência espacial-cidadã. *In*: IX ENCONTRO DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: Mundo contemporâneo, práxis educativas e ensino de Geografia, 2007, Niterói, RJ. **Anais [...]**, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007. CD-ROM.

PUNTEL, G. A. Os Mistérios de Ensinar e Aprender Geografia. *In*: REGO, N.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N. A. (Orgs.). **Geografia práticas pedagógicas para o ensino médio**. São Paulo: Artmed, 2007.

ROCHA, G. O. da. Ensino de Geografia e a Formação do Geógrafo-Educador. **Terra Livre**, AGB, São Paulo, n. 11-12, p. 177-188, Ago 1993.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, G. A. dos; KAHIL, S. P. Desafios no processo ensino-aprendizagem do lugar nas séries iniciais do ensino fundamental: possibilidades para a formação da cidadania. *In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA*, 2007, Uberlândia-MG. **Anais [...]**, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007. CD- ROM.

SELBACH, S. (Org.). **Geografia e didática**. Petrópolis: Vozes, 2010.

O DESENVOLVIMENTO URBANO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS

Urban development and its environmental impacts

Caroline Weber ¹

Rozeli Benner ¹

Resumo: Todos nós vivemos em desenvolvimento constantemente. Cada dia queremos algo novo, inovações, tecnologias, melhorias nas habitações e nos transportes. Os problemas econômicos, sociais e ecológicos causados pelo desenvolvimento são tradicionalmente produzidos em um planeta superglobalizado, e tendo em sua concepção o capitalismo e a globalização. O comércio e as indústrias vêm sendo escassamente competitiva, pensando somente em lucrar e se esquecendo da conservação do meio ambiente e proteção do solo, que vem sendo deixadas de lado, fazendo com que necessite de rígidas intervenções públicas para garantir a proteção de mananciais, rios, entre outros afluentes. Tudo isso nos faz pensarmos os benefícios e malefícios que o desenvolvimento vem proporcionando para o meio ambiente e para nossa saúde, impactando em nosso dia a dia ou até problemas futuros.

Palavras-chave: Conceito. Impacto. Sustentabilidade.

Abstract: We all live in constant development. Every day we want something new, technologies, innovations, improvements in housing and transport. The economic, social and ecological problems caused by development, are traditionally produced on a superglobalized planet and having capitalism and globalization. The commerce and industries in their conception have been scarcely competitive, thinking only of profit and forgetting the conservation of the environment environment and soil protection where it has been left out, making it necessary to have strict public interventions to guarantee the protection of springs, rivers and other tributaries. All of this makes us think about the benefits and harms that development has been providing for the environment and for our health, impacting our daily lives or even future problems.

Keywords: Concept. Impact. Sustainability.

Introdução

Sem dúvida, o desenvolvimento urbano vem provocando mudanças no nosso dia a dia. As atividades urbanas são responsáveis pela transformação paisagística em extensas áreas, tendo como consequência o desmatamento e a destruição do ecossistema, trazendo assim problemas graves, não só para o meio rural, mas também para a zona urbana, o que acarreta também problemas futuros de grande escala.

Por esta razão, o projeto propõe aprofundar o desenvolvimento urbano e suas contribuições, mostrando para os alunos a consequência que o desenvolvimento causa em nossas vidas, proporcionando um novo pensamento perante todos os assuntos adentrados nesta concepção. Os conceitos relacionados com o desenvolvimento urbano propõem uma medida, na forma de um índice, para esse desenvolvimento, contemplando os aspectos populacional, econômico, social e ambiental, mostrando as contribuições positivas e negativas que o desenvolvimento urbano, tanto populacional quanto banal ao meio ambiente.

O espaço em que vivemos vem se transformando cada vez mais. Novas inovações e construções alteram o espaço que habitamos. Novos cultivos e novas técnicas agrícolas foram introduzidas, a construção de novos centros urbanos cada vez mais tecnológicos e inovadores

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – n. 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

vêm transformando o espaço em que vivemos. Nossa cidade vem construindo e produzindo cada vez mais recursos e produtos providos.

Dessa forma, os objetivos deste trabalho são: conhecer os conceitos sobre os impactos que o desenvolvimento humano provoca na humanidade e no próprio meio ambiente; a utilização de novos métodos e procedimentos para diminuição dos impactos naturais; comparar o modo como os pais ou avós utilizaram o solo durante as décadas, fazendo com que os alunos repensem e transmitam esse conhecimento à comunidade, aderindo a uma construção de modo sustentável, defendendo e tomando atitudes ecologicamente corretas, influenciando e integrando seus amigos, parentes e a comunidade em si; utilizando, praticando e comparando seus conhecimentos providos das aulas e das realizações de atividades providas do projeto, em que o conhecimento estudado seja construído e reconstruído adequadamente, mostrando a verdadeira importância da preservação da natureza, a conscientização da emissão de poluentes de indústrias e de meios de transportes, a seleção do lixo descartável e do lixo orgânico, a diminuição de árvores nos centros urbanos, proporcionando doenças respiratórias e problemas de pele.

Os seres humanos têm causado diversos impactos na natureza, como a poluição de rios e da atmosfera, a derrubada de árvores para a construção de centro urbano e a contaminação dos solos pelo uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos. Graças às inovações tecnológicas, a comunicação vem permitindo percorrer maiores distâncias em menos tempo, como se o espaço tivesse sido “encurtado”, cujo mundo tornou-se cada vez mais acessível para o avanço do capitalismo e da globalização. Esta prática está relacionada com a área de concentração, pois o desenvolvimento da sociedade e das cidades traz mudanças irreversíveis para todos que vivem em sociedade. A partir desses conteúdos, os principais objetivos propostos para os alunos foram desenvolver a habilidade de leitura, compreensão e uso de conceitos com mapas, jogos e outros métodos que despertassem o interesse dos alunos.

Desenvolvimentos urbanos e seus conceitos

A noção “desenvolvimento” traz um conceito de inovação de tecnologias, aumento de habitações e, consecutivamente, de população por metrópoles, proporcionando aumento de indústrias e comércios, acarretando um significativo aumento da frota de automóveis, caminhões, entre outros meios de transporte, que vem assustando algumas pessoas pela sua potência. Tudo que temos hoje, vem a cada ano se desenvolvendo. Nossos computadores, celulares, carros, roupas, tudo ao nosso redor vem se renovando, se tornando algo “velho”, fora da moda, dos padrões.

Sabemos que o território que estamos não será o mesmo, pois vivemos em um mundo cheio de possibilidades e de transformação, em que nosso tempo é cada vez mais precioso e limitado, nossos movimentos estão cada vez mais vigiados e nossos passos são cada vez mais rápidos e abrasivos. Contextualizando a ideia proposta dos autores Haesbaert e Limonad (2007), os filósofos e pensadores Marx e Friedrich já destacavam o caráter globalizador do capitalismo como algo grandioso e expansor, mostrando em seus livros a contribuição da globalização para as mudanças nos territórios atuais ali escritos. O capitalismo, em seu processo de reprodução, expande-se em profundidade, reordenando modos de vida em nosso dia a dia em espaços já organizados e consolidados, através da incessante incorporação de novos territórios, a procura de novos espaços. Estes movimentos dialeticamente conjugados conduzem, tendencialmente, à produção de um espaço global.

O espaço geográfico vem cada vez se modificando, várias revoluções e mudanças se referem às transformações de determinado espaço, em que cada vez mais a globalização vem modificando as paisagens e os modos de viver de várias civilizações. Segundo o autor Monte-Mor (2011, p. 6), “as mudanças em curso nas grandes cidades industriais refletiam as transformações que ocorriam na sociedade capitalista”.

Refletindo esta citação, vimos que as grandes cidades são imagens e consequências de um capitalismo avassalador que, muitas vezes, esquecem-se de termos que não os convém, como planejamento comprometido e sustentável.

A extensão da mancha urbana e a suburbanização geradas pela onda internacional da industrialização fordista produziu periferias pobres, organizadas na maioria das vezes em grandes conjuntos habitacionais inspirados no modelo progressista onde se concentraram populações de imigrantes excluídos do centro da economia e do espaço do poder (MONTE-MOR, 2011, p. 8).

A falta de planejamento e de organização fez com que muitas metrópoles tenham vários problemas que são atualmente discutidos, como os chamados “barracos” ou “favelas” que são lugares com problemas precários, como falta de saneamento, coleta de lixo e espaços “incompletamente organizados”. Foram observadas ações reguladoras e restritivas quanto à qualidade da moradia, prevenção contra incêndios e ocupação de áreas de risco, entre outras.

Todos esses problemas já ditos vêm aumentando e proporcionando um “efeito dominó”, que vem cada vez dificultando que políticas públicas diminuam esse problema.

Desenvolvimento urbano e o mundo tecnológico

Hoje, vivemos num mundo novo em que em um “clique” viajamos para outros países, sem sair do conforto de nossas casas. Cada vez mais adentramos neste conjunto vicioso das redes de internet e dos fluxos tecnológicos, que tecem conexões entre os lugares mais improváveis, que podem atravessar oceanos em segundos e alteram as ideias de próximo e distante. Parafraseando Lefebvre (2008, p. 14), “esse é um dos aspectos do mundo atual que indica o desenvolvimento de uma sociedade pós-industrial e tecnológica, ou seja, de uma sociedade que “nasce da industrialização e a sucede”.

A utilização das tecnologias no nosso meio, na sociedade contemporânea, é imprescindível, pois fazemos uso dessa ferramenta praticamente em todas as ações do cotidiano. Por exemplo, as instituições bancárias usam para consultar extratos, saldos, depósitos, efetuar pagamentos etc. As relações pessoais também sofreram grandes impactos com o advento do computador e de tantas outras **tecnologias**, como a televisão, rádio, tablets, smartfone, iPhone, iPod, iPad. Assim, as redes sociais como Twitter, Orkut, MSN e Facebook também trazem grande importância para o desenvolvimento de empresas, indústrias e centros urbanos. São termos que incorporamos ao nosso dia a dia.

Com isto, os centros urbanos estão sendo cada vez mais globalizados e projetados em grande dimensão, onde proporcionam evolução e revolução em todo o mundo. Quem não acompanhar esse ritmo de transformação fica desatualizado e fora do contexto social. Há um tempo falava-se em globalização, que ela era a quebra de barreiras entre países. Chegamos à era digital, em que as informações são transitam em velocidade instantânea (FERREIRA, 2017).

O Mundo urbanizado e os impactos sobre o meio ambiente

O mundo tecnológico vem se desenvolvendo cada vez mais, vem trazendo grandes problemas para os centros urbanos, proporcionando grandes impactos naturais. Todos, independentes de suas condições sociais, estão cada vez mais impactados com o que o meio ambiente vem se transformando e impactando.

Segundo os autores Mucelin e Bellini, (2008), todos os lixos e fragmentos do ambiente urbano sofrem impactos negativos pela disposição e exposição inadequada desses resíduos. Como os autores dizem, é no ambiente urbano que os fragmentos e todos os lixos industriais,

hospitales e domésticos são despejados, e, é neste mesmo lugar, que os resíduos vão transformar este espaço, proporcionando desastres naturais, problemas de saúde e todos os outros impactos que são prejudiciais ao ser humano e seu meio em que vive.

O consumo cotidiano de produtos industrializados é responsável pela contínua produção de lixo. A produção de lixo nas cidades é de tal intensidade que não é possível conceber uma cidade sem considerar a problemática gerada pelos resíduos sólidos, desde a etapa da geração até a disposição final. Nas cidades brasileiras, geralmente esses resíduos são destinados a céu aberto (MUCELIN; BELLINI, 2008, p. 2).

Através dos números a seguir, observa-se o grande atraso que cidades urbanizadas possuem sem a urbanização, o saneamento básico e a falta de consciência sobre o lixo. Nos dias atuais, o gasto de lixo doméstico ou comercial vem aumentando a cada ano. A problemática ambiental gerada pelo lixo é de difícil solução e a maior parte das cidades brasileiras apresentam um serviço de coleta que não prevê a segregação dos resíduos, onde vem colocando esses resíduos em lixões a céu aberto, produzindo impactos gigantescos ao meio em que se vive. Para Mucelin e Bellini (2008, p. 2),

Em média, o lixo doméstico no Brasil é composto por: 65% de matéria orgânica; 25% de papel; 4% de metal; 3% de vidro e 3% de plástico. Apesar de atender a legislação específica de cada município, o lixo comercial até 50 kg ou litros e o domiciliar são de responsabilidade das prefeituras, enquanto os demais são de responsabilidade do próprio gerador. [...] Segundo o IBGE, em 2006, o Brasil é constituído por 5.507 municípios e na última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada no ano de 2000 pelo IBGE, foi registrado que somente 33% (1.814) dos 5.475 municípios daquele ano coletavam a totalidade dos resíduos domiciliares gerados nas residências urbanas de seus territórios. Os dados dessa pesquisa revelaram que diariamente o Brasil gerava 228.413 toneladas diárias de resíduos sólidos. Isso implica numa produção de 1,2 kg/habitante.

Segundo os referidos autores, em muitas cidades houve, em certo período, um grande crescimento de indústrias e a implantação de multinacionais, que fez com que as cidades urbanizadas não planejassem suas ruas, o destino dos esgotos, resíduos químicos industriais e lixos tanto hospitalares quanto domésticos. Isso fez com que os materiais sem utilidade se amontoassem indiscriminada e desordenadamente, muitas vezes em locais indevidos, como lotes baldios, margens de estradas, fundos de vale e margens de lagos e rios, prejudicando o turismo e as relações sociais, dentre outras coisas.

Com todo esse desenvolvimento, vimos como é importante nós criarmos hábitos conscientes e refletirmos com nossos alunos as formas conscientes e problemáticas sobre o desenvolvimento urbano, mostrando o que podemos provocar com o mau uso dos recursos naturais, como a contaminação de microrganismos na água, assoreamento e enchentes, proliferação de vetores transmissores de doenças, como cães, gatos, ratos, baratas, moscas, vermes, entre outros. Soma-se a isso à poluição visual, mau cheiro e contaminação do ambiente em que se vive. Muitas vezes, o rio que corta uma cidade é usado como um local de despejo final de lixo, um hábito cultural existente e condenável. À medida que a cidade se expande, ocorrem impactos com o aumento da produção de sedimentos pelas alterações ambientais das superfícies e produção de resíduos sólidos, deterioração da qualidade da água pelo uso nas atividades cotidianas e lançamento de lixo, esgoto e águas pluviais nos corpos receptores.

Nos artigos em que foi fundamentado o texto, foi observado no texto de Mucelin e Bellini (2008) um quadro mostrando a média em que uma pessoa, com sua profissão, produz de

lixo diário, em que se vê uma grande diferença de alguns atores que participaram da entrevista (2008), mostrando a falta de reflexão perante a produção desse lixo.

Quadro 1. Percepção da quantidade de lixo diário produzido nas residências dos atores. Entrevistados média percebida da produção de lixo por residências (kg/dia).

Proprietário do comércio do centro	3,19
Proprietário do comércio de bairro	7,19
Professor universitário	3,09
Professor ensino médio	3,71
Aluno universitário	3,42
Trabalhador do comércio	4,75
Políticos	3,57
Médicos	2,19
Dentistas	4,94
Dono de casa do centro	7,07
Dono de casa de bairro	4,44
MÉDIA GERAL	4,32

Fonte: Adaptado de Mucelin e Bellini (2008).

Metodologia

Nesse contexto, o presente trabalho apresenta objetivos, metodologias e resultados obtidos na disciplina de Estágio Curricular Obrigatório.

O estágio foi realizado de março a começo de maio do corrente ano, totalizando 5 horas de prática em sala de aula e 20 horas de observação. Os planos de aula, que incluíam o material a ser utilizado, elaborado pelo estagiário, eram enviados com antecedência para a professora orientadora, que contribuía com ajustes necessários. Esse material, posteriormente, servia como fonte de estudos para os discentes.

O livro didático também foi fundamental nesse processo, pois continha imagens e mapas que eram utilizados para visualizar os assuntos estudados.

Resultados e discussão

Dificuldades foram vivenciadas nesse período, pois, ao proporcionar trabalhos que transcendem à sala de aula, muitos professores encontram ‘barreiras’ que impossibilitam a realização de práticas extraclasse, como a falta de internet na sala de aula e o fato de a escola só possuir um retroprojeter, dificultou a apresentação das imagens de 11 de setembro, em que se teve que imprimir em folhas coloridas para que os alunos pudessem ver as imagens e terem sua própria opinião referente ao assunto. Às vezes, por motivos financeiros e de logística, conteúdos ditos dinâmicos e fora da educação tradicional são deixadas de lado, pois a escola não possui infraestrutura que abasteça a produção de conhecimento.

Algumas lições aprendidas com os alunos, são que o professor nunca deixará de apreender com eles e que necessita estar aberto para receber críticas que podem ser construtivas. Todo profissional da educação, a cada ano que se inicia, aprende algo novo que lhe trará um novo olhar e uma nova ideia para a educação.

O Estágio Supervisionado II teve por finalidade propiciar a oportunidade de investigação e de reflexão a respeito da prática cotidiana do professor em Geografia, através da vivência da rotina escolar. Muitos momentos experimentados nesse estágio serão levados para a vida, como a arte de criar e transformar um conteúdo massivo em uma aula prazerosa.

Educar na e para a Geografia necessita explorar, andar, sentir e pensar, contudo, sair de um mundo das certezas e da linearidade para um mundo das incertezas e da complexidade requer um novo pensar, com atitudes ousadas. Que este espaço, chamado Escola, seja repleto de diálogo, troca, problematizações, desconstruções, um espaço de vida, e que os professores de Geografia possam contribuir para a concretização desse processo. Transformando a aula de Geografia não só em uma aula qualquer, mas em um verdadeiro local de novas descobertas (SCHROEDER; PUNTEL, 2016).

Durante a vivência na Escola de Educação Básica Vereador Paulo França, procuramos utilizar métodos diversificados no desenvolvimento das aulas, o que facilitava a aprendizagem dos alunos. Cumprimos um roteiro que consistia em planejamentos e planos de aula para o desenvolvimento das aulas, fazendo algumas modificações sempre que necessitava durante o percurso.

Visto que cabe ao professor trabalhar com planos de aula flexíveis a mudanças, para realização das nossas aulas, constituímos elementos didáticos e pautados em rotinas, que são de fundamental importância nessa fase, tais como: livros, jogos lúdicos, leituras de imagens, desenvolvimento de cruzadinhas etc.

Antes de iniciarmos qualquer conteúdo, investigávamos os conhecimentos prévios dos alunos no intuito de identificar o que eles já conhecem sobre determinado assunto. A busca por tais conhecimentos precisa acontecer logo de início em qualquer atividade, pois são os conhecimentos prévios que intermediará o trabalho docente atrelado aos saberes dos discentes.

Interessar-se pelos saberes e pela subjetividade deles é tentar penetrar no próprio cerne do processo concreto de escolarização, tal como ele se realiza a partir do cotidiano dos professores em interação com os alunos e com outros atores educacionais. (TARDIF, 2002 *apud* CELESTINO, 2006, p. 75).

Assim, percebemos a importância de orientar os alunos, trabalhando de forma interdisciplinar e estimulando eles a participarem de forma ativa durante as explicações e correções de atividades. Percebo que minha prática docente se aperfeiçoa cada vez mais, pois nós docentes, a cada ano somos reconstruídos e somos moldados, não saímos perfeitos e prontos para a sala de aula, a vivência do dia a dia com os alunos, pais e todos os envolvidos nos trazem novos começos, que sempre vêm buscando o melhor para a educação.

Nós, professores, sempre seremos desafiados a cada vez mais nos reinventarmos. Somos professores, pois pensamos que podemos mudar, construir com a educação um mundo melhor, em que a violência, o medo, a raiva, o desprezo e o rancor sejam transformados em paz, amor, comprometimento e responsabilidade com o outro. A educação é um processo social que sempre está em desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida. De todas as profissões que existem, creio que a de professor é a mais desafiadora. Na maioria das profissões que tem contato com pessoas, qualquer outro profissional dificilmente atende ou se ocupa com mais de trinta indivíduos, ao mesmo tempo, no mesmo lugar e com várias turmas. Portanto, quando entra nas salas de aula, o professor tem que lidar com dimensões, perspectivas, expectativas e dinâmicas de vida as mais diversas.

Vejo que é necessário que o professor cativa e influencie o aluno com assuntos dinâmicos, lúdicos e despertem o brilho no olho de cada aluno.

A tarefa do professor: mostrar a frutinha. Comê-las diante dos olhos dos alunos. Provocar a fome. Erotizar os olhos, fazê-los babar de desejo. Acordar a inteligência adormecida. Aí a cabeça fica grávida: engordar com ideias. E quando a cabeça engravida, não há nada que segure o corpo (MELO, 2011 *apud* ALVES, 2011).

Acreditamos na mudança da sociedade a partir dos jovens. Acreditamos que nosso trabalho pode fazer alguma diferença no futuro e no presente de tantos e tantas que passam pelas

escolas, por isso que iniciamos nossa formação e queremos fazer a diferença, a mudança. As mudanças ocorrem diariamente. A mudança desse prática ainda não foi muito visível, pois iniciamos a prática docente esse ano, mas a autocrítica e a responsabilidade de ser melhor, são pilares que sempre queremos abraçar nas nossas aulas.

Considerações finais

Muitas vezes, na sala de aula o, espaço é composto por alunos que apresentam características muito diferenciadas no que se refere à cultura, educação familiar e envolvimento com as atividades escolares, em que, muitas vezes, tem-se o confronto com a prática estudada e a realidade vista. A escola sem infraestrutura e sem salas equipadas corretamente são problemas vistos na realidade em que vivemos.

Diante disso, é notório que os alunos a cada dia se mostram menos envolvidos com a aprendizagem de uma educação tradicional, e no ensino de Geografia são poucos os alunos que demonstram esforços com essa disciplina. Por isso, é necessário que o docente se aperfeiçoe cada vez mais. Nos preocupa muito e nos leva a refletir, onde estão nossos alunos? Onde estão os pais deles? Será que é necessário diminuir o excesso das redes sociais? Será que nossos alunos estão preparados para adentrar nas redes sociais e no meio tecnológico? Será que a educação, os professores estão preenchendo o vazio da ausência dos pais?

Neste presente estágio, questionamo-nos sobre esses assuntos, vimos que o professor não é uma simples pessoa que transmite seu conhecimento, o professor é o conselheiro, a mãe ou o pai que “puxa na orelha” e um verdadeiro amigo em todos esses sentidos, e quando seu aluno precisa, sempre está de braços abertos. Muitas vezes, nós, docentes, não conseguimos nos ajustar à tecnologia ou nossa escola não está preparada para a mudança que veio e quer ficar.

Nossos alunos, em suas casas, possuem o mundo em suas mãos, tecnologias cada vez mais avançadas, um aluno que questiona e que pesquisa. Será que ele irá para a escola como um sujeito passivo, sem algo atrativo e inovador, que não modifique o jeito de pensar e que não supere suas expectativas? Cada vez mais nossas famílias estão desestruturadas, tudo é relativizado, não se fala em moral, ética, valores sociais, o que era para ser aprendido em casa vem se conceituando na escola. Pais cada vez mais ausentes da vida escolar de seus filhos, sem comprometimento com eles.

Vimos que é necessária sim uma mudança na educação, retirando velhos paradigmas, mas é necessário que a educação funcione em conjunto. Pais, alunos, professores e escola. Sem um destes sujeitos não se tem transformação, não se tem inovação. Um reencontro com a pedagogia do oprimido, escrever e ler são formas de fazer amor. O escrito não escreve como intensões didática- pedagógica. Ele escreve para produzir prazer. Para fazer amor. Escrever e ler são formas de fazer amor (FREIRE, 2000).

Nós, professores, precisamos viver e ensinar com prazer, sair de nossa área de conforto, sair de nossos métodos tediosos e tradicionais. São necessários novos obstáculos e novas possibilidades de fazer nosso mundo cada vez melhor. Nossa tarefa é essa!

Referências

FERREIRA, P. A. O avanço da tecnologia e as transformações na sociedade. **Agência de notícia CNI**, São Paulo, 11 de outubro de 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3qt8DUv>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, v. 1, n. 2-4, ago. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3nQn03q>. Acesso em: 23 fev. 2019.

LEFEBVRE, H. **El manifiesto diferencialista**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1972.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MELO, F. C. M. **Lúdico e musicalização na educação infantil**. Indaial. Uniasselvi, 2011.

MONTE-MOR, R. L. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil**. Amazônia: Teorias Urbanas, 2011.

MUCELIN, C. A. BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, jun. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3iBbic9>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ROSS, J.L.S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SCHROEDER, D. F.; PUNTEL, G. A. **Relato de experiência e de vivência no Estágio Supervisionado em Geografia IV**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3sDB6IY>. Acesso em: 16 jul. 2020.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

O ESTUDO DA SOCIEDADE PELA GEOGRAFIA

The study of society by geography

Roberto Cordeiro Vieira Filho ¹

Raphael Teodoro Hubert ¹

Resumo: O objetivo geral desta pesquisa é compreender de que forma a Geografia encontra na sociedade um objeto de estudo, e se ela teria alguma ligação com suas finalidades. Vale lembrar que a Geografia é uma matéria bastante dinâmica, em que se envolvem diversas questões que muitas vezes põe em discussão que tipo de ciência a Geografia seria. Com base nisso, o método utilizado foi o bibliográfico, por meio de obras de autores com maior aprofundamento no assunto, como Leia de Andrade, Raphaela de Toledo Desiderio e Mirian Margareth Zemke. A pesquisa demonstra que a sociedade muitas vezes se apresenta como foco do estudo geográfico, e que outras aparece envolta em diferentes questões. Existem muitas controvérsias quanto ao caráter da Geografia enquanto uma matéria de humanas, o que dificulta a compreensão da sociedade como objeto de estudo geográfico. A Geografia trata do meio e das relações com este, a partir das quais o mundo é modificado, abrindo um leque de possibilidades para a interpretação de seus objetos e objetivos. Então, a compreensão de como a sociedade está inserida entre os estudos geográficos é de suma importância para uma compreensão mais ampla dessa disciplina.

Palavras-chave: Geografia. Objetos. Estudo. Sociedade.

Abstract: The general objective of this research is to understand how Geography finds a study object in society, and if it would have any connection with its purposes. It's worth remembering that Geography is a very dynamic subject, where several issues are involved which often puts into question what kind of science Geography would be. Based on this, the method used was the bibliographic, through works of authors with further deeping in the subject, exemplifying: Leia de Andrade, Raphaela de Toledo Desidério, Mirian Margareth Zenke. The research shows that society often presents itself as the focus of Geography study, and that in others it appears involved in different issues. There are many controversies regarding the character of Geography as a matter of humanities, which makes it difficult to understand society as an object of geographic studies. Geography deals with the environment and relations with it, from which the world is modified, that opens up a range of possibilities for the interpretation of its objects and objectives. So, understanding how and if society is inserted among geographic studies is of major importance for a broader understanding of this discipline.

Keywords: Geography. Objects. Study. Society.

Introdução

Com o passar do tempo, a Geografia assumiu um caráter mais humano e menos físico com relação aos espaços que compõem seu estudo. Não que isso esteja pacificado, pois ainda há discussões sobre seu caráter.

Diante da falta de unanimidade, é preciso se fazer valer daquilo que ela de fato trata para ser possível uma compreensão mais ampla do assunto. Quando se insere nesta discussão a forma como ela se relaciona com o estudo da sociedade, essa demanda tende a complicar ainda mais. Afinal, se ainda há discussões de que tipo de ciência seria, é natural a existência da dúvida sobre quais objetos compõem ou não seu escopo.

A Geografia tem uma grande preocupação com a relação entre sujeito e mundo, mesmo que alguns apontem essa ocorrência devido a sua preocupação com o meio e não com o indivíduo. Vale lembrar que um altera o outro, o homem modifica as paisagens, sendo que tal modificação altera a vida do homem.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

A sociedade deriva das relações entre as pessoas, relações essas com resultados políticos, jurídicos, econômicos e culturais. O que torna difícil imaginar a sociedade como algo alheio à Geografia, já que as consequências da existência dela lhe servem de objeto de estudo.

Portanto, esta pesquisa levanta o seguinte problema: de que modo a sociedade se torna um objeto de estudo para a Geografia? A partir desse questionamento, esta pesquisa visa à compreensão de sociedade como algo a ser estudado pela Geografia, passando pela noção do que seria uma sociedade e de como sua existência interfere nas relações humanas, abordando os questionamentos do caráter da Geografia enquanto área do conhecimento, para, então, tornar viável a compreensão de que forma ocorre a inserção dos estudos relativos à sociedade na Geografia.

Referencial teórico ou justificativa

A sociedade, enquanto aglomerado humano que segue determinados padrões, é um conceito bastante difundido e discutido atualmente. A família, a política, a educação e as relações de poder são alguns dos temas que envolvem a sociedade, suas críticas e até mesmo a razão de sua existência. Nessa concepção, existem diversos pontos de vista relacionados a essa temática, a partir dos quais se pode estudar uma sociedade específica ou a própria ideia de sociedade (SILVA; URBANESKI, 2013).

Ao contrário de outrora, quando se possuía um caráter mais físico que humano, a Geografia hoje tem por base as relações dos agrupamentos humanos com o meio geográfico. Dessa relação homem e meio, surge a ideia de uma Geografia voltada para as transformações geradas pela humanidade sobre os mais diversos espaços e suas consequências, inclusive para a própria humanidade. Através dessa linha de estudos adotada pela Geografia na modernidade, a Geografia Física torna-se, praticamente, assessoria da humana. Sem o estabelecimento de contrapon-tos, ambas podem tornar-se complementares (DESIDERIO; PONT, 2011).

Vale destacar que a sociedade não é um componente exclusivo de uma única área do conhecimento, existindo diversas disciplinas que abordam o assunto, inclusive a mais conhecida de todas é a Sociologia, que tem o estudo da sociedade como seu objeto (SILVA; URBANESKI, 2013).

A Geografia constrói conceitos, como espaço, paisagem e lugar. Esses conceitos só existem pela necessidade humana de compreensão do meio, no qual, de alguma forma, todos se inserem. Mesmo que esse meio seja intocado pelo homem, ainda assim, é por ele classificado. O que há em comum entre os três conceitos citados é que todos possuem ligações com construções sócias: o espaço pode ser natural quando não sofre interferência humana ou geográfico quando é socialmente construído; as paisagens podem conter elementos naturais ou culturais, originados da sociedade; já o lugar é o espaço de vivência, é a área onde ocorrem as relações sociais. Portanto, a Geografia preocupa-se com a sociedade e com os resultados de sua existência no mundo (ADAS; ADAS 2015).

Outro ponto de destaque refere-se à Geografia Cultural e à Política. A cultura é uma espécie de identidade social, como se fosse uma digital de determinado povo, algo que dá a ele algum tipo de personalidade. A cultura, assim como os costumes, não é algo estático, ela vai se modificando com o tempo ao passo que a sociedade adquire novos hábitos e conceitos. Já a política é a forma como a sociedade se organiza, se autoadministra e interage com outras sociedades (ZENKE, 2011).

Mesmo quando trata de questões específicas, a Geografia ainda possui a sociedade por trás de suas questões. A educação ambiental é um bom exemplo disso, pois é uma das diversas matérias que se insere na Geografia e em seu ensino, na qual há uma grande preocupação com o espaço e os recursos naturais dos quais a humanidade depende. Os impactos ambientais envolvem, no geral, atividades sociais, que são consequência das atividades humanas, o que se contrapõe ao fato de as sociedades dependerem dos recursos naturais para sua subsistência. Então, a Geografia forma uma ponte entre as pessoas e a sustentabilidade ambiental, para que haja desenvolvimento humano no mundo, mas sem a escassez dos recursos do qual sua própria existência depende.

Assim, a finalidade da educação ambiental na Geografia é maior que a preservação da natureza, sendo seu real escopo a preservação da sociedade humana (DALMORA, 2011).

Cabe destacar que a Geografia não trata das sociedades apenas de forma genérica. Ela pode apresentar uma visão global do assunto, ou mesmo focar em uma determinada sociedade. Quando a Geografia versa sobre o continente americano, por exemplo, ela levanta suas diferentes sociedades como parte de sua formação política, econômica, social, cultural e até mesmo ambiental. Para a Geografia, a dinâmica de uma sociedade interfere diretamente no meio e nas relações em que ela está inserida. O entendimento da formação dos povos, em que se baseia determinada agrupamento social, seus conflitos e suas relações, são peças importantes para se desenhar e compreender o espaço geográfico (ANDRADE; DAHMER, 2015).

Existem questões que envolvem o conhecimento geográfico que comprovam a relevância do estudo da sociedade. Por exemplo, não há, do ponto de vista da Geografia, como se estudar o Brasil sem conhecer a sociedade que o forma. O Brasil, assim como outros países, constitui um importante objeto de análise geográfica, principalmente na educação brasileira. Como tal, sua sociedade também passa pelo crivo da Geografia, no que diz respeito à formação de seu território, por exemplo, encontra sua construção na evolução de uma nova sociedade a partir da junção de outras preexistentes, como a do colonizador, a da população indígena e a de escravos originários de outras regiões do mundo (GOUVEA; LENZ, 2018).

Diante do fenômeno da globalização, as sociedades ganham um destaque ainda maior, pois as sociedades encontram uma dinâmica na qual as relações entre praticamente todas elas, se não todas, convergem entre si. São as tecnologias tornando a sociedade humana uma só, ainda que fragmentada em várias diferentes, o que amplia o espaço geográfico a ser entendido e eleva problemáticas para níveis mundiais. Atualmente, não basta entender apenas uma população, é preciso compreender como esta estabelece suas relações com as demais (ZENKE, 2011).

A regionalização e a organização do espaço mundial têm implícitas em suas ideias as diferentes sociedades do mundo e a forma como essas escolheram se organizar. A escolha pelo regime capitalista ou socialista, suas posições quanto às entidades governamentais, a forma como lidam com direitos humanos e até mesmo a religião são temas que desenharam o mapa de uma nova ordem mundial. Assim, o mundo que conhecemos é uma produção social, o que faz da sociedade um dos mais importantes objetos de estudo da Geografia (ANDRADE; DAHMER, 2015).

Mesmo diante do conflito entre a Geografia Física e a Humana, é possível concluir que a sociedade não é apenas um objeto, mas também uma das finalidades do estudo geográfico, pois, de alguma forma, as relações humanas que estabelecem uma sociedade são, também, o gatilho da construção do espaço geográfico e a preocupação com o espaço natural. Sendo assim, seja física ou humana, a Geografia é uma matéria que possui um forte elemento social incluso, mesmo que de forma implícita, o que faz dela uma importante ciência humana (DESIDERIO; PONT, 2011).

Metodologia

Como método, foi utilizado o dedutivo por meio de pesquisa bibliográfica da problemática levantada. Através de diferentes autores, diante de variadas abordagens possíveis do tema, foi realizada a escolha por materiais fornecidos pela UNIASSELVI aos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da área de Licenciatura em Geografia.

A ideia baseia-se na articulação de diferentes disciplinas do curso de Licenciatura em Geografia, tendo como objetivo o alcance da temática em foco. Por esse motivo, fazem-se presentes obras de autores como Andrade e Dahmer (2015) e Zemke (2011).

Como apoio às obras aproveitadas dos cursos de graduação e pós-graduação da UNIASSELVI, foi utilizado o Livro Didático de Geografia da rede municipal de ensino, por estar alinhado à matéria e possuir clareza de conteúdo.

Figura 1. Geografia: o mundo em transição



Fonte: Adaptado de Vesentini (2012).

A Figura 1 representa por meio de uma charge uma aula de Geografia sobre as vantagens da globalização, em que fica evidenciada a desigualdade social criada por esse fenômeno, ressaltando muitas vantagens para os países do hemisfério Norte e poucas para os do Sul, o que gera impactos sociais diversificados sobre ambos, demonstrando a sociedade como foco geográfico.

Resultados e discussão

Existem muitas questões envolvendo o estudo da sociedade na Geografia, pois a amplitude de seu caráter humano ainda é um tema bastante controverso. Em sua obra, Desiderio e Pont (2011, p. 12-13) apresentam que:

Ainda existem muitos embates que devemos ultrapassar para atingir a ideal interdisciplinaridade na Geografia. A dicotomia entre estudos das áreas Humanas e Físicas ainda permanecem, e em alguns casos são necessárias devido à especificidade de seus objetos de estudo. Todavia, nunca tivemos um cenário tão positivo para tal aproximação. Inclusive alguns pesquisadores no Brasil já conseguem apontar para essas possibilidades, como o professor Carlos Walter Porto Gonçalves em sua obra “Os (des)caminhos do meio ambiente”, Berta Becker em “Geografia e Meio ambiente” de 1995, entre outros. Andrade (2001, p. 24), outro entusiasta da diluição das fronteiras entre as áreas físicas e humanas na Geografia, afirma que “temos que reconhecer que a interdisciplinaridade é bem mais ampla, incluindo ciências da Terra e da sociedade, isto porque existe uma unidade e uma totalidade do conhecimento científico”.

Partindo dessa lógica, é possível perceber que o conflito se mantém entre o caráter físico ou humano da Geografia. Assinalando os referidos autores, é importante destacar a importância de uma pacificação entre ambas as áreas geográficas, objetivando um entendimento da disciplina e incluindo a interdisciplinaridade como uma forma de alcançar um conhecimento amplo e não fragmentando. Uma matéria que trata de questões tão complexas não pode ser resumida em apenas um tipo de conhecimento, devendo ser entendida como uma soma ou acabará resultando em uma subtração de saberes.

Por sua vez, Zenke (2011, p. 38) ressalta que:

Quando deixamos de trabalhar com os diferentes lugares e suas particularidades, estamos materializando um mundo de interesses, pois, se analisarmos onde a globalização se “instala”, veremos que ela é bastante seletiva, buscando apenas interesses econômicos e, caso determinado país ou lugar não corresponda às expectativas financeiras, ou seja, não seja lucrativo, dali ela se esquia e esse lugar ou país nem é lembrado. A Geografia, nesse contexto, precisa policiar-se para não se tornar homogênea e compactuar com a massificação das ideias e valores, para não deixar que a riqueza do espaço temporal com a qual trabalha desapareça diante da globalização. [...] A priorização do espaço vivido e as práticas do espaço percebido, transpondo-as para as representações do espaço concebido, devem ser priorizadas pela Geografia, assim como oportunizar situações em que nosso futuro aluno teorize e textualize as suas significações por meio dos sentimentos, emoções e envolvimento com o seu lugar.

Assim, é possível perceber que além do conflito interno que a Geografia enfrenta, ela ainda encontra o desafio dos interesses que lhe são exteriores. Ou seja, ainda que se admita a importância da Geografia Humana, afirmando a sociedade como objeto de estudo, é preciso estar atento para a relevância geral da humanidade e não apenas dos agrupamentos em que há interesses econômicos envolvidos. A Geografia não deve e não pode, enquanto uma ciência, focar apenas naquilo que é relevante para elevar ainda mais interesses de determinados grupos que não tratam do foco dessa disciplina.

Andrade e Dahmer (2015, p. 6-7) explicam que:

Enquanto ciência, a geografia tem como objetivo explicar o espaço (geográfico), o qual no senso comum é visto como superfície terrestre, a partir da prática dos homens e de sua apropriação e des/re/organização, criando uma vasta gama de áreas diferenciadas. O objetivo do geógrafo é analisar o processo de produção, funcionamento, de organização e diferenciação dos espaços.

Assim, ciência geográfica é um campo de estudos em que se agregam e se inter-relacionam saberes, tanto das ciências naturais como das ciências sociais, que contribuem para o estudo de seu objeto, o espaço geográfico, no qual se desenvolvem as relações entre sociedade e natureza. O pensamento geográfico, desde sua concepção até a contemporaneidade ou pós-modernidade, continua evoluindo, uma vez que a sociedade e o conhecimento têm caráter dinâmico.

Então, temos o espaço e toda a dinâmica que o envolve como o foco da Geografia. Seu funcionamento, sua formação e a identidade para ele gerada passam pela relação do espaço com a humanidade, sociedade. A relação entre o homem e o meio é o que permeia todo o conhecimento geográfico, por isso, é importante que se deixe de negar a presença da sociedade na parte física da Geografia. O verdadeiro pensamento geográfico só pode ser construído da soma entre as ciências sociais e naturais, pois se existem as duas é porque de alguma forma são contrapontos de um ponto comum. Sendo necessária a concepção de que o pensamento geográfico não é estático, pois ele se transforma com a sociedade através do tempo, fazendo da sociedade um elemento modificador da própria Geografia.

Por todo o exposto, é possível concluir que a sociedade é sim um objeto e, também, uma das principais finalidades da Geografia. Mesmo diante do conflito entre diferentes ideias acerca de seu escopo e de como ela deve aliar sua vertente humana à física, a interdisciplinaridade se faz cada vez mais presente nessa matéria. Atualmente, é possível perceber que a Geografia tende a superar sua dicotomia e alcançar sua plenitude por meio de diferentes tipos de conhecimento para a formação de um saber geral, em que a humanidade, na forma de sociedade, estará presente como meio e fim.

Considerações finais

A Geografia é a matéria que estuda o meio no qual, de alguma forma, a humanidade se insere. Ocorre que o meio se relaciona com questões que vão além de sua própria existência. Seja ele natural ou geográfico, a possibilidade da interferência humana em um mundo dominado por essa espécie é muito grande, para não dizer provável.

Ao longo do tempo, a Geografia vem transformando seu próprio modo de ver e estudar o mundo. No passado, seu foco estava relacionado com uma área física, mas atualmente ela coloca o ser humano em foco. Assim, questões como a política, a economia, a cultura e a sociedade desenham seus mais recentes interesses.

A própria ideia de espaço geográfico e espaço socialmente construído já deixa clara a importância da sociedade para a Geografia. Mesmo quando ela trata do espaço natural, aquele sem interferência humana, fica implícita sua relação com o homem, ainda que essa relação seja criada pela ausência de sua interferência.

O meio ambiente e a própria Educação Ambiental encontram uma grande relevância geográfica e social, pois, através da Geografia, se constrói nos indivíduos uma consciência ambiental coletiva, voltada para a preservação da sociedade por meio da preservação da natureza. Assim, proteger o meio ambiente significa proteger as pessoas.

Temas como a globalização dão ainda mais força para essa lógica, uma vez que, diante da globalização, o conceito de sociedade é elevado a um nível mundial, fazendo dessa sociedade global e das relações entre suas fragmentações questões extremamente relevantes para uma análise geográfica.

Por todo o exposto, nem parece tão relevante a questão de a Geografia ser física ou humana, já que ela trata de ambos os aspectos e um acaba passando pelo estudo do outro. No entanto, é fácil concluir que a sociedade se tornou um importante objeto de estudo geográfico. As relações entre o homem, os espaços naturais e geográficos, assim como as dinâmicas sociais de um mundo globalizado e determinados conceitos, como cultura, política e economia, fazem prova de que a Geografia precisou assumir um estudo da sociedade para sua própria compreensão. O que, em uma análise mais profunda, faz dela uma ciência essencial humana.

Referências

- ADAS, M.; ADAS, S. **Expedições geográficas**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- ANDRADE, L. de; DAHMER, R. L. **Geografia da América Latina**. Indaial: UNIASSELVI, 2015.
- DALMORA, E. **Educação ambiental**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.
- DESIDERIO, R. de T.; PONT, K. R. D. **Geografia humana**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.
- GOUVEA, R. L.; LENZ, T. C. Z. **Geografia do Brasil**. Indaial: UNIASSELVI, 2018.
- SILVA, E. da; URBANESKI, V. **Sociedade, educação e cultura**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.
- VESENTINI, J. W. **Geografia: o mundo em transição**. São Paulo: Editora Ática, 2012.
- ZENKE, M. M. **Geografia cultural e política**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.

A IMPORTÂNCIA DA CARTOGRAFIA PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA

The importance of Cartography for teaching Geography

Roberto Cordeiro Vieira Filho ¹

Valmir José Effting ¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo a compreensão da relevância da coexistência entre a Geografia e a Cartografia no ensino. Destaca-se que a Cartografia possui uma forte ligação histórica com a humanidade, da qual ela é tanto resultado quanto geradora de consequências. A Cartografia atravessou as eras criadas pelas sociedades humanas ganhando força ao longo dessa jornada, e ao invés de encontrar um fim em meio às tecnologias que mudaram o mundo, achou uma nova roupagem, novos conceitos e uma presença ainda mais perceptível na vida das pessoas. Com uma relevância crescente, essa ciência já atrelada à Geografia assume diante do ensino geográfico uma importante postura, por muitos ainda ignorada. Nesse sentido, o método utilizado foi o bibliográfico, por meio de obras de autores estudiosos no assunto, como, por exemplo: Arildo João de Souza, Laura Freira Estêvez, e Marcelo Martinelli. O presente trabalho demonstra que a Cartografia é forma de comunicação e representação de determinados fenômenos e paisagens; que ela possui seus objetos, através dos quais justifica seu estudo, entre os quais destacam-se os mapas, plantas, cartas e croquis. Na medida em que se torna uma das mais famosas linguagens da Geografia, acaba por se tornar uma das mais importantes ferramentas de seu processo de ensino-aprendizagem. Contudo, sua relevância para a Geografia ainda é desconhecida e ignorada por muitos, o que fornece uma extrema importância à discussão deste tema. Só assim é possível o alcance de sua relevância para o ensino da Geografia, e, conseqüentemente, o alcance de seus objetivos.

Palavras-chave: Cartografia. Geografia. Ensino.

Abstract: This work aims to understand the relevance of the coexistence of the Geography and Cartography in geographic teaching. It stands out that Cartography has a strong connection with humanity, of which it is both a result and a generator of consequences. Cartography crossed the ages created by human societies gaining strength throughout this journey, which instead of finding an end within the technologies that changed the world, found a new guise, new concepts and an even more noticeable presence in people's lives. With a growing relevance, this science is already linked to Geography, it assumes, in the face of geographic teaching, an important posture, by many still ignored. In this sense, the method used was the bibliographic, through works by authors on the subject. The present work demonstrates that Cartography is a form of communication and representation of certain phenomena and landscapes. That it has objects, through which it justifies its study, among which stand out the maps, plans, charts and sketches. As it becomes one of the most famous languages of Geography, it ends up becoming one of the most important tools of its teaching and learning. However, its relevance to Geography is still unknown and ignored by many, which provides an extreme importance to the discussion on this topic. Therefore, only in this way it is possible to reach its relevance for the teaching of Geography, and, consequently, the achievement of its objectives.

Keywords: Cartography. Geography. Teaching.

Introdução

Existem diferentes linguagens, mas o que todas têm em comum é a capacidade de expressar algo. A Cartografia surge, nesse ponto, como meio através do qual se representam características físicas e humanas do mundo em que vivemos. Ela não compreende apenas traços e linhas, mas a um conteúdo traduzido em uma linguagem própria, através do qual se visa à compreensão pelo maior número de pessoas.

A Geografia é uma importante disciplina voltada para compreensão dos espaços, sejam eles físicos ou humanos, com enfoque na formação do cidadão. A ideia central dessa matéria é

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

a compreensão do que há ao nosso redor, de como modificamos e somos modificados por esses espaços. A Cartografia surge na Geografia como um modo de retratar essas diferentes realidades, possibilitando a compreensão e o planejamento dos mais diversos espaços.

A Cartografia é a área do conhecimento por trás dos mapas, surgindo como uma das principais formas de linguagens geográficas, de modo que a Geografia tem no objeto cartográfico do mapa seu próprio símbolo e um de seus mais importantes recursos, o que trona essas duas áreas do conhecimento praticamente inseparáveis. Ambas não apenas se entrelaçam, como muitas vezes se confundem.

Ressalta-se que por trás da Cartografia há uma grande importância histórica ligada à evolução das sociedades pelo mundo, e que os avanços tecnológicos não a tornaram obsoleta, muito pelo contrário. O mundo globalizado moderno tem um importante papel na inserção da Cartografia no cotidiano da população em geral.

A Geografia, enquanto matéria, precisa estabelecer pontes entre as pessoas e o conhecimento. Essas pontes se fundam sobre as mais variadas linguagens, que permitem a transmissão e a compreensão de determinados dados que lhe sejam relevantes. O conhecimento cartográfico encontra entre suas finalidades ser uma espécie de veículo para as informações geográficas.

A partir dessa explanação, a presente pesquisa levanta o seguinte problema: qual a relevância do uso da Cartografia para o Ensino da Geografia?

Com base nesse questionamento, esta pesquisa busca a compreensão da importância de se atrelar a Cartografia ao ensino da Geografia, passando pelo entendimento do que é a Cartografia, de como ela se relaciona com a humanidade e com a própria Geografia, e se de fato ela deve fazer parte do ensino geográfico.

A pesquisa surge da necessidade de compreensão de um instrumento que possui um caráter autônomo, mas, ao mesmo tempo, demonstra uma dependência de outras áreas do conhecimento. No caso em questão, refere-se a Cartografia como um instrumento da Geografia, instrumento este que precisa ser muito bem pensado, pois, como toda ferramenta, pode ser um facilitador ou um empecilho para quem não sabe utilizá-lo adequadamente. Assim, o tema em questão se faz relevante para estudiosos da área do ensino.

Fundamentação teórica

Todos vivemos em um mundo que necessita da tradução de suas imagens, seja para o representarmos ou para nos localizarmos. Essa tradução surge através da grafia do que nos cerca, por meio de desenhos de caminhos e das diferentes realidades que nele existem, culminando nas manifestações de um mundo física, humana e geograficamente relevante. A Cartografia surge, nesse ponto, como a técnica ou ciência por trás das linhas que desenharam o mundo e a realidade humana (NASCIMENTO, 2010).

A Cartografia pode ser explicada como a técnica de estudo e elaboração de mapas. Quando se fala de Cartografia, a palavra mapa costuma ser utilizada de forma genérica, exprimindo-se nesse conceito as plantas, as cartas e os croquis, por exemplo. Como objeto mais conhecido da Cartografia, o mapa é utilizado para generalizar sua explicação. Assim, pode-se traduzir a Cartografia na arte de se mapear (SOUZA *et al.*, 2013).

Em sua obra, Martinelli (2008, p. 7) ensina que:

Nos albos de sua existência, o homem gravou em pedra ou argila, pintou em pele de animais ou armou em estruturas diversas o seu lugar, seu ambiente e suas atividades. Ao fazer isso, não só representava a prática de suas relações espaciais, em terra ou mar, como também expunha o conteúdo das relações sociais de sua comunidade.

As histórias da Cartografia e da humanidade encontram-se atreladas por muitos séculos de evolução. A Cartografia surge e se desenvolve junto às sociedades humanas, nos mais diversos lugares do planeta. As formas iniciais de produções cartográficas, ainda que hoje pareçam primárias, são expressas em diferentes fases através de objetos como pinturas em cavernas, placas de argila, couro de animais, pranchas de cobre etc., havendo uma longa evolução até a chegada da impressão em papel e, mais tarde, dos meios digitais. Ela avançou com a humanidade e permitiu à humanidade avançar, deixando de lado uma vida local para dar espaço a um mundo globalizado, um mundo construído desde a época das grandes navegações até a era da informação digital (SOUZA *et al.*, 2013).

Os mapas estão presentes nas mais diversificadas culturas, sendo que, em todas elas, são tidos como fontes de conhecimento. Como a evolução dos mapas está atrelada à evolução do conhecimento, a Cartografia não pode ser tida como algo estático. Ela evolui adaptando-se aos conhecimentos que se transformam acerca daquilo que visa representar, ou seja, ela se adequa a novos entendimentos e tecnologias ligados à sua forma ou ao conteúdo por ela representado, de modo que nunca se torna obsoleta e ultrapassada, acompanhando a evolução humana (MARTINELLI, 2008).

Os mapas são representações de determinadas realidades, elaborados através da Cartografia. Estão presentes no dia a dia de muitas pessoas, principalmente no que se refere à localização. Mesmo em áreas menores, como um shopping, é possível perceber a presença deles para a orientação espacial das pessoas (BELTHER, 2016).

Para Garcia (2014), a revolução tecnológica pela qual o mundo passou e passa só faz ampliar a importância da compreensão da Cartografia. Hoje, o conhecimento cartográfico se faz necessário não somente para a orientação, mas também para o planejamento e a organização dos territórios e, conseqüentemente, das sociedades. Lembrando que tudo isso permeia os estudos geográficos, reafirmando a importância da Cartografia diante do ensino e aprendizagem da Geografia. Dessa forma, a compreensão e internacionalização dos conhecimentos cartográficos são essenciais para o uso de um conjunto de ferramentas tecnológicas a todos disponíveis, e para o alcance dos objetivos da própria Geografia em um mundo globalizado.

É fato que instrumentos tecnológicos como o Sistema de Posicionamento Global (GPS), o *Google Maps* e o *Google Earth*, aproximam ainda mais as pessoas da Cartografia. A cada nova tecnologia que se insere na vida das pessoas, surge a necessidade de adaptação. Acompanhar o mundo que evolui ao redor do homem é fundamental para que este continue inserido naquele. Com a Cartografia digital invadindo o cotidiano das pessoas, ela acaba ganhando um novo fôlego. Então, a Cartografia não se apresenta apenas como um instrumento do ensino geográfico, ela também precisa ser entendida como uma ferramenta tecnológica habitual (RAMPAZZO *et al.*, 2014).

Independentemente do objeto pelo qual se manifesta – mapas, cartas, plantas, croquis etc. –, a Cartografia é um importante instrumento utilizado por diferentes áreas do conhecimento, como a História e a Sociologia, porém é fato que sua ligação com a Geografia é por vezes a mais ampla e notória (ADAS; ADAS, 2015).

A própria ideia da Geografia costuma estar atrelada à imagem de um mapa, o que comprova o fato deste lhe fazer representação. Como se extrai da obra de Martinelli (2008, p. 7):

Quando falamos em mapas, imediatamente os associamos à Geografia. É um aspecto eminentemente cultural. Os mapas, portanto, representariam a geografia, o que é geográfico. Seriam a própria Geografia. Sinônimos.

Nesse sentido, podemos verificar que o mapa sempre surge como representação simbólica da Geografia. Isso parece se confirmar mais ainda em nossos dias. Organizações geográficas, eventos da Geografia, instituições científicas ligadas à Geografia, até mesmo empresas que lidam com várias partes do mundo e operadoras de turismo marcam

sua presença mediante tal símbolo nos seus logotipos. Tudo o que é Geografia, em geral, tem como logotipo básico um planisfério do globo terrestre, mesmo que não se reflita ou discuta nada sobre mapas, nem acerca de seu conteúdo político, ideológico, temático.

Os mapas, assim como outros objetos cartográficos, possuem um protagonismo quase que imensurável na Geografia, chegando ao ponto de lhe servir como símbolo e representação. Tanto que a Cartografia atende facilmente às duas vertentes geográficas: a Geografia Física, correspondente à Geomorfologia, à Climatologia, à Hidrogeografia etc.; e a Geografia Humana, corresponde às Geografias Política, Econômica, Urbana e Agrária, entre outras. O nome Cartografia encontra suas origens em palavras gregas, sendo formada a partir da junção de *chartis* (mapa) e *graphein* (escrita), significando a escrita de mapas. Assim, resta clara a ideia da Cartografia como a linguagem por trás dos mapas e de seus outros objetos (ESTÊVEZ, 2015).

O conceito exato de Cartografia foi estabelecido pela Associação Cartográfica Internacional (ACI) e confirmado pela Unesco no mesmo ano, 1966:

Apresentam-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como a sua utilização (IBGE, 2007 *apud* SOUZA, 2013, p. 3).

Cabe ressaltar que a linguagem expressa formas de comunicação que não são restritas à simples grafia. A linguagem está relacionada ao pensamento, sua expressão e conclusão, ela não só produz como permite produzir. Existem diferentes linguagens, sendo que elas se relacionam ao significado do que se pretende, de alguma forma, representar. A Geografia possui suas linguagens, formas de representar o conhecimento, e é nesse ponto que a Cartografia se faz mais presente, pois é uma das mais destacadas linguagens da Geografia (CARLOS, 2012).

Quando se fala em Cartografia, está se falando em um meio de comunicação, o que pode resultar na confusão entre a Cartografia ser ou possuir uma forma de linguagem, da qual a Geografia se apropria. No entanto, para a Geografia, o que realmente importa não é a discussão acerca da Cartografia ser ou ter uma linguagem própria, mas saber que a Cartografia é um veículo para o conhecimento geográfico, sendo que a mera exposição de algo não compõe o escopo da Cartografia, pois ela visa o entendimento daquilo que faz representação (NASCIMENTO, 2010).

Assim como ocorre em todas áreas do conhecimento, a Geografia tem suas próprias formas de linguagem, através das quais expressa suas informações e viabiliza seu conhecimento. A linguagem, principalmente a partir do século XX, torna-se um importante objeto de estudo para os mais diversos segmentos, o que eleva sua importância como um todo. A linguagem corresponde à tradução do conhecimento, sendo que a Geografia tem na Cartografia uma de suas mais importantes linguagens. Sua importância como linguagem geográfica chega ao ponto de fazer autores como Ritter, um dos fundadores da Geografia moderna, apontarem a Cartografia como uma verdadeira ditadura nas linguagens da Geografia (CARLOS, 2012).

Diante do ensino, por meio dos mapas a Cartografia pode dar aos alunos uma noção e compreensão de mundo, representando de diferentes formas o contexto espacial no qual, de alguma forma, todos se inserem. Esse mundo ao qual a Cartografia se refere não corresponde exclusivamente ao conceito de sua totalidade, nem tampouco à representação de sua superfície. A representação que provém da Cartografia pode ser uma fragmentação de parte do que compõe o planeta, seja expondo uma paisagem, a forma de determinado relevo ou mesmo a dinâmica de uma sociedade. Faz-se necessário ressaltar que a Cartografia se trata de uma linguagem univer-

sal, passível de compreensão por um elevado número de pessoas. Então, a Cartografia permite a compreensão da proporcionalidade, da ordem e da diversidade, pela população como um todo, compondo uma linguagem a ser compreendida e não traduzida (BELTHER, 2016).

Quanto à presença da Cartografia na dicotomia entre as vertentes humanas e físicas da Geografia, da obra de Nascimento (2010, p. 57) se extrai:

E para representar a Geografia no seu amplo espectro, a Cartografia, como um meio de transmissão do conhecimento, é possível afirmar que cada produto tem seu autor, um propósito e um tema. Archela e Tréry (2008) afirmam que a elaboração de mapas temáticos, por exemplo, passa por várias etapas: coleta de dados, análise, interpretação e representação das informações sobre um mapa base topográfica. Os temas geográficos tanto podem ser de natureza física (geologia, hidrografia, cobertura vegetal, temperatura etc.), como referência à sociedade (população, nível escolar, economia, política etc.).

A Cartografia, assim como os mapas, não se preocupa apenas com espaços físicos destinados à localização. Ela cuida de representar os espaços construídos pelo homem, mesmo quando estes não são físicos, como espaços políticos, culturais, econômicos e sociais. Portanto, a Cartografia, como já mencionado, pode ser utilizada pela Geografia Física e pela Humana, servindo para o alcance do foco de uma ciência tanto natural quanto social (ADAS; ADAS, 2015).

Para Almeida (2011), a Cartografia é um importante procedimento de ensino. Não descartando o fato de ela consistir, também, em uma útil estratégia de ensino, não se pode esquecer que a Cartografia compreende parte do processo de ensino da Geografia. Ao fornecer dados primários sobre determinado espaço, ela permite sua análise e compreensão, resultando na visão espaço-temporal de sua organização e produção.

Sobre o uso da Cartografia no ensino geográfico, Souza (2010, p. 28) explica que:

A cartografia é um recurso importante no processo de ensino e pesquisa. Ensinar utilizando as diversas formas de representação e escalas cartográficas ajuda o aluno nos estudos geográficos. Por meio do sensoriamento remoto, é possível o mapeamento e a atualização de dados cartográficos e temáticos, a produção de dados meteorológicos, entre outros.

O escopo da Geografia é bastante dinâmico. Ela se preocupa com o meio ambiente, com a economia, com a política, com a cultura, com o universo, com as formas de representação do mundo etc., mas tudo o que cerca seu conteúdo possui um ponto em comum: o meio no qual a humanidade se insere – não apenas o espaço físico que o homem habita, mas também aquele intocado por ele e, ainda, espaços imateriais que só existem perante as relações humanas. A ideia é compreensão do meio, pois, de alguma forma, a humanidade é seu resultado (MARTINS; PIOVEZANA, 2011).

Ensina Souza (2010) que o ensino da Geografia tem como foco a organização do espaço e a formação do cidadão, sendo a Geografia entendida como uma ciência social, humana. Para seu ensino, é possível, e muitas vezes necessária, a utilização de diferentes instrumentos, entre os quais destacam-se os objetos da Cartografia. Além dos mapas, os croquis também são destaque na Geografia, mesmo que muitos os chamem de mapas, já que se trata de uma espécie de rascunhos de mapas, esboços não elaborados por cartógrafos capazes de reproduzir informações cartográficas/geográficas. Pode-se destacar, ainda, os Atlas, os mapas digitais e o Globo Terrestre como fontes cartográficas com grande relevância para o ensino da Geografia.

É preciso ter cuidado para não se menosprezar a Cartografia, pois muitos geógrafos a enxergam como simples ilustrações, o que os leva ao descarte do conhecimento subjetivo nela encontrado. A Cartografia pode, sim, servir como instrumento para a Geografia e outras áreas,

como a zoologia, a botânica e a biologia, mas isso não desfaz sua autonomia como área do conhecimento. Ela precisa ser para os educadores um suporte à reflexão, e não uma mera representação de um conceito fechado a interpretações de seu conteúdo (CARLOS, 2012).

Material e métodos

O método utilizado para a pesquisa foi o dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfica com foco na temática que corresponde à importância da Cartografia no ensino da Geografia. Com uma abordagem qualitativa da problemática, por meio de diferentes autores, pretendeu-se o alcance dos objetivos elencados na pesquisa e a resposta da pergunta-problema.

Como a questão envolve variadas abordagens, surgiu a necessidade do uso de variados autores, estudiosos do assunto, o que fornece embasamento e relevância aos pontos levantados e discutidos na pesquisa. Assim, a construção da pesquisa enriquece com a colaboração de diversas fontes.

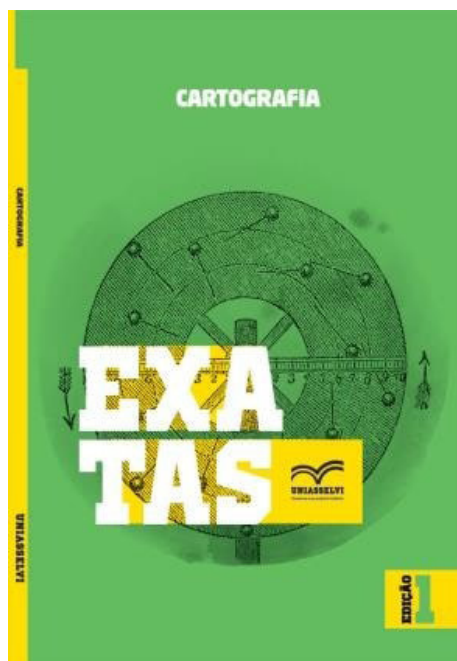
Para a escolha do material, foi realizada uma pesquisa entre as obras utilizadas nas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), das áreas de licenciatura e metodologia do ensino de Geografia. Esses materiais bibliográficos, somados a outros, de acervo pessoal, formaram o conjunto necessário para a exploração da temática, de modo que houve uma articulação entre autores dos cursos de licenciatura da UNIASSELVI com outros estudiosos do assunto.

Estão presentes na pesquisa obras como as de Almeida (2011), Estêvez (2015), Nascimento (2010), Souza *et al.* (2013) e Souza (2010).

As bibliografias utilizadas, como já mencionado, compõem o acervo dos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da UNIASSELVI, portanto, de sua biblioteca, sendo utilizados livros físicos para a pesquisa. Da mesma forma ocorreu com livros originários de outros acervos.

Por fim, ocorreram análises de obras de outros autores, todavia, após uma criteriosa seleção, foram utilizados apenas os que se demonstraram mais relevantes e consistentes com o tema proposto, sendo os demais descartados da pesquisa.

Figura 1. Capa do livro didático de cartografia.



Fonte: Souza *et al.* (2013).

A Figura 1 corresponde à bibliografia que serviu de inspiração inicial para a elaboração da pesquisa. Trata-se de livro de acervo pessoal cedido pela UNIASSELVI aos alunos do curso de Licenciatura em Geografia, o qual representa o primeiro contato com o tema eleito para a pesquisa.

Resultados e discussão

O ensino da Geografia, assim como o de qualquer matéria, demonstra-se um tema bastante complexo, sendo que a transmissão de conhecimento depende, de alguma forma, de uma linguagem, sem a qual não há transposição de informações. Dentre as mais diversas linguagens gráficas, destaca-se a Cartografia, que para alguns é uma ciência, e para outros, uma arte. O que há de certo sobre ela é que cuida do estudo e da elaboração de seus objetos: cartas, mapas, plantas etc.

A Geografia, assim como outras ciências escolares, possui suas próprias linguagens, tidas como instrumentos para o ensino, aprendizagem e análise de seus conteúdos. A Cartografia, dentre as linguagens geográficas, é uma das que mais se destaca, sendo essa ideia facilmente comprovada pelo fato de a figura do mapa, que é um objeto da Cartografia, servir também como imagem ilustrativa da própria Geografia.

A grande questão em foco é se há relevância no uso da Cartografia para o ensino da Geografia. Com base nesse dilema, destaca-se trecho extraído da obra de Souza et al. (2013, p. 103), onde é possível observar a importância e o contexto em que a Cartografia se insere no ensino da Geografia:

A Cartografia, na sua trajetória histórica, tem uma grande contribuição no desenvolvimento da comunicação, mesmo antes da escrita, pois, através de uma linguagem própria, sintética, apresenta conhecimentos. Na escola, a disseminação desse conhecimento permite ao aluno ancorar ideias através das cores, signos, formas, proporções, entre outros. No fazer pedagógico, a Cartografia tem um papel fundamental quando o professor sabe das potencialidades que os mapas, maquetes, globos e outros materiais oferecem.

Com base nessa ideia, é possível a compreensão de três vertentes sobre essa temática: a primeira diz respeito à importância histórica da Cartografia, que já é o suficiente para inseri-la no contexto do ensino geográfico; a segunda revela seu uso como um instrumento facilitador e instigador do conhecimento; já a terceira baseia sua importância na presença dos objetos cartográficos na vida cotidiana, o que faz da Cartografia algo a ser aprendido, e não apenas um elemento facilitador de outras aprendizagens.

Nascimento (2010, p. 75) chega a uma conclusão semelhante à apresentada anteriormente, renovando a ideia de que:

A Cartografia está presente no cotidiano das pessoas. Dessa forma, basta um olhar atencioso à nossa volta para que se note sua presença. Quando se trata da aplicação da Cartografia no ensino da Geografia, esta deve ser trabalhada de forma tal que facilite e estimule a aprendizagem dos alunos de uma maneira prática e de fácil compreensão.

Então, é possível perceber uma simetria entre os pensamentos de diferentes autores sobre essa temática, dando plausível a compreensão, em meio às ideias apresentadas, de que o foco do uso da Cartografia no ensino da Geografia não se restringe a ser um facilitador para o professor, sendo ela, para estes autores, um canal por meio do qual os alunos podem desvendar o mundo enquanto sua criatividade é estimulada, fazendo desse suposto instrumento que é a Cartografia um tema integrante da própria matéria e dos conhecimentos geográficos.

Por sua vez, Souza (2010, p. 28) conclui que:

A Cartografia é um recurso importante no processo de ensino e pesquisa. Ensinar utilizando as diversas formas de representação e escalas cartográficas ajuda o aluno nos estudos geográficos. Por meio do sensoriamento remoto, é possível o mapeamento e a atualização de dados cartográficos e temáticos, a produção de dados meteorológicos, entre outros.

O que está claro na ideia do autor é que a Cartografia é uma rica e importante fonte de dados para a Geografia. Ele ainda assinala que as tecnologias são capazes de lhe fazer complementação e atualização. Assim, temos o conhecimento cartográfico como um elemento informativo, que se vincula ao desenvolvimento tecnológico para ganhar ainda mais precisão e, conseqüentemente, mais força.

Na obra de Estêvez (2015, p. 7) é possível verificar uma outra ideia sobre a relação entre a Cartografia e a Geografia, baseada em um caráter indivisível entre ambas, que consiste no conceito de que:

A geografia e a cartografia caminham juntas: a geografia é o conteúdo e a cartografia é a forma, de modo que podemos considerá-las complementares. A cartografia especializa o conhecimento geográfico, assim como as informações geográficas necessitam ser representadas espacialmente. Portanto, uma não existe sem a outra.

Com base nessa lógica, a Cartografia não seria apenas um elemento facilitador do ensino geográfico, mas sim a forma pela qual o conhecimento geográfico se apresenta. Nesse caso, elas seriam inseparáveis, pois não existiria conteúdo sem forma e nem forma que não fosse a expressão de algum tipo de conteúdo. Para a autora, elas seriam uma espécie de irmãs siamesas, onde a divisão implicaria na perda da forma, que viciaria o conteúdo.

Almeida (2011, p. 122), em sua obra, ensina que:

Quando assumimos que a linguagem cartográfica é uma estratégia de ensino ou um procedimento, não estamos desconsiderando que ela seja também técnica, mas que, para o ensino, ela é uma linguagem importante. Entendemos que a cartografia, como afirma Cardona (2002), é um sistema-código de comunicação imprescindível para o processo de aprendizagem em Geografia. A linguagem cartográfica torna-se uma metodologia inovadora na medida em que permite relacionar conteúdos, conceitos e fatos; permite a compreensão, pelos alunos, de parte e da totalidade do território, e está vinculada a valores de quem elabora ou lê o mapa. A dimensão procedimental da cartografia, que pode ser histórico-geográfica, permite ao aluno interpretar e analisar fontes primárias, possibilitando o entendimento espaço-temporal da organização e produção de um determinado território.

A partir dessa explanação, é possível perceber que a Cartografia pode ser vista como sendo linguagem, procedimento, técnica ou metodologia. Assim, ela possui diversas facetas, variáveis de acordo com os diferentes prismas pelos quais se pode enxergá-la. Não que as ideias envolvendo os conhecimentos cartográficos sejam abstratas ao ponto de que cada um possa entendê-los da forma que achar melhor, a questão, na realidade, gira em torno das múltiplas formas de se encarar sua utilização na Geografia.

Mesmo diante de tantas ideias a respeito da importância da Cartografia no ensino da Geografia, é possível se chegar a alguns consensos. O primeiro deles é que, sem dúvidas, a Cartografia deve estar presente no ensino geográfico. Isso é um fato apontado por todos autores analisados. Outra questão diz respeito às discussões da variabilidade do uso da Cartografia pela Geografia, o que não a torna algo volúvel. Também vale destacar a historicidade por trás do tema, a presença da Cartografia na vida cotidiana e seu entrelace com as tecnologias.

Seja por uma questão de irmandade quanto aos conteúdos e formas, seja por se apresentar como um instrumento útil, ou mesmo uma linguagem, o que se pode afirmar, com toda a certeza, é

que o uso da Cartografia no ensino da Geografia é uma realidade. Por obrigação ou não, quando bem pensada, enriquece em muito o ensino, não só da Geografia, como também da melhor compreensão da própria Cartografia e de tudo que ela tem a oferecer. Desse modo, o ensino geográfico deve se cruzar com o cartográfico, independentemente da autonomia de ambos os conhecimentos.

Considerações finais

Este trabalho parte da proposta de um entendimento quanto a importância do uso da Cartografia como uma das linguagens da Geografia, visando à compreensão de seu uso para o ensino e aprendizagem dessa disciplina. Para o alcance da referida compreensão, foram tratados temas como a Cartografia enquanto uma linguagem, sua ligação histórica com a humanidade, sua presença na vida cotidiana moderna e sua utilização enquanto instrumento geográfico.

Durante o desenvolvimento do presente trabalho, foi possível verificar que a Cartografia, de alguma forma, esteve presente em meio às sociedades humanas desde seus primórdios, que ambas evoluíram juntas, como uma troca onde a Cartografia enriquece à medida que novas portas são abertas por ela para a humanidade.

Também, houve a constatação da Cartografia como sendo uma forma de linguagem. E que, como tal, encontra em sua universalidade uma de suas maiores virtudes, pois é direcionada à coletividade, embora não compreendida por todos. Servindo como uma importante ferramenta de exposição da humanidade, de seus feitos e do mundo, através da qual é possível uma análise e compreensão da realidade que nos cerca, o que compõe os objetivos da própria Geografia. A Cartografia serve como uma ponte entre os dados geográficos e aqueles que os querem saber.

Outro ponto a ser destacado consiste no fato de as mais variadas tecnologias, tão presentes em um mundo globalizado, incluírem a Cartografia na vida cotidiana das pessoas. Hoje, o conhecimento cartográfico não é mais uma simples opção, pois sem ele perdemos o acesso a várias ferramentas facilitadoras do dia a dia, o que ocorre devido à falta de conhecimento assimilado dessa ciência ou arte. Assim, a Cartografia ultrapassa as barreiras de um ensino regular, tornando-se uma matéria de caráter participativo na vida das pessoas, o que assevera ainda mais sua importância no ensino.

Enquanto instrumento geográfico, a Cartografia cria um verdadeiro leque de possibilidades. Ela facilita e permite a compreensão de mundo por parte dos alunos, ela é a exposição de importantes dados para a Geografia, ela é uma linguagem com a compreensão mais universalizada possível para uma ciência, ela é o símbolo e a representação do que é a própria Geografia. São tantos fatos que apontam para a importância da Cartografia em meio ao ensino e aprendizagem geográfica que se torna algo quase impossível de ser ignorado.

Porém, de acordo com o apresentado na pesquisa, se fazem necessários a compreensão e o planejamento de seu uso, pois uma ferramenta mal compreendida pode ter efeitos contrários aos que levaram a sua utilização, do mesmo modo que a falta de compreensão acerca de sua importância pode resultar em menosprezo de seu uso pelos educadores, o que faz da discussão desse tema algo extremamente relevante para o ensino.

Por todo o exposto, a Cartografia pode e deve ser utilizada no ensino da Geografia. É preciso que os educadores dessa disciplina tenham essa consciência e busquem um aprofundamento do tema, para um alcance real de sua relevância, da utilização da Cartografia em sala de aula e, principalmente, para tornar inviável o descarte preconceituoso de uma ferramenta que permitiu à humanidade chegar tão longe. É necessária a compreensão de que o conhecimento cartográfico é parte do geográfico, e que, mesmo que haja uma autonomia entre as duas ciências, elas são complementares na busca de muitos dos objetivos da Geografia. Materiais sobre a importância do conhecimento cartográfico, técnicas de ensino com sua utilização e novos trabalhos acerca do assunto são sempre relevantes e necessários, pois um educador que possui conhecimento, mas que não conhece os caminhos para passá-los adiante, é como uma ilha sem pontes.

Referências

- ADAS, M.; ADAS, S. **Expedições Geográficas**. 2. ed. São Paulo: 2015.
- ALMEIDA, R. D. de. (org). **Novos Rumos da Cartografia Escolar: Currículo, Linguagem e Tecnologia**. 1 ed. São Paulo: 2011.
- BELTHER, J. M. **Metodologia do Ensino da Geografia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.
- CARLOS, A. F. A. (org). **A Geografia na Sala de Aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- ESTÊVEZ, L. F. **Introdução à Cartografia: fundamentos e aplicações** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2015.
- GARCIA, M. C. P. **A Aplicação do Sistema de Informações Geográficas em Estudos Ambientais** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2014.
- MARTINELLI, M. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, J.; PIOVEZANA, L. **Didática e Metodologia do Ensino da Geografia**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.
- NASCIMENTO, R. da S. **Cartografia e Novas Tecnologias**. Indaial: UNIASSELVI, 2010.
- RAMPAZZO, S. R. dos R. *et al.* **Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino da Geografia**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2014.
- SOUZA, A. J. de *et al.* **Cartografia**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.
- SOUZA, A. de. **Didática e Prática do Ensino da Geografia**. Indaial: UNIASSELVI, 2010.

O ENSINO SUPERIOR ATUAL E A DIVERSIDADE EM AMBIENTES ACADÊMICOS

Current higher education and diversity in academic environments

Gisele Roberta Calvi Goch ¹

Resumo: O objetivo de pesquisa do presente artigo é analisar a forma como a diversidade social é tratada nos ambientes acadêmicos, ou seja, nas unidades de ensino superior do país. A problemática do presente artigo pode ser resumida da seguinte forma: como a diversidade social impacta na convivência e na saúde do ambiente acadêmico no Brasil e como a forma que os alunos e educadores lidam com essa realidade influencia nessas vivências. Tendo em vista essa problemática, as hipóteses que se formulam estão associadas ao fato de que a diversidade social, seja ela de natureza racial, religiosa, regional, de gênero ou de orientação sexual, é uma realidade em todos os espaços sociais do país, incluindo as unidades educacionais, como as universidades. Logo, é preciso que todas as partes envolvidas nesses espaços, alunos, professores, gestores, reitores, colaboradores, dentre outros, estejam prontos para respeitar os indivíduos como pessoas acima de quaisquer diferenças que apresentem em suas preferências e comportamentos, desde que todas as partes estejam obedecendo às diretrizes e normas da instituição. O objetivo geral do presente trabalho é definir a importância do ensino superior para a qualificação de um profissional, discorrendo sobre a diversidade social presente nesses ambientes e a forma como a mesma é interpretada por todos os indivíduos que compõem os ambientes acadêmicos, salientando a necessidade de haver respeito, igualdade e justiça nesses e em todos os espaços. A metodologia selecionada pode ser definida como descritiva e compreende em uma revisão teórica que conta com a seleção, leitura e análise de produções acadêmicas que abordem o tema em questão em periódicos acadêmicos como Scientific Electronic Library Oline (SCIELO), Literatura Latino-americana em Ciências da Saúde (LILACS) e PublicMedineor Publisher Medine (PUBMED). Através das pesquisas realizadas, foi possível concluir que, apesar da educação e da sociedade terem passado por diversas alterações, a educação formal e as interações viabilizadas pelo espaço acadêmico são fundamentais para a fundamentação dos conhecimentos que irão nortear as atividades profissionais desse aluno em seu futuro, sem que haja distinção de nenhuma natureza, como raça, gênero, orientação sexual, classe social ou religião.

Palavras-chave: Educação. Ensino superior. Qualificação profissional. Diversidade.

Abstract: The research objective of this article is to analyze the way in which social diversity is treated in academic environments, that is, in higher education units in the country. The problem of this article can be summarized as follows: how does social diversity impact the coexistence and health of the academic environment in Brazil and how does the way students and educators deal with this reality influence these experiences. In view of this problem, the hypotheses that are formulated are associated with the fact that social diversity, whether racial, religious, regional, gender or sexual orientation, is a reality in all social spaces in the country, including educational units, such as universities. Therefore, it is necessary that all the parties involved in these spaces, students, teachers, managers, deans, collaborators, among others, are ready to respect individuals as people above any differences they present in their preferences and behaviors, provided that all parties complying with the institution's guidelines and standards. The general objective of the present work is to define the importance of higher education for the qualification of a professional, discussing the social diversity present in these environments and the way in which it is interpreted by all individuals who make up academic environments, stressing the need for respect, equality and justice in these and in all spaces. The selected methodology can be defined as descriptive and comprises a theoretical review that includes the selection, reading and analysis of academic productions that address the topic in question in academic journals such as Scientific Electronic Library Oline (SCIELO), Latin American Literature in Sciences of Health (LILACS) and PublicMedineor Publisher Medine (PUBMED). Through the research carried out it was possible to conclude that although education and society have undergone several changes, formal education and interactions made possible by the academic space are fundamental for the foundation of the knowledge that will guide the professional activities of this student in his future, without distinction of any kind, such as race, gender, sexual orientation, social class or religion.

Keywords: Education. Higher education; Professional qualification; Diversity.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIasselvi – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

Introdução

A educação no Brasil, desde a sua base até o nível superior, segue enfrentando uma grande crise. Isso porque a educação de um país depende de vários fatores internos de ordem econômica, política e social. Partindo do princípio de que o país segue passando por uma crise em todas essas áreas, é totalmente natural que a educação também seja afetada.

Obviamente, a educação no Brasil tem suas origens no contexto latino-americano devido a sua localidade geográfica, esse fato pode explicar uma boa parte do contexto educacional brasileiro. Segundo dados apresentados pelo Banco Mundial (BRASIL, 2019), o Brasil é um dos países em que existe mais desigualdade social do continente ao qual pertence. Nos anos de 2000 a 2014, esse índice havia diminuído consideravelmente (8,5%), porém com a crise que assolou o país a partir do ano de 2015, os índices que medem a desigualdade passaram a aumentar novamente. Ou seja, essas desigualdades também apresentam reflexos na educação. Delimitando ainda mais o tema, é preciso que se compreenda o significado do ensino superior para o brasileiro comum, que é amplamente afetado pela desigualdade social que assola o país. Para muitos jovens, a problemática do estudo está associada à sobrevivência, pois muitas vezes precisam escolher entre trabalhar para sobreviver ou estudar para progredir.

Por outro lado, a consolidação da internet e do uso dos aparelhos tecnológicos trouxe uma nova perspectiva para a educação no Brasil. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, até o ano de 2017, três em cada quatro casas no Brasil já possuía acesso à internet e 93,2% dos brasileiros acessam a internet por smartphones (INTERNET, 2018). O ambiente virtual proporciona o acesso a diversos tipos de informações que podem ser utilizadas como base para o exercício das mais variadas atividades profissionais, contudo, é preciso que se compreenda a real validade dessas informações, bem como sempre se coloque à prova a veracidade das mesmas, levando em consideração que o ambiente virtual é sugestivo ao compartilhamento constante de informações falsas. Logo, a pergunta que norteia este trabalho é: qual a real importância do ensino superior para a qualificação profissional de um indivíduo no mundo moderno?

Em um primeiro momento, faz-se necessário o entendimento amplo do conceito do ensino superior e as reais atividades que são realizadas nesses espaços educacionais, pois é dever das universidades e dos educadores que nelas atuam, ensinar muito mais do que apenas os conteúdos necessários à graduação, mas sim as atividades profissionais que devem ser realizadas, a ética como profissional, a moral que deve nortear as relações consolidadas e as atitudes mais adequadas frente as mais diversas situações. Sendo assim, deve-se dar o devido valor aos conhecimentos que podem ser obtidos apenas através da realização de um curso superior junto a professores qualificados e alunos interessados.

Os seres humanos são seres plurais, ou seja, possuem diferenças entre si e que estão associadas ao comportamento, preferências, orientações, opiniões, ideologias, dentre outras. Tal realidade resulta em uma grande diversidade que pode ser encontrada em todos os ambientes considerados sociais, ou seja, todos os ambientes educacionais, incluindo aqueles destinados à formação acadêmica.

O objetivo geral do presente trabalho é definir a importância de uma graduação para a qualificação do profissional moderno, levando em consideração a diversidade nesses ambientes de ensino e o seu impacto para as atividades realizadas. Os objetivos específicos consistem em definir a educação em um contexto atual, pontuar os impactos causados pela diversidade nas relações educacionais, discorrer sobre a crescente desvalorização da figura do professor e analisar a construção do ensino superior no Brasil.

A justificativa do presente trabalho se resume ao fato de que as tendências educacionais estão sofrendo grandes baixas. Isso vem ocorrendo devido ao fato de que o mundo moderno concebe diversas novas profissões que não precisam, necessariamente, de profissionais graduados para atuar em seus setores e isso fortalece a ideia de que os ensinamentos contidos em cursos de graduação

seriam obsoletos e dispensáveis. Sendo que há muitas brechas e erros nesse tipo de pensamento, já que é possível tirar muitos conhecimentos valiosos durante um curso de graduação adequado.

A formação histórica do indivíduo ocidental

Durante muitos anos, ainda nos primeiros passos dos homens enquanto sociedade, acreditava-se que apenas o tamanho e o corpo físico de um indivíduo eram alterados com o passar dos anos, transformando meninos em homens. Contudo, muitos anos se passaram até que fosse compreendido que o desenvolvimento humano vai muito além da altura e do crescimento dos músculos e ossos.

Para Áries (1981), o papel das crianças já começou a ser questionado após o século XII, pois apenas os jovens e adultos tinham uma importância crucial para a sociedade, a qual tinha sua base totalmente ligada à execução de tarefas pesadas e tomada de decisão, tarefas que ambas não poderiam ser plenamente executadas por crianças.

Tal realidade resultava em uma sociedade que não questionava a presença e o desenvolvimento infantil, associando a criança com uma simples fase transitória em que era necessário apenas garantir sua sobrevivência até que o tempo passasse e a mesma tomasse a forma de um adulto, sempre levando em consideração que a definição de “adulto” passou por uma série de transformações ao longo do tempo. Atualmente, é necessário que um indivíduo tenha 18 anos completos para ser considerado adulto, em tempos anteriores ao último século, uma criança de doze anos já poderia ser considerada adulta o suficiente para ter um emprego, casar-se e concluir as demais tarefas que são naturais da fase adulta (ÁRIES, 1981).

Para ilustrar as afirmações realizadas, Kuhlmann (2005, p. 3) coloca que:

O autor identifica várias “descobertas” da infância: nos séculos VI a VII, nos séculos XII a XIV, nos séculos XVI e XVII, no século XVIII e início do XIX, e no final do XIX e início do XX. A história da infância move-se por “linhas sinuosas”, de modo que a criança pode ter sido considerada impura no início do século XX, como o fora na Alta Idade Média. Se há uma mudança de longo prazo em que a progressiva aceitação da necessidade de uma educação escolar prolonga a infância e a adolescência, se há um interesse crescente e uma imagem cada vez mais positiva da infância, os debates assumem uma forma cíclica e não linear. A ambiguidade, nos diferentes momentos, polariza a criança entre a impureza e a inocência, entre as características inatas e as adquiridas, entre a independência e a dependência, entre meninos e meninas (KUHLMANN, 2005, p. 3).

O autor segue com suas considerações pontuando as relações familiares e suas construções sob a visão de Heywood (2004 *apud* KUHLMANN, 2005, p. 3-4):

As relações das crianças com seus pais e pares é discutida sob vários aspectos: o desejo ou não de se ter filhos, o parto, o batismo, a apresentação das crianças à comunidade e a morte de mães e crianças. Heywood constata que até o impacto da medicina moderna, no final do século XIX, ter filhos era um empreendimento arriscado, mas isso não impedia a expectativa de procriação entre aqueles que se casavam. A seguir, discute a questão das amas de leite, a alimentação, o vestuário, a higiene, o infanticídio, o abandono. Considera que a natureza dramática de algumas dessas questões, assim como a ampla documentação oriunda de instituições de atendimento e do judiciário, entre outras, favorece a ênfase da historiografia nesses aspectos. Entretanto, pondera que a maioria das crianças terá sido poupada desses traumas, vivendo histórias mais banais.

É importante pontuar que a convenção social que coloca a mulher como cuidadora direta do lar e dos filhos tem uma forte relação com as definições antigas de infância. Isso porque, durante os primeiros anos de vida, a criança necessita de auxílio para realizar basicamente todas as

tarefas, quando essa necessidade diminui, conforme a criança vai criando autonomia, inicia-se o processo que termina com a mesma sendo considerada uma adulta, mesmo que sua formação física e mental ainda não esteja concluída (ÁRIES, 1981).

É importante salientar que o afeto, como característica principal de um conjunto social nomeado como “família”, não é tão antigo. Como bem explica Veyne (1989), as convenções sociais antigas eram muito mais práticas e não envolviam tantos sentimentos como ocorre atualmente. Tal realidade pode ser exemplificada pelo que conhecemos atualmente por Roma Antiga, onde a parcela de bebês que nascesse com alguma deficiência física ou mental aparente era automaticamente descartada, sendo essa uma decisão tomada, na maioria das vezes, pelo seu progenitor.

Sendo assim, o descarte e a posterior execução desses bebês eram legítimas e amplamente aceitas pela sociedade, pois se acreditava que a vida dos mesmos teria um objetivo previamente traçado pelos seus pais e esses objetivos diferiam de acordo com a classe social dos mesmos. Caso derivassem de família pobre, era esperado que essa criança crescesse e fosse capaz de executar funções braçais e que viabilizassem sua sobrevivência e a de sua família. Por outro lado, se fosse de família rica era esperado que essa criança fosse detentora das habilidades físicas e mentais necessárias para tomar decisões, influenciar pessoas e conduzir a sociedade (VEYNE, 1989).

Em ambos os casos, uma criança com deficiência física ou mental, de natureza média ou até mesmo grave, não seria capaz de atender os propósitos que seus familiares tinham idealizado durante toda a sua formação gestacional. Obviamente, raras eram as famílias que não compactuavam com a prática de descarte ou então que descobrissem deficiências apenas após alguns anos de vida. Entretanto, essas crianças eram mantidas dentro de casa e representavam uma vergonha para a família, já que eram uma alegação de que os genes que ali corriam eram defeituosos (VEYNE, 1989).

Dessa forma, é possível compreender que o papel da criança nas sociedades antigas era completamente operacional, ou seja, a importância de sua existência estava ligada ao que poderia executar quando crescesse e qualquer limitação que estivesse ligada ao não cumprimento desse planejamento prévio, basicamente inviabilizava a existência dessa criança para a sociedade.

Muitos séculos se passaram até que a figura da criança tomasse outras formas para a sociedade, para Heywood (2004), esta transformação de perspectiva só ocorreu por intermédio da igreja católica, seu surgimento e sua seguinte consolidação. Tal realidade se deve ao fato de que os ensinamentos católicos colocavam o bebê e a criança como seres sagrados, puros, inocentes e preciosos, sendo esses os únicos para os quais era destinado o Reino dos Céus.

O descarte e a execução de crianças, mesmo sendo portadoras de deficiências físicas ou mentais, não era apenas uma decisão dos progenitores, mas sim aceita pela sociedade. Tais práticas passaram a ser associadas ao ocultismo e bruxaria, ações essas que eram punidas com tortura e morte (HEYWOOD, 2004).

É apenas nessa época, meados do século XVIII, que a figura da criança toma uma certa importância para a sociedade, devido às crenças compartilhadas naquele período, relacionavam a criança como uma pura e direta criação de Deus que deveria ser ampara, protegida e apoiada, valorizando ainda mais o conceito de família e tornando quase que institucional a existência de afeto nesses grupos sociais. Logo, é possível relacionar o conceito moderno de infância com o posterior conceito de família, sendo ambos espaços de afeto e desenvolvimento, em teoria. Dessa forma, a gravidez deixa de ter um significado associado a uma consequência e passa a ser totalmente relacionada a um planejamento, um objetivo (ÁRIES, 1981).

A criança deixa de ser vista como um ser adulto em dimensões menores, e passa a ser compreendida como um indivíduo em formação que precisa ser conduzido até a fase adulta, na qual poderá seguir seus próprios caminhos e constituir sua família. Gagnebin (1997) coloca que a criança, naquele contexto, não era apenas responsabilidade de seus progenitores, mas também era uma posse dos mesmos. Ou seja, pertenciam aos seus pais, assim como um pedaço de terra ou um cavalo.

Novamente, a evolução desse pensamento foi um processo lento e conflitante, até que a criança pudesse ser reconhecida com um indivíduo ainda na infância e não apenas quando se tornasse um adulto. A escola surge como um espaço de desenvolvimento para essas crianças, com o objetivo de discipliná-las e educá-las de acordo com as regras sociais da época (GAGNEBIN, 1997).

O período que segue a fase da infância é conhecido, hoje, como adolescência, o que, em períodos mais remotos, não existia. Isso porque, como supracitado, quando atingisse cerca de 12 ou 13 anos, a criança já era considerada como um adulto formado. Contudo, hoje se reconhece e se procura compreender o período de transição entre a infância e a fase adulta.

A fase que compreende a adolescência costuma ser extremamente conflituosa, já que o indivíduo nessa faixa etária possui uma série de questionamentos e incertezas pré-fundamentadas, que podem ou não ser baseadas na realidade. A comunicação é uma das práticas mais difíceis nesse período, é muito comum que os pais ou responsáveis, bem como quase todos os demais adultos, não consigam manter um diálogo saudável com esses jovens, e essa realidade pode ter graves consequências.

As doenças de natureza psicológica são consideradas um problema de saúde pública, pois atinge milhões de pessoas pelo mundo, todos os dias. Os adolescentes são mais suscetíveis a desenvolverem transtornos psicológicos ou doenças como a depressão, pois se encontram em um estado de luto constante, luto pela sua infância, pelas suas antigas vivências, pela forma como eram tratados e pela ludicidade, natural da infância e que não são mais capazes de acessar.

Por tais fatos, é extremamente comum e compreensível que esses adolescentes tendam a se isolar e procurar se relacionar apenas com aqueles que se encontram na mesma etapa, contudo, essa prática não é vantajosa para nenhuma das partes envolvidas: nem para os jovens em si e muito menos para os seus pais, responsáveis ou orientadores.

Apesar de já terem passado pelo período da infância e terem autonomia suficiente para executar um grande leque de funções, ainda não estão formados de forma completa no que diz respeito ao seu corpo físico e ao seu psicológico. Sendo assim, é fundamental que recebam orientações por parte dos adultos com os quais tem contato, para que continuem sendo guiados para o caminho saudável de sua evolução.

No entanto, esse apoio e auxílio por parte dos pais ou responsáveis legais, em um contexto moderno, é muitas vezes negligenciado pelo estilo de vida moderno que exige que todos os adultos da família estejam inseridos no mercado de trabalho, com objetivo de garantir o sustento e a evolução social e financeira dos mesmos. Logo, esse jovem e sua saúde mental podem ficar em segundo plano, devido ao distanciamento de diálogo, viabilizando assim o desenvolvimento de sofrimentos psíquicos e emocionais (COSTA, 2017).

Ainda nessa mesma linha, Costa (2017) nos explica que a adolescência pode ser vista como uma fase de testes, ou seja, de verificações para que se tenha certeza que esse indivíduo se tornará um adulto apto e responsável para viver plenamente em sociedade. Muitas decisões precisam ser tomadas, incluindo aquelas que estão relacionadas à vida acadêmica, profissional e pessoal.

Nas etapas iniciais da vida, infância e juventude, a diversidade social e a pluralidade de pessoas costuma ser notada. Ou seja, é ainda nessas fases iniciais que as pessoas tomam consciência da infinita quantidade de pessoas que existem, bem como seus tipos, gostos, religiões, opiniões e escolhas. Contudo, não há o auxílio devido, é comum que não haja a compreensão correta dessa realidade e os conceitos de “respeito” e de “outro” não se desenvolvam até que fiquem claros e bem entendidos.

Em idade de desenvolvimento, desde o início da sua primeira infância até os anos finais da adolescência, os indivíduos são obrigados, através da Constituição Federal vigente em território nacional, a frequentarem instituições de ensino, podendo ser de natureza pública ou privada. Dessa forma, mais da

metade de toda a primeira etapa de sua vida passa em escolas e demais centros de ensino. É exatamente por esse motivo que a escola tem um papel fundamental na formação desses jovens, visto que é nesse espaço que há uma forte socialização e a formação de ideologias, opiniões e gostos.

A fase adulta compreende ao momento de maior consolidação e processos de autocohecimento na vida humana. Logo, é nessa fase que o indivíduo precisa reconhecer o que se tornou, após todas as experiências vividas na infância e na adolescência, e precisa consolidar sua personalidade e suas formas de agir mediante as situações.

Para Brenner (2005) o adulto é o ponto chave que estabiliza a economia de um país, devido ao fato de ser nessa etapa da vida em que a maioria de nós passa a ser mão de obra ou passa a empreender e, assim, esquentar e dar continuidade às atividades que mantêm um país em pleno funcionamento. Essa ideia, apesar de real, intensifica a ideia de que o trabalho em qualquer situação é mais importante que a educação e contribui para evasão escolar que já é uma realidade brasileira.

Metodologia

A metodologia escolhida para o desenvolvimento desse trabalho é descritiva e qualitativa e faz parte da classe das pesquisas bibliográficas comprovadas através de estudos de caso. Apresentam-se todos os estudos caracterizados como revisões, o trabalho foi elaborado através de uma pesquisa bibliográfica do tema, por meio de leitura, seleção e compreensão dos materiais acadêmicos encontrados nas plataformas como *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Literatura Latino-americana em Ciências da Saúde* (LILACS) e *Public Medine or Publisher Medine* (PUBMED), nos idiomas português e inglês.

A diversidade social e os ambientes acadêmicos

Para que se inicie esta discussão de forma consistente, é preciso que haja a plena compreensão do conceito de “diversidade”. Para Rodrigues e Cruz (2011), a diversidade é fruto de uma grande quantidade de culturas diferentes que convivem no mesmo espaço físico ou em espaços próximos, origina-se dos novos modelos de estado ocidentais que pregam pela liberdade e autonomia individual. A diversidade se manifesta de diversas formas, ela pode se apresentar como diversidade de gênero, sexualidade, nacionalidade, ideologia, crenças, etnias, opiniões e línguas.

A diversidade social ocorre quando encontramos pessoas completamente diferentes nesses quesitos, ocupando o mesmo espaço físico e manifestando suas singularidades existenciais. Devido a essa definição popularizada, a diversidade é muito associada à imigração. Essa relação não é errada, porém é importante compreender que não é apenas nesse contexto que a diversidade se aplica: as salas de aula também são exemplos claros de diversidade social.

Assim como o conceito de escola como espaço educacional, a diversidade existe desde a formação das primeiras sociedades, mas o reconhecimento de seu conceito é relativamente recente. A diversidade tem ligação direta com questões culturais, sociais, políticas e econômicas e essa relação se aplica em todos os lugares do mundo. A desigualdade que deriva da diversidade também é uma realidade mundial, pois essas singularidades naturais de cada uma das nações fortalece a ideia de superioridade. Ou seja, acredita-se que certas diferenças fazem com que algumas nações se coloquem como melhores que as demais.

A diversidade social foi vista por séculos como algo negativo em muitos sentidos, porém as ações educacionais e políticas recentes seguem tentando mudar essa realidade. A ideologia de que as pessoas devem se alterar para se encaixar no padrão social, que existe no ambiente em que vivem, vem sendo cada vez mais questionada. A educação com caráter crítico e tolerante,

os movimentos sociais e a acessão dos direitos legais para todos os tipos de pessoas reforçam os pontos positivos da diversidade. Como bem coloca Santos (2006), a relação que pode ser construída entre pessoas diferentes traz muitos benefícios para ambas as partes, visto que se caracteriza como uma troca de culturas, aprendizados e experiências.

Cabe, então, ao estado, aos educadores e a sociedade de modo geral, incentivar esse convívio pacífico em espaços onde exista diversidade. Sempre prezando pelo respeito, tolerância, compreensão e desconstrução de todo e qualquer preconceito, seja ele por raça, crença, sexualidade, gênero, etnia ou nacionalidade. De forma que os espaços sociais se mantenham saudáveis e propensos ao aprendizado social que pode ser obtido através dessa troca entre pessoas diferentes.

Com o passar desses anos, esse indivíduo acumula aprendizados e vivências que formam suas opiniões, crenças, ideologias e preconceitos que o fazem simpatizar com determinadas linhas de pensamento. Segundo Santos (2008), muitos anos se passaram desde que o ambiente escolar era formado por alunos que pertenciam a mesma comunidade. Atualmente, os alunos precisam se deslocar de seus bairros e até mesmo de suas cidades para ir até a escola. A ausência de uma comunidade fixa, que seja a origem da maior parte dos alunos, faz com que haja a existência de diferentes culturas dentro do ambiente escolar, caracterizando a diversidade dentro das salas de aula.

As políticas e diretrizes educacionais ainda não se encontram completamente prontas para lidar com essas diferenças culturais, sociais, políticas, econômicas e ideológicas. Mesmo que haja grandes avanços no que diz respeito à educação inclusiva nas escolas do Brasil, é preciso que os olhares institucionais da educação sejam voltados para a diversidade social dos alunos e não apenas para as singularidades biológicas. A escola, na sua qualidade de ambiente formador de novos cidadãos, precisa fazer com que o respeito e a tolerância sejam passados como conceitos básicos no ambiente escolar.

A ideia de que a pluralidade social humana é consolidada apenas na fase adulta é ultrapassada, visto que as crianças e adolescentes do século XXI não se enquadram mais em um molde educacional como o que é proposto ao longo de todos esses anos. Araújo (1998, p. 44) explica essa realidade de forma consistente:

[...] a escola precisa abandonar um modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais.

O aluno se encontra em formação e, apesar de buscar passar a impressão de que são decididos quanto suas opiniões e crenças, ainda não possuem maturidade e experiência de vida para compreender a complexidade da existência humana e a pluralidade cultural que pode existir em uma sociedade. O profissional educador, como fonte de conhecimento dentro das salas de aula, deve abordar os temas relacionados à diversidade em busca de fazer com que seus alunos o compreendam.

Para Stallivieri (2017), o maior desafio para a educação em países latino-americanos é proporcionar a aprendizagem e uma fonte de renda que não atrapalhe ou inviabilize os estudos. Em países que boa parte da população pertence às classes mais baixas e até mesmo miseráveis, o emprego se torna uma fonte de sobrevivência, enquanto a educação é tratada como luxo.

Até mesmo o meio corporativo passa a defender o investimento no capital humano, ou seja, preparar e capacitar funcionários para que assim a empresa consiga melhorar seus resultados. Essa onda de defesa da educação fez com que países da América Latina atingissem altos níveis de ingresso no Ensino Superior na última década. Apesar de ser um dado animador, as estatísticas mostram que a maioria dos alunos que se formam em cursos superiores não consegue atuar e viver da profissão que escolheram para se graduar (STALLIVIERI, 2017).

Para Neves (2012), essa realidade se deve ao fato de que, apesar de ser um passo importante na vida de um cidadão, o diploma não possibilita acesso integral para oportunidades de emprego e especialização para aqueles que derivam e ocupam lugares de vulnerabilidade social. Ou seja, mesmo após a conclusão de um curso superior, a desigualdade social segue perseguindo, silenciando e inviabilizando esses indivíduos.

O ensino superior no Brasil é extremamente jovem e instável quando analisamos o contexto da América Latina. Surge de um desejo inteiramente capitalista: formar mão de obra nacional qualificada, para que não seja mais necessário importar capital humano de outros países para suprir as necessidades organizacionais de empresas brasileiras (NEVES, 2012).

O ponto inicial da história das universidades no Brasil se mostra elitista, pois a primeira instituição de ensino superior brasileira foi fundada em 1920 na cidade do Rio de Janeiro, local de grande concentração de famílias de alta patente social. A primeira universidade pública foi a tão conhecida Universidade de São Paulo (USP), fundada no ano de 1934, iniciou seus programas educacionais através de professores europeus (CARVALHO, 2006).

Carvalho (2006) alerta que o sistema de ensino superior no Brasil segue em constante transformação, vivendo um processo de expansão, construção da identidade e consolidação, que ainda não foi finalizado. Do ponto de vista administrativo e também legal, o ensino superior brasileiro ainda precisa de mudanças e alterações para que se torne plenamente suficiente.

É importante que se compreenda que o sistema de ensino superior brasileiro não se resume em instituições de privadas e públicas, mas sim outras classificações que definem as universidades e as diferenças entre si. Segundo o Ministério da Educação, essas instituições de ensino podem ser federais, estaduais e municipais, quando são pertencentes ao grupo de universidades “públicas”. Já no que diz respeito às universidades privadas, estas podem ser comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares (CATANI, 2007).

As diretrizes contidas na Lei nº 5.540/1968, referentes ao ensino superior, em vigor durante todo o período de ditadura militar até o ano de 1996, quando, após inúmeras discussões, foi votada, em 20 de dezembro, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de número 9.394/96. Nela, a docência no ensino superior será preparada (e não formada) preferencialmente nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Por outro lado, a competência docente é mensurada pelos resultados (dos alunos) no provão (ENADE).

Entende-se a universidade como instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão. Ou seja, na produção do conhecimento histórico, de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que ela apresenta. Para Cunha (2000), são esses que, por sua vez, são produzidos e identificados também nas análises que se realizam no próprio processo de ensinar e na experimentação e análise dos projetos de extensão, mediante relações estabelecidas entre os sujeitos e os objetos de conhecimento.

Obviamente, hoje em dia é possível absorver conhecimentos de diversos tipos e através de muitas fontes, porém não é tão fácil assim verificar de forma correta a validade e a veracidade destas informações.

Delmazo e Valente (2018, p. 4) fazem uma leitura referente ao surgimento das chamadas “*Fake News*” e a participação da internet no processo de disseminação em massa:

Notícias falsas, histórias fabricadas, boatos, manchetes que são isco de cliques (as chamadas *clickbaits*) não são novidade. É preciso lembrar o surgimento dos pasquins, na Itália do século XVI, que se transformaram em um meio para difundir notícias desagradáveis, em sua maioria falsas, sobre personagens públicos. Também recorda o surgimento dos Canards, gazetas com falsas notícias que circularam em Paris a partir do século XVII. Colocando, como exemplo, ainda, as notícias fabricadas na Alemanha do século XIX por

falsos correspondentes estrangeiros. Dado o alto custo de se enviar repórteres para o exterior, escritores da equipe local fingiram que estavam a enviar textos do exterior. Um dos casos mais emblemáticos é o de Theodor Fontaine. Nos anos 1860, ele escreveu “de Londres” durante uma década para o jornal ultraconservador de Berlim, Kreuzzeitung, com minúcias e relatos pessoais emocionantes, sem nunca ter estado ali nesses anos. Exemplos mais recentes ou mais antigos, como os acima mencionados, diferem-se fundamentalmente do atual contexto pelo potencial de disseminação do ambiente on-line, que facilita a circulação das notícias falsas. Na primeira parte deste artigo, será discutido o fenômeno das chamadas *fake News* nas redes sociais digitais. Na segunda parte, serão apresentados casos emblemáticos, que ilustram a capacidade de difusão nesses ambientes, selecionados pela notoriedade adquirida nas eleições dos Estados Unidos de 2016 e no atual contexto político da nação dos autores (Brasil). A última parte faz um mapeamento das reações ao que chamamos de “problema das notícias falsas”, separadas em quatro grandes grupos: (1) Plataformas digitais, entre elas os sites de redes sociais; (2) Organizações de pesquisa, da sociedade civil e os media; (3) Governos e órgãos estatais; e (4) Organismos Internacionais (DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 4).

Logo, é importante que os alunos, e a sociedade de modo geral, compreendam que não é possível, nem justo ou ético, que o trabalho educacional realizado por uma instituição licenciada de ensino e de educadores profissionais seja comparado com o aglomerado de informações disponíveis para acesso na internet.

Segundo Sparta (2005), é necessário mais do que apenas a coleta e análise de algumas informações para que um indivíduo seja considerado plenamente apto para desempenhar funções profissionais da maneira correta. E é exatamente nesse ponto que se valida a importância do ensino superior na qualificação profissional, mesmo daquele que irá atuar no mercado moderno.

Deve ser levada em consideração a diferença entre a não obrigatoriedade do ensino superior para algumas atividades profissionais e a inutilidade dos cursos de graduação. Existe um conceito muito mais inclusivo na aceitação de profissionais que não sejam formados na área, mas é importante que essa abertura seja utilizada para que os indivíduos conquistem sua chance profissional e assim possam seguir com seus estudos e concluir uma graduação sem sua área de interesse.

O profissional que possui uma formação acadêmica na área que atua tende a dispor de uma bagagem de experiências maior, ou seja, é detentor de conhecimentos mais específicos e práticos que foram passados por profissionais educadores que atuam e possuem conhecimento do setor há muitos anos, bem como vivenciaram todas as suas mudanças e podem ensinar os alunos a se adaptarem nas alterações ocorridas em suas áreas de atuação profissional (COLOSSI; CONSENTINO; QUEIROZ, 2001).

Considerações finais

O mundo se encontra completamente conectado com os meios tecnológicos já disponíveis e sempre atentos aos novos que surgem a todo momento. A existência desse novo mundo conectado e polarizado altera completamente as relações e os processos naturais da sociedade, incluindo o ato de ensinar. O crescimento da ideologia que define a internet como fonte segura de informações desclassifica o professor do seu posto de educador. Essa realidade enfatiza ainda mais a necessidade do professor nas salas de aula, para que esses alunos aprendam a analisar e a ter senso crítico para questionar.

A tecnologia também está presente no ensino superior, mas de uma forma ainda mais específica e abrangente. O crescimento da procura e das matrículas em faculdades a distância comprova que os alunos buscam por instituições com regras mais suaves e comodidade no ensino, aliado ainda com a ausência de recursos financeiros para custear uma faculdade privada convencional. Entretanto, mesmo que existam cada vez mais oportunidades profissionais que não exijam um diploma, cabe ao aluno compreender a importância do mesmo para a sua qualificação enquanto pessoa e profissional.

Apesar da internet possuir uma infinidade de conteúdo, a qualidade do mesmo nem sempre pode ser questionada. O ambiente educacional acadêmico ainda é o local em que os alunos podem encontrar os conhecimentos que necessitam para evoluírem de modo pessoal, acadêmico e no que diz respeito as suas carreiras, visto que podem contar com o auxílio de profissionais educadores capacitados e um sistema de ensino sólido.

Logo, é possível concluir que o ensino superior é muito importante para que o profissional se qualifique no setor que atua, especialmente se estiver comprometido com os estudos e a realizar todo o curso de forma plena e atenciosa. Cabe ao aluno aproveitar sua graduação ao máximo possível e desfrutar de todas as possibilidades desse curso, como a troca de vivências com os professores e a ajuda dos companheiros de curso.

Referências

- ALBERTI, S. **O adolescente e o outro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- ARAÚJO, U. F. de. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. *In*: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.
- ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRASIL. **The World Bank**, Data, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Assunto: INEP.
- BRENNER, A. K.; LÂNES, P.; CARRANO, P. C. R. A Arena das políticas públicas de juventude no Brasil. **Jóvenes, Revista de Estudios sobre Juventud**, Distrito Federal, México, ano 9, n. 22, p. 194-211, jan./jun. 2005.
- BRUNER, J. **Juego, pensamiento e language**. Paris: Perspectivas, 1986.
- CARVALHO, C. H. A. de. **Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2006.
- CATANI, A. M.; HEY, A. P. A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. **Atos de pesquisa em educação**, Blumenau, v. 2, n. 3, p. 414-429, 2007.
- COLOSSI, N.; CONSENTINO, A.; QUEIROZ, E. G. de. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 4, n. 1, 2001.
- COSTA, V. A. de S. F.; MELO, M. de F. V. de. A carência de fronteiras na adolescência da atualidade: o adolescente em pane? **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 17, n. 3, 2017.
- CUNHA, L. A. C. R. Ensino superior e universidade no Brasil. *In*: LOPES, E. M.T. *et al.* **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

-
- DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake News nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018.
- DEUSDARÁ, B.; ROCHA, M. L. da. Premissas em torno da desvalorização do magistério em análise: pelo que lutamos? **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 215-222, 2013.
- FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- GAGNEBIN, J. M. Infância e pensamento. In: GHIRALDELLI JR, P. (Org.). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 83-100.
- HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da idade média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- KUHLMANN JÚNIOR, M. Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente. **Cadernos de Pesquisa**, Porto Alegre, v. 35, n. 125, p. 239-242, 2005.
- KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. **Rede de computadores e a internet**: uma nova abordagem. 1. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003.
- LUCYK, V. P. K.; GRAUPMANN, E. H. A desvalorização do trabalho docente brasileiro: uma reflexão de seus aspectos históricos. **Humanas Sociais & Aplicadas**, Guarapuava, v. 7, n. 20, 2017.
- MARQUES, M. O. **A escola no computador**: linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí: Unijuí, 2003.
- MARTY, F; CARDOSO, M. R. Adolescência: um percurso franco-brasileiro. In: MARTY, F.; CARODOSO M. R. (orgs.). **Destinos da adolescência**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- MORTARI, M. I. M. Educação de adultos e tecnologia. In: DANYLUK, O. S. (org.). **Educação de adultos**: ampliando horizontes de conhecimentos. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- NEVES, C. E. B. Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS, 30., 2012, São Francisco, CA. **Anais [...]**. São Francisco, CA: LASA, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3bMR-1Pj>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- INTERNET chega a três em cada quatro domicílios do país. **Agência IBGE Notícias**, Estatísticas sociais, Rio de Janeiro, 20 dez. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3bQ5oSN>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- RODRIGUES, T. C.; CRUZ, A. C. J. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea**, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago./dez. 2011.

SANTOS, I. A. Dos. Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica. **Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná - UENP**, Cornélio Procópio, 2008.

SANTOS, B. S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. *In*: SANTOS, B.S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 279-316.

SPARTA, M; GOMES, W. B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 45-53, 2005.

STALLIVIERI, L. O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas. **Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais da UCS**. Caxias do Sul, p. 1-22, 2017.

TEIXEIRA, L. C. O sujeito adolescente e a intervenção psicanalítica: notas a partir de um caso clínico. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 17, p. 797-804, 2014.

VEYNE, P. O Império Romano. *In*: VEYNE, P. (org.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 17-212.

ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO MONTE CAVALO, NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO (ES)

Analysis of the use and occupation of the soil in the hydrographic sub-basin of the monte cavalo stream, in the Municipality of Conceição do Castelo (ES)

Caio Henrique Ungarato Fiorese ¹

Resumo: O objetivo deste trabalho foi avaliar o uso e a ocupação do solo na bacia hidrográfica do córrego Monte Cavallo, para subsidiar melhorias em termos de conservação ambiental, produtividade econômica e planejamento territorial. Os procedimentos ocorreram no SIG ArcGIS® 10.2. Foi delimitada a bacia para, em seguida, serem adquiridas feições de uso e ocupação para o Estado do Espírito Santo acerca dos mapeamentos dos anos 2007-2008 e 2012-2015, com resolução igual ou melhor a 1:25000. As feições foram editadas, permitindo a identificação, quantificação e o mapeamento das classes de uso e ocupação. Há maior predominância da pastagem, seguida da vegetação nativa e cafeicultura. A vegetação nativa apresentou estabilidade na sua abrangência, indicando um fator positivo para a qualidade ambiental, embora os percentuais poderiam ser mais representativos. Mas esteve parcialmente fragmentada e com áreas de macega próximas que, por sua vez, representam um problema de planejamento de ocupação, embora tenham reduzido em 0,827%. A silvicultura, mesmo com percentuais de 3,39% e 4,94%, foi a classe que mais cresceu (em 1,552%). No entanto, a mesma não afetou os remanescentes nativos. Há necessidade de um correto planejamento da silvicultura, visto na sua tendência de crescimento, e um melhor aproveitamento das áreas de macega por meio da ampliação da cobertura nativa, por exemplo, além de conectar fragmentos nativos próximos e medidas conservacionistas na agricultura e pecuária.

Palavras-chave: Análise ambiental. Geoprocessamento. Planejamento territorial.

Abstract: The objective of this work was to evaluate the use and occupation of the soil in the hydrographic basin of the Monte Cavallo stream, to subsidize improvements in terms of environmental conservation, economic productivity and territorial planning. The procedures took place in the GIS ArcGIS® 10.2. The basin was delimited so that features of use and occupation could be acquired for the State of Espírito Santo regarding the mapping of the years 2007-2008 and 2012-2015, with a resolution equal to or better than 1:25000. The features were edited, allowing the identification, quantification and mapping of the classes of use and occupation. There is a greater predominance of pasture, followed by native vegetation and coffee growing. Native vegetation showed stability in its scope, indicating a positive factor for environmental quality, although the percentages could be more representative. But it was partially fragmented and with areas of close proximity that, in turn, represent an occupation planning problem, although they decreased by 0.827%. Forestry, even with percentages of 3.39% and 4.94%, was the class that grew the most (in 1.552%). However, it did not affect the native remnants. There is a need for a correct planning of silviculture, seen in its growth trend, and a better use of the macaque areas through the expansion of native cover, for example, in addition to connecting nearby native fragments and conservationist measures in agriculture and livestock.

Keywords: Environmental Analysis. Geoprocessing. Territorial Planning.

Introdução

O processo de ocupação territorial, determinado por condicionantes naturais e sociais, e as suas consequências sobre os sistemas ecológicos, geram efeitos na paisagem e no ambiente que precisam ser devidamente entendidos para que possam ser oferecidas alternativas para o futuro das sociedades no âmbito da sustentabilidade (PEREIRA; SANTOS, 2012).

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: www.uniasselvi.com.br.

Na maioria das vezes, com a urbanização vem a degradação ambiental acarretada pelo mau uso do solo, onde a sociedade ocupa e constrói em áreas inadequadas para esse tipo de atividade. Isso ocorre devido à desinformação, às baixas condições financeiras ou mesmo ao desinteresse social. Essa ocupação desordenada gera muitos danos naturais e sociais. Do ponto de vista natural, há modificações em toda a estrutura já existente, alterando, por exemplo, a morfodinâmica e as formas do relevo, retirando a vegetação e destruindo o habitat natural de vários animais que ali viviam. Do social, pode provocar danos econômicos e interferir até mesmo na qualidade de vida humana (SILVA; SILVA FILHO; SILVA, 2015).

As bacias hidrográficas são consideradas excepcionais unidades de gestão dos elementos naturais e sociais, pois, sobre esse ponto de vista, pode-se acompanhar as alterações antrópicas inseridas e as respectivas respostas da natureza (LOUZADA *et al.*, 2009). Uma bacia hidrográfica se constitui como uma das unidades de planejamento mais relevantes para o uso e exploração dos recursos naturais, pois seus limites são imutáveis dentro do contexto de planejamento humano, o que facilita o acompanhamento das mudanças naturais ou introduzidas pelo homem. Assim, o ordenamento do uso e ocupação do solo de uma bacia hidrográfica é a forma mais eficiente de controle dos recursos hídricos que a compõe (VAEZA *et al.*, 2010).

Nesse contexto, o uso e a cobertura da terra precisam ser considerados na influência dos processos ecológicos e hidrológicos nas bacias hidrográficas. Isso procede porque pode provocar inundações, poluição dos solos e da água, erosão e outras consequências negativas sobre o solo e os recursos hídricos. O uso e a cobertura da terra em espaços urbanos, agrícolas e florestais, quando ocorrem sem um correto planejamento, são os principais responsáveis por tais efeitos adversos (HENDGES *et al.*, 2017). Dessa forma, o conhecimento das formas de utilização e de cobertura da terra tem sido um fator imprescindível ao estudo dos processos que se desenvolvem em determinada região, tornando-se de fundamental importância, na medida em que os efeitos do seu mau uso causam danos ambientais. As formas de erosão intensas, a desertificação, as inundações e os assoreamentos de cursos d'água têm sido exemplos cotidianos de mau uso (LOUZADA *et al.*, 2009).

A integração de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento ocorre por intermédio dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que se configuram em ferramentas capazes de proporcionar informações sobre a superfície terrestre, contribuindo para o monitoramento de áreas em diferentes escalas de mapeamento, em diferentes níveis de abrangência (KALISKI; FERRER; LAHM, 2010).

Assim, a utilização destas geotecnologias vem evoluindo de forma significativa nos últimos anos, abrangendo diferentes organizações nas áreas de administração municipal, infraestrutura, gestão ambiental, educação etc. Neste âmbito, a Geografia e a aplicação das geotecnologias contribuem para aprimorar o conhecimento sobre o espaço geográfico. As geotecnologias têm contribuído, cada vez mais, para que a Geografia aprimore seu know-how para novas metodologias no que tange ao planejamento territorial (KALISKI; FERRER; LAHM, 2010).

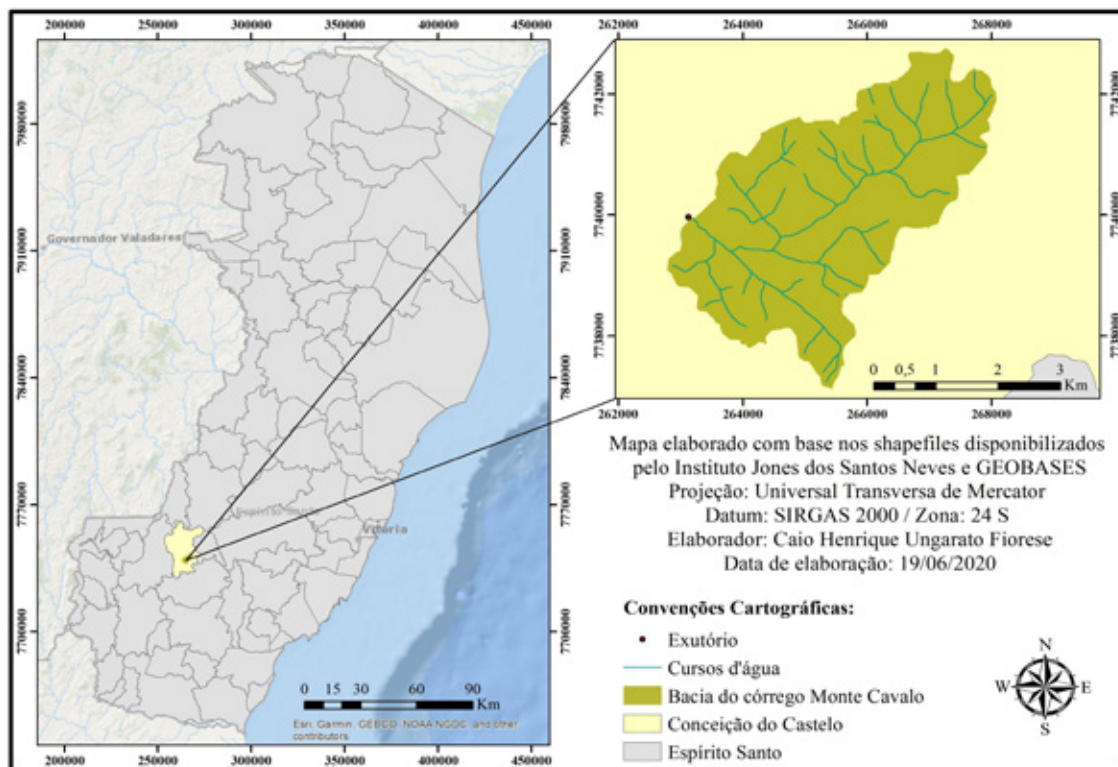
Considerando a relevância da temática discutida, objetivou-se com este trabalho avaliar o uso e cobertura da terra na bacia hidrográfica do córrego Monte Cavallo (ES), a fim de subsidiar melhorias ambientais quanto ao seu espaço geográfico, associando conservação ambiental e produtividade econômica. O presente artigo se fez necessário em virtude da escassez de pesquisas nessa região voltadas à temática de uso e cobertura da terra.

Metodologia

A área estudada compreendeu a bacia hidrográfica do córrego Monte Cavallo, que fica localizada na zona rural do município de Conceição do Castelo, na região Serrana do Estado do Espírito Santo (ES). A região está sob o domínio do tipo climático Cwb, ou seja, clima subtropical de altitude, com inverno seco e verão ameno. A temperatura média do mês mais quente é

inferior a 22° C (VENTURA, 1964). Seu exutório (foz do córrego) deságua no Rio Castelo. A mesma é importante para abastecer as atividades rurais ali executadas, a exemplo da cafeicultura e pecuária. A Figura 1 demonstra a localização da área estudada.

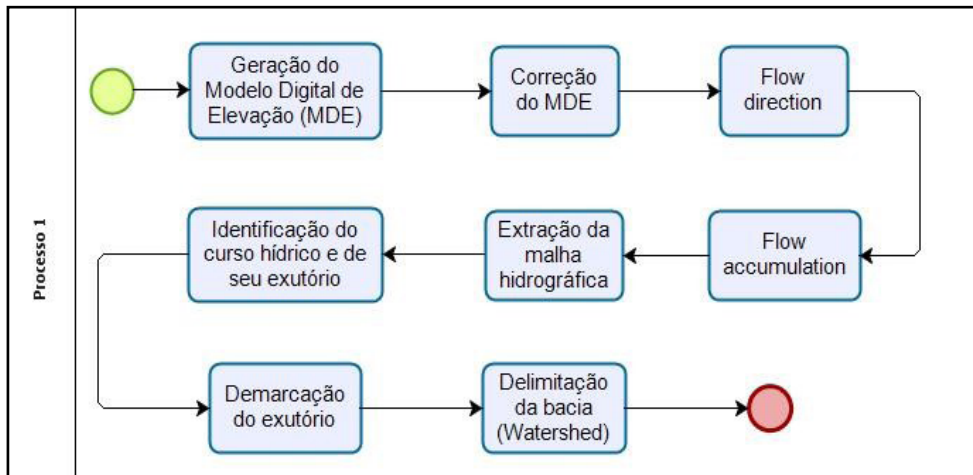
Figura 1. Localização da bacia hidrográfica do Córrego Monte Cavallo.



Fonte: O autor (2020).

Os procedimentos ocorreram com o auxílio do Sistema de Informações Geográficas ArcGIS® 10.2. Os dados geográficos considerados foram adquiridos nas seguintes bases digitais: Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (GEOBASES), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e Agência Nacional de Águas (ANA). A princípio, a bacia do córrego Monte Cavallo foi delimitada a partir dos seguintes procedimentos (SANTOS; LOUZADA; EUGENIO, 2010): aquisição de feições de curvas de nível com equidistância de 5 m no GEOBASES; geração do Modelo Digital de Elevação (MDE) com resolução de 25 m a partir das curvas de nível e sua posterior correção no intuito de preencher possíveis erros (depressões) na geração do MDE; demarcação da direção (*flow direction*) e do acumulado (*flow accumulation*) da drenagem; identificação do curso hídrico principal (nesse caso, o córrego Monte Cavallo) a partir de feições em formato de linhas e referentes aos cursos d'água da região considerada adquiridas junto à ANA; identificação e demarcação do exutório através das linhas de fluxo hídrico e; delimitação da bacia estudada. O arquivo com formato raster, obtido a partir da referida delimitação, foi convertido para polígono. A Figura 2 apresenta uma síntese dos procedimentos listados para a delimitação da bacia hidrográfica do córrego Monte Cavallo.

Figura 2. Fluxograma de delimitação da bacia.



Fonte: Adaptado de Santos, Louzada e Eugenio (2010).

Junto ao GEOBASES, foram adquiridas feições em forma de polígono de uso e cobertura da terra para o estado do Espírito Santo referentes a dois mapeamentos plotados: o primeiro, nos anos de 2007 a 2008; e o segundo, de 2012 a 2015. Ambos estiveram em escala igual ou maior a 1:25000, de acordo com o GEOBASES. As feições foram alocadas para layout do ArcGIS® 10.2 para, em seguida, serem editadas e delimitadas somente para a área de interesse, com auxílio das ferramentas de recorte (*clip*) do programa.

Após a geração dos novos arquivos de uso e cobertura da terra para a bacia de interesse, foram identificadas e quantificadas as classes. A identificação ocorreu a partir das informações escritas na tabela de atributos dos arquivos gerados. Já a quantificação foi feita através da conversão dos dados, a princípio contidos na tabela de atributos, para formato de planilha do Microsoft Office Excel.

Assim, foi possível converter as áreas de cada classe, a princípio em metros quadrados (m²), para percentual (%), tendo como parâmetro a área total da bacia hidrográfica do córrego Monte Cavallo. As classes, ainda, foram plotadas em dois mapas de temáticos que permitiram a execução de análises espaciais das principais classes, em consonância com a literatura considerada.

Resultados e discussão

As principais classes de uso e cobertura da terra da bacia do córrego Monte Cavallo foram a pastagem, vegetação nativa consolidada e em estágio inicial de regeneração, cafeicultura e macega. Os cultivos agrícolas somaram 19,79% e 18,78%, respectivamente, nos mapeamentos 2007-2008 e 2012-2015. A Tabela 1 mostra as classes de uso e ocupação da terra com seus respectivos percentuais para os mapeamentos supracitados.

Tabela 1. Classes e números de uso e cobertura da terra,

CLASSES	MAPEAMENTO	MAPEAMENTO
	2007-2008	2012-2015
Afloramento Rochoso	3,93	4,48
Brejo	0,14	0,22
Cultivo Agrícola - Banana	0,15	0,06
Cultivo Agrícola - Café	16,46	16,76
Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Permanentes	0,77	0,96

Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Temporários	2,41	1,08
Macega	3,90	3,08
Mata Nativa	20,73	21,02
Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração	5,39	5,38
Outros	3,02	3,05
Pastagem	38,95	38,54
Reflorestamento - Eucalipto	3,39	4,94
Solo Exposto	0,78	0,52

Fonte: O autor (2020).

Há maior predominância da pastagem nos mapeamentos mencionados, o que indica a pecuária como uma forte atividade econômica na bacia do córrego Monte Cavallo. Isso está atrelado ao contexto histórico de ocupação e preferência dessa atividade em relação às outras, além do forte investimento nesse setor. A atividade pecuária foi altamente incentivada pelos recursos estatais de maneira desestruturada e sem fiscalização. O resultado é a permanência de uma exploração extensiva, altamente prejudicial ao ecossistema como um todo e de pouca produtividade (CASTRO; CARVALHO, 2017).

Na bacia hidrográfica do córrego Monte Cavallo, a pecuária possui diversos problemas. Um dos principais é emprego de práticas tradicionais de manejo, como é o caso da pecuária extensiva, e o superpastoreio, provocado pelo excesso de número de gado por unidade de área. Isso culmina em uma baixa produtividade na pecuária. Além do mais, a erosão hídrica dos solos é outro problema comumente visto em diversas áreas de pastagem na região, pois há diversas formações erosivas, que compreendem desde a erosão em sulcos ao aparecimento de voçorocas que, por sua vez, representam o estágio mais avançado da erosão. A ocupação da pastagem em áreas de preservação permanente, como as adjacentes aos cursos hídricos e trechos muito declivosos é outro problema enfrentado pela pecuária local.

Diante dessa situação, em virtude do alto percentual da pastagem, fato também verificado em outras bacias hidrográficas, como a sub-bacia do Ribeirão Estrela do Norte (35,74% e 33,72% para, respectivamente, os anos 2007-2008 e 2012-2015 (FIORESE; LEITE, 2018), há necessidade de medidas conservacionistas capazes de melhor aproveitar tais espaços e minimizar os efeitos da erosão. Fiorese e Leite (2018) sugerem a adoção de piquetes como forma de resguardar áreas de pasto para outras finalidades, como a restauração florestal. Tal sugestão seria muito relevante para a bacia do córrego Monte Cavallo, tendo em vista a elevada predominância da pastagem e a minimização de possíveis problemas ambientais resultantes do manejo da pecuária nesta região.

A vegetação nativa foi a segunda classe de maior abrangência na bacia do córrego Monte Cavallo. Embora tenha tido um pequeno aumento no período (em 0,28%) considerado e que a vegetação em estágio inicial de regeneração tenha praticamente se estabilizado, os percentuais poderiam ser maiores e, logo, mais satisfatórios. Tais percentuais são atribuídos aos avanços das principais atividades econômicas nesta bacia.

Estima-se que existam na Mata Atlântica aproximadamente 20 mil espécies vegetais (35% das espécies existentes no Brasil, aproximadamente), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Quanto à fauna, o bioma abriga, aproximadamente, 850 espécies de aves, 370 de anfíbios, 200 de répteis, 270 de mamíferos e 350 de peixes (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020).

As florestas que fazem parte da Mata Atlântica são responsáveis pela produção, regulação e abastecimento de água; regulação e equilíbrio climáticos; proteção de taludes e atenuação

de desastres; fertilidade e proteção do solo; produção de alimentos, madeira, fibras, óleos e remédios. Proporciona, ainda, paisagens cênicas e preservação de um patrimônio histórico e cultural enorme (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020).

Portanto, a manutenção dos resquícios de vegetação nativa, na bacia do córrego Monte Cavallo, é de extrema necessidade, tendo em vista seus benefícios ambientais. As atividades antrópicas executadas na sub-bacia estudada precisam respeitar a legislação ambiental, no intuito de preservar tais remanescentes. No entanto, a não redução das áreas de vegetação nativa é um fator positivo, pois indica que não houve devastação desses espaços pelos agentes antrópicos locais (FIORESE; LEITE, 2018).

A cafeicultura foi a terceira classe mais abrangente, tendo inclusive ligeiramente aumentado em 0,30%. Assim como a pecuária, a cafeicultura nesta sub-bacia também está atrelada ao seu contexto histórico. Na bacia hidrográfica do córrego Monte Cavallo, os problemas relacionados à cafeicultura estão relacionados, principalmente, ao forte predomínio da monocultura, além do emprego de técnicas tradicionais de manejo agrícola, com uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos. O emprego da monocultura pode acarretar o empobrecimento do solo, principalmente pelo fato de haver baixa disponibilidade de matéria orgânica (o que é observado com vários locais de solo totalmente desprovido de cobertura vegetal), e na erosão, além de causar baixa produtividade agrícola.

A silvicultura do eucalipto, mesmo estando com percentuais baixos, teve um crescimento de 1,552%, sendo a classe que mais aumentou no período analisado. As possíveis causas para o aumento da silvicultura são: a queda nos percentuais de macega e de cultivos temporários. Nas áreas outrora ocupadas pelas classes mencionadas, a silvicultura pode ter passado a ocupar no mapeamento dos anos 2012-2015. Outro fator relevante é que, na região estudada, a preferência por essa silvicultura tem sido forte, inclusive em bacias hidrográficas próximas à bacia do córrego Monte Cavallo. Tal crescimento também foi visto para bacias hidrográficas de outros estudos, como a bacia hidrográfica do Ribeirão Santo Amaro, Estado do Espírito Santo (FIORESE; NASCIMENTO, 2019). Os autores supracitados estimaram um crescimento de 2,5% dessa silvicultura.

Portanto, a preferência pela silvicultura do eucalipto mostra-se uma tendência na bacia do córrego Monte Cavallo em detrimento a outras atividades rurais, como a pecuária e a cafeicultura. Em nível mundial, essa tendência também é vista, pois as áreas de florestas plantadas vêm aumentando cerca de 4,63 milhões de hectares por ano. Em torno de 76% dessa área é destinada à produção florestal. O Brasil abrange 2,67% do total das plantações florestais mundiais e está entre os maiores plantadores (EMBRAPA, 2016).

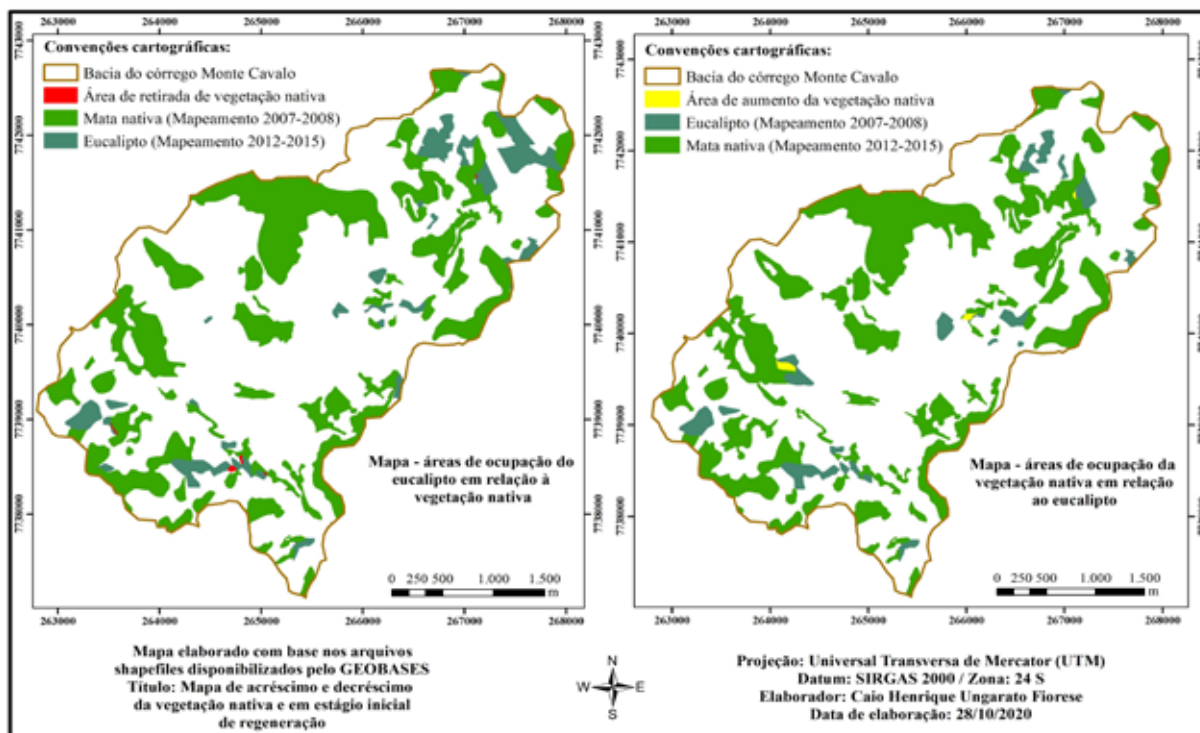
A silvicultura na bacia hidrográfica do córrego Monte Cavallo não representa problemas graves, o contrário da cafeicultura e pecuária. Todavia, há algumas técnicas que poderiam ser melhoradas. Assim como nos cafezais, a silvicultura do eucalipto nessa bacia hidrográfica se encontra presente sob forma de monocultivos. Nesse caso, uma opção ambientalmente melhor seria a associação da silvicultura com outros cultivos, constituindo uma agrofloresta ou sistemas agroflorestais.

Em termos ambientais, a silvicultura do eucalipto pode impactar positivamente ou negativamente, a depender das condições de outrora da implantação dos cultivos. Os impactos positivos são vistos quando da implantação em áreas degradadas ou mesmo em locais de pastagem. Já os impactos negativos são vistos principalmente em áreas anteriormente ocupadas por vegetação nativa. Por exemplo, quando implantado em espaços de mata nativa, o eucalipto acarreta queda da biodiversidade e danos aos recursos hídricos e à proteção ao solo (VITAL, 2007).

No entanto, o aumento visto para a silvicultura do eucalipto culminou na redução de pequenas áreas de cobertura vegetal nativa, o que foi compensado com a substituição do eucalipto por vegetação nativa em outras áreas da bacia do córrego Monte Cavallo, ou seja, os cultivos de eucalipto não culminaram em impactos ambientais negativos em nível de bacia hidrográfica. O eucalipto

passou a ocupar, ainda, áreas outrora ocupadas por outras classes, como a pastagem. Além do mais, não foram vistos efeitos negativos do eucalipto na bacia hidrográfica estudada no que se refere à biodiversidade e aos recursos hídricos. A Figura 3 demonstra um mapa comparativo da redução e ampliação da cobertura vegetal nativa em áreas outrora ocupadas pela silvicultura estudada.

Figura 3. Comportamento da vegetação nativa em áreas ocupadas por silvicultura.



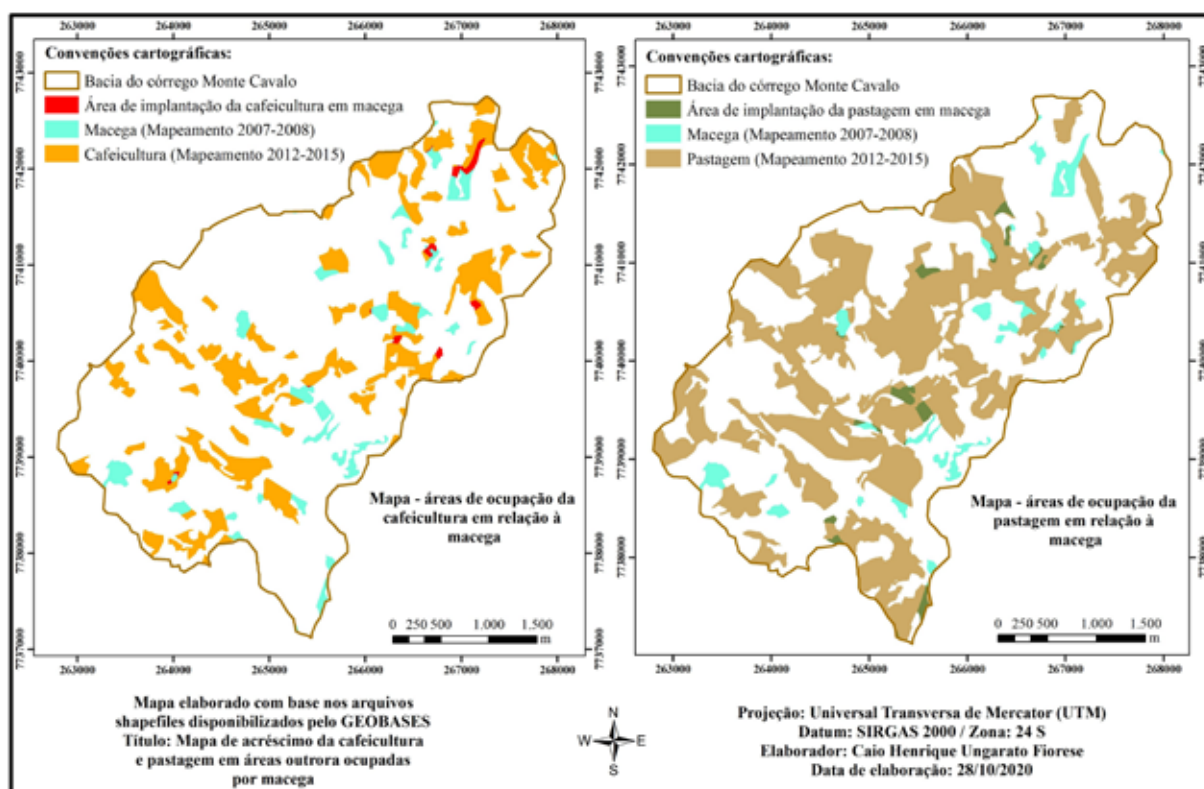
Fonte: Adaptado de GEOBASES (2020).

A técnica supracitada, além de um correto manejo da monocultura do eucalipto, são requisitos de suma relevância para a manutenção e melhoria da qualidade ambiental da bacia hidrográfica do córrego Monte Cavallo, levando-se em consideração a tendência de crescimento dessa atividade na região.

As áreas de macega na bacia estiveram presentes em percentuais elevados (superiores a 3%), o que pode estar relacionado ao abandono de áreas outrora ocupadas por alguma atividade econômica, como a pecuária. Tais percentuais são considerados elevados pelo fato de a macega indicar áreas que foram abandonadas, ou seja, que não trazem algum retorno econômico ou ambiental, como no caso de uma agrofloresta. Todavia, ao mesmo tempo, tal expressividade indica um problema quanto ao planejamento e ocupação das terras locais, pois as áreas de macega, além de poderem apresentar espécies de plantas consideradas “exóticas invasoras”, que constituem um grande problema ambiental, poderiam ser substituídas por outras formas de ocupação que trariam retornos ambientais e, até mesmo econômicos, como as florestas nativas ou sistemas agroflorestais.

A expressividade dessa classe, no entanto, é um transtorno também perceptível em outras bacias hidrográficas, como a bacia hidrográfica do Ribeirão Santo Amaro (FIORESE; NASCIMENTO, 2019). No entanto, a macega apresentou queda de 0,827%, o que pode indicar um aproveitamento dessas áreas para algum uso antrópico, como a cafeicultura e pecuária, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4. Dinâmica espacial da cafeicultura e pastagem em áreas outrora ocupadas por macega.

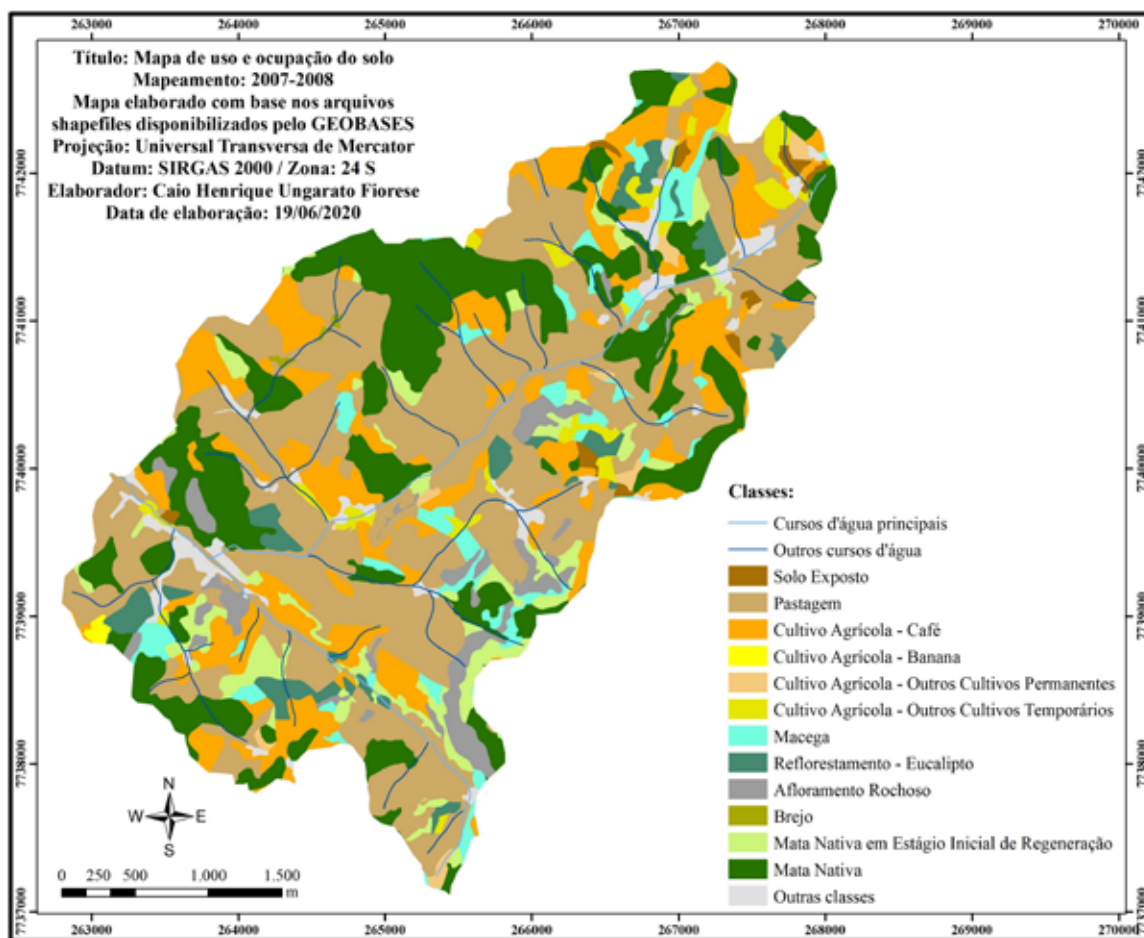


Fonte: Adaptado de GEOBASES (2020).

O fato discutido, todavia, não exige a bacia hidrográfica estudada de haver discussões entre gestores públicos e produtores rurais sobre as melhores formas de ocupação e diminuição das áreas de macega, o que traria um melhor planejamento ambiental atrelado a maiores ganhos econômicos.

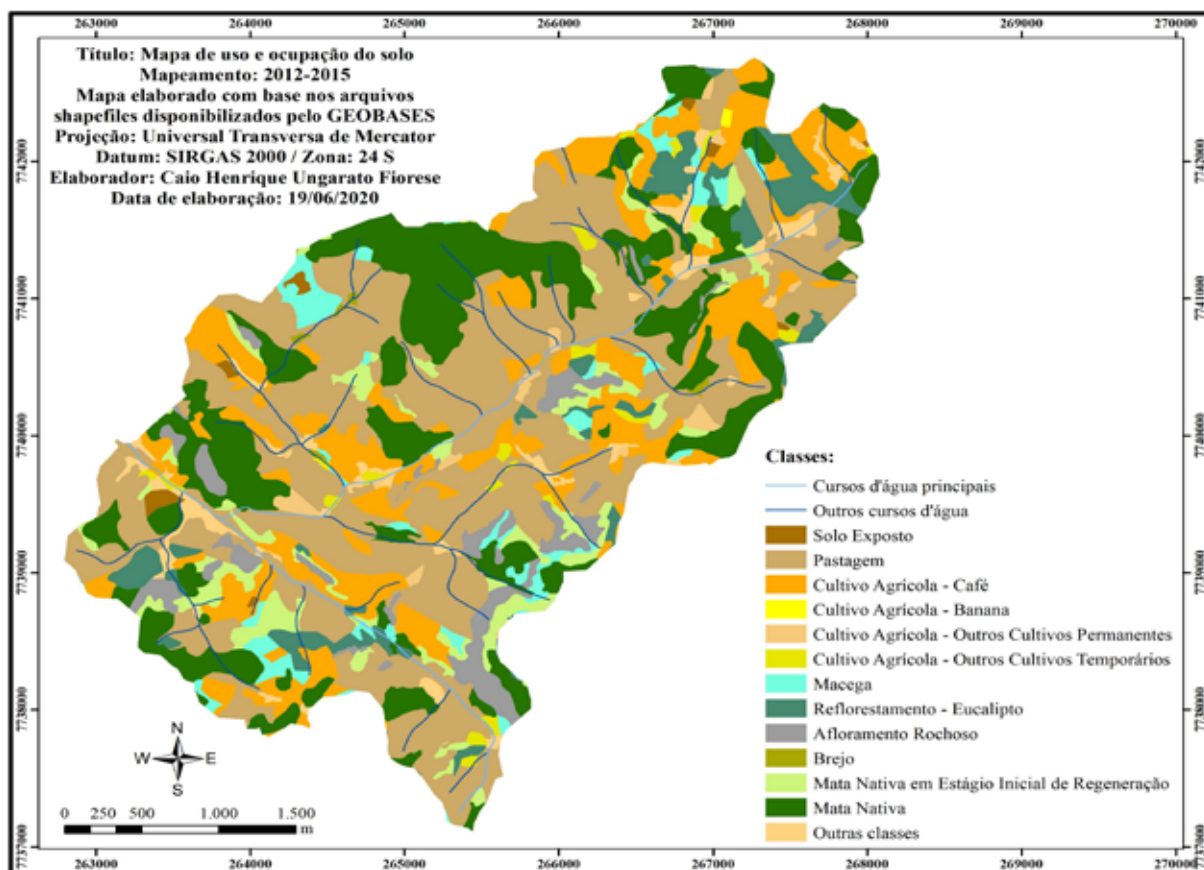
As Figuras 5 e 6 apresentam a distribuição das classes de uso e cobertura da terra da bacia hidrográfica do córrego Monte Cavalão para os mapeamentos dos anos 2007-2008 e 2012-2015, respectivamente.

Figura 5. Uso e cobertura da terra no mapeamento 2007-2008.



Fonte: Adaptado de GEOBASES (2020).

Figura 6. Uso e cobertura da terra no mapeamento 2012-2015.



Fonte: Adaptado de GEOBASES (2020).

A cafeicultura esteve presente sob forma de pequenos cultivos nessa bacia, em virtude da cafeicultura familiar e em pequenas propriedades, características marcantes na região. Em ambos os mapas, percebe-se trechos de fragmentos florestais nativos de áreas mais abrangentes. Em alguns locais, há fragmentos menores e separados por alguma matriz antrópica.

Os fragmentos florestais de variados tamanhos e formas assumem fundamental importância para a perpetuidade da Mata Atlântica. No entanto, a fragmentação na Mata Atlântica é resultado da transformação da paisagem, o que torna cada vez mais difícil a conservação da rica biodiversidade deste bioma (ZAÚ, 1998). A fragmentação de áreas naturais provoca problemas, como a criação de barreiras para a circulação dos animais entre os fragmentos, pois o movimento de algumas espécies depende da habilidade de dispersão e do comportamento migratório delas (ANDREOLI *et al.*, 2014).

Sendo assim, é importante considerar algumas sugestões para ligar esses fragmentos. Uma delas é a implantação de corredores ecológicos, que constituem uma das estratégias mais promissoras para haver um planejamento regional eficaz de conservação e preservação faunística e florística. A Mata Atlântica é um dos biomas biologicamente mais ricos e ameaçados do planeta e, portanto, necessita com urgência desse tipo de planejamento. Assim, a ligação dos remanescentes isolados por corredores de vegetação natural representa uma sugestão relevante para mitigar os efeitos da ação antrópica e garantir a biodiversidade (VALERI; SENÔ, 2020). Portanto, quando possível, a ligação de fragmentos próximos por intermédio dos corredores ecológicos é uma sugestão viável, no intuito de trazer maiores benefícios ambientais na bacia do córrego Monte Cavallo.

A macega esteve disposta parcialmente em áreas próximas à vegetação nativa, o que evidencia um problema quanto ao planejamento de uso e cobertura da terra, pois as áreas de macega poderiam ser substituídas e conectadas com a vegetação nativa através de sugestões, como a restauração

florestal e os sistemas agroflorestais. Tendo em vista tal proximidade e predominância da macega em várias partes da sub-bacia, a sua substituição pelas formas supracitadas aumentaria os fragmentos nativos e a interligação deles, trazendo maiores benefícios ecossistêmicos e econômicos.

Considerações finais

A bacia do córrego Monte Cavallo possui alta predominância da cafeicultura e pecuária, atribuída ao seu contexto histórico de ocupação. Todavia, as áreas de eucalipto aumentaram significativamente. Os remanescentes florestais nativos, por sua vez, não apresentaram redução e estiveram dispostos em um padrão parcialmente fragmentado.

A presença da macega e sua disposição próxima a áreas de vegetação nativa indicam problemas quanto ao planejamento de ocupação. Há necessidade de trazer um melhor aproveitamento das áreas de macega por meio da ampliação da cobertura nativa, por exemplo, além de conectar fragmentos nativos próximos e medidas conservacionistas na agricultura e pecuária. Ações essas de suma necessidade e que podem ser articuladas entre gestores públicos e moradores da sub-bacia, a fim de trazer maior sustentabilidade ambiental e econômica.

As geotecnologias, para trabalhos com ênfase na análise de uso e cobertura da terra, são de extrema importância, pois auxiliam no levantamento dos impactos ambientais oriundos da ação antrópica sobre determinada bacia hidrográfica, por exemplo. Para o planejamento territorial, as geotecnologias contribuem para uma melhor reorganização da ocupação antrópica pelo fato de permitir o mapeamento e a quantificação das formas de uso e cobertura da terra.

As bases de dados atualizadas e disponíveis gratuitamente, como o GEOBASES, são de extrema relevância, pois as mesmas possuem elevada confiabilidade, capazes de demonstrar recursos com alta precisão, como informações geográficas acerca do uso e cobertura da terra. Sua aplicação na bacia hidrográfica do córrego Monte Cavallo foi de grande valia.

Referências

ANDREOLI, C. V. *et al.* **Biodiversidade**: a importância da preservação ambiental para a manutenção da riqueza e equilíbrio dos ecossistemas. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3wz-qRGN>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ANA – Agência Nacional de Águas. **Encontre mapas interativos, conjuntos de dados geográficos, imagens de satélite e outros serviços**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2T9c-QBd>. Acesso em: 17 mar. 2020.

ARCGIS. **ArcGIS**: software. 2020. Disponível em: <http://www.esri.com/software/arcgis/index.html>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CASTRO, P. M. de.; CARVALHO, C. T. M. de. **Um estudo sobre as condições de sustentabilidade e os impactos ambientais gerados pela atividade pecuária no Brasil**. 2017. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Química) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Plantações florestais**: geração de benefícios com baixo impacto ambiental. Colombo: Embrapa Florestas, 2016. 100 p.

FIGLIANO, C. H. U.; LEITE, V. R. Dinâmica do uso e cobertura do solo na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Estrela do Norte no município de Castelo, estado do Espírito Santo. **Agrarian Academy**, Goiânia, v. 5, n. 10, p. 52-65, 2018.

FIGLIANO, C. H. U.; NASCIMENTO, W. A. R. Mapeamento do uso das terras da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Santo Amaro, no Sul do Estado do Espírito Santo. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 16, n. 29, p. 1554-1566, 2019.

GEOPORTAIS. **IBAMA - mapeamento ES - 2012-2015**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3yHkvar>. Acesso em: 13 mar. 2020.

HENDGES, L. T.; REINHER, R. C. R.; LEICHTWEIS, J.; FERNANDES, É. J.; TONES, A. R. M. Planejamento do uso do solo em bacias hidrográficas: áreas agrícolas; áreas urbanas e áreas de preservação permanente. In: XXV Seminário de Iniciação Científica / XXII Jornada de Pesquisa / XVIII Jornada de Extensão, VII Mostra de Iniciação Científica Júnior / VI Seminário de Inovação e Tecnologia, 2017, Ijuí. **Anais...** Ijuí: UNIJUÍ, 2017.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **Shapefiles**. 2020. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

KALISKI, A. D.; FERRER, T. R.; LAHM, R. A. Análise temporal do uso do solo através de ferramentas de geoprocessamento – estudo de caso: município de Butiá/RS. **Revista Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2010.

LOUZADA, F. L. R. O.; PIROVANI, D. B.; LOUGON, M. S.; SANTOS, A. R. dos. Caracterização do uso e ocupação do solo da bacia hidrográfica do Ribeirão Vala do Souza- ES. In: XII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica / IX Encontro Latino-Americano de Pós Graduação / III Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica Júnior, 2009, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: UNIVAP, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Mata Atlântica**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hUAFan>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PEREIRA, A. K. C.; SANTOS, L. de O. L. dos. Mapeamento dos tipos uso e ocupação do solo na região do Centro da Cidade, Santa Inês – MA. In: VII Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2012, Palmas. **Anais...** Palmas, 2012.

SANTOS, A. R. dos.; LOUZADA, F. L. R. de O.; EUGENIO, F. C. **ArcGIS 9.3: total: aplicações para dados espaciais**. Alegre: CAUFES, 2010. 184 p.

SILVA, M. J. dos S. O.; SILVA FILHO, J. A.; SILVA, Á. J. L. Principais impactos e mudanças na paisagem decorrentes da ocupação desordenada no município de Encanto – RN: um exemplo do bairro Alto da Boa Vista. **Revista do CERES**, Caicó, v. 1, n. 2, p. 115-121, 2015.

VAEZA, R. F.; OLIVEIRA FILHO, P. C. de.; MAIA, A. G.; DISPERATI, A. A. Uso e ocupação do solo em bacia hidrográfica urbana a partir de imagens orbitais de alta resolução. **Floresta e Ambiente**, Seropédica, v. 17, n. 1, p. 23-29, jan./jun. 2010.

VALERI, S. V.; SENÔ, M. A. A. F. **A importância dos corredores ecológicos para a fauna e a sustentabilidade de remanescentes florestais**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3bUKkd3>. Acesso em: 28 jun. 2020.

VENTURA, A. Problemas técnicos da silvicultura paulista. **Silvicultura em São Paulo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 61-80, dez. 1964.

VITAL, M. H. F. Impacto ambiental de florestas de eucalipto. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 235-276, 2007.

ZAÚ, A. S. Fragmentação da Mata Atlântica: aspectos teóricos. **Floresta e Ambiente**, Seropédica, v. 5, n. 1, p. 160-170, 1998.

CURRÍCULO REAL E CURRÍCULO FORMAL: análise da formação do professor de geografia do Programa PARFOR

Real curriculum and formal curriculum: analysis of the training of the geography teacher of the Parfor Program

Claudine de Souza Oliveira dos Anjos¹

Resumo: Este artigo é resultado de uma dissertação de Mestrado e tem por objetivo geral analisar as semelhanças e diferenças entre o currículo formal e o currículo praticado no curso de Geografia do PARFOR no campus II da UNEB. Na perspectiva de avaliar a necessidade de mudança, a partir dos sujeitos envolvidos, a metodologia privilegiou a pesquisa qualitativa, por meio do estudo de caso do processo de formação da primeira turma do referido curso (período 2010-2014). Os sujeitos da pesquisa foram 34 professores-alunos, 5 professores-pesquisadores do curso e uma coordenadora local. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, sendo utilizado como procedimento para coleta de dados observação direta, aplicação de questionário, realização de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Na discussão teórica apoiei-me nas ideias de autores como: Gimeno Sacristán (2000) e Dermeval Saviani (2008) para discussão sobre currículo e autores da área de ensino de Geografia como Lana Cavalcante (2000), Helena Callai (2013) para nortear a reflexão sobre a formação do professor de Geografia. Os principais resultados sinalizaram algumas diferenças entre o currículo formal e o currículo praticado, análises estas que poderão servir como indicadores com relação ao estágio, à avaliação, à carga horária dos componentes curriculares e à metodologia para possíveis aperfeiçoamentos junto ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia do PARFOR em suas próximas edições.

Palavras-chave: Currículo formal e praticado. Formação de professor em exercício. Programa PARFOR.

Abstract: This article is the result of a Master's thesis and aims to analyze the similarities and differences between the formal curriculum and the curriculum practiced in the Geography course of PARFOR on campus II of UNEB. In the perspective of assessing the need for change, from the subjects involved. qualitative research, through the case study of the training process of the first class of that course (period 2010-2014). The research subjects were 34 teacher-students, 5 teacher-researchers of the course and a local coordinator. This is a qualitative research, being used as a procedure for data collection, direct observation, questionnaire application, semi-interviews -structured and document analysis. In the theoretical discussion I relied on the ideas of authors such as: Gimeno Sacristán (2000) and Dermeval Saviane (2008) to discuss curriculum and authors in the area of geography teaching such as Lana Cavalcante (2000), Helena Callai (2013) to guide the reflection on the formation of the Geography teacher. The main results signaled some differences between the formal curriculum and the practiced curriculum, these analyzes, which may serve as indicators in relation to the internship, the evaluation, the ch of the curriculum components and the methodology for possible improvements with the Political Pedagogical Project of the PARFOR Geography Course in its next editions.

Keywords: Formal and practical curriculum. In-service teacher training. Parfor program.

Introdução

A formação do professor da educação básica, no Brasil, tem suscitado debates. Quanto mais se produz academicamente, mais esta temática se torna extremamente necessária para se avaliar os “pros e os contras” do que se tem feito nas Universidades brasileiras que, tradicionalmente, vem formando professores nas mais diversas áreas do conhecimento. Questiona-se, sobretudo, a concepção do professor como um técnico que adquire um conjunto de procedimentos que o auxiliam na transmissão dos conhecimentos teóricos produzidos por especialistas. Essa ideia pressupõe que para ser professor basta saber o conteúdo e as técnicas para ensiná-lo, o que tem resultado no equívoco de que qualquer pessoa pode ensinar qualquer disciplina, basta seguir o material de apoio, a exemplo do livro didático.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: www.uniasselvi.com.br.

A partir da crítica a esse modelo formativo, que vem sendo denominado pela literatura educacional brasileira de paradigma da racionalidade técnica, nas últimas décadas um conjunto de pesquisadores vem propondo um outro modelo de formação docente, que está sendo chamado pelos autores que o defendem de paradigma da racionalidade prática e/ou de epistemologia da prática. As ideias principais que norteiam essa proposta pressupõem que o exercício da prática docente que é norteado por um conjunto de saberes (teórico-prático, didático-pedagógico, experienciais e profissionais) que dá configuração à identidade profissional docente. Com base em Damasceno (2007), o conceito de formação de professores é relacionado ao de aprendizagem permanente, contínua e idiossincrática; a prática é entendida como espaço de criação e reflexão e não como “aplicação” do conhecimento.

Neste cenário, políticas e programas governamentais são criados num contexto de críticas e propostas de melhoria para a educação escolar brasileira, e a formação e atuação dos profissionais da educação foi um dos parâmetros de avaliação. Nessa perspectiva, em 2004 foi realizado um Censo Escolar onde foi diagnosticado que, na época, mais de 2,5 milhões de docentes trabalhavam nas áreas das redes públicas e privadas em todo país e, entre eles, mais de 1,5 milhões eram chamados de professores leigos, por terem apenas o ensino fundamental, completo ou não. Em 2007, de acordo com o educa censo, esta realidade ainda persistia, pois cerca de 600 mil professores em exercício na educação básica pública, no Brasil, ainda não possuíam graduação ou atuavam em áreas diferentes das licenciaturas em que se formaram.

Com base nesse diagnóstico, o MEC - Ministério da Educação e Cultura, através da lei n. 11.502 de julho de 2007, lançou o desafio de rever a situação em 70% até 2011, apresentando como meta assegurar a qualidade da formação dos professores que iriam atuar ou que já estivessem atuando nas escolas; e integrar a educação básica e supervisionando à qualidade dos cursos de formação dos docentes.

Diante disso, o referido ministério elaborou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e apresentou um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas, atribuindo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica. Desde então, em parceria com as instituições de nível superior pública e privada, a CAPES vem executando vários programas institucionais voltados para formação inicial e continuada de professores que já se encontram no exercício do magistério.

Entre os programas institucionais, o foco de interesse deste estudo é o Programa de Formação de Professores da Educação Básica-Plataforma Freire (PARFOR), o qual promove a formação docente abrangendo três situações: professores que ainda não têm formação superior (primeira licenciatura); professores já formados, mas que lecionam em áreas diferentes daquela em que se formaram (segunda licenciatura e bacharéis) que necessitam de estudos complementares que os habilitem ao exercício do magistério e **Formação pedagógica** para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

No âmbito das instituições de ensino superior que vem desenvolvendo tais programas, situo a UNEB - Universidade do Estado da Bahia que, ao longo das últimas décadas, vem executando vários programas institucionais voltados para a formação inicial e continuada de professores que já se encontram no exercício do magistério desde 2009.

No âmbito dessa problemática, o contexto desta pesquisa é o curso de Licenciatura em Geografia do Programa PARFOR ofertado pela UNEB Campus II, na cidade de Alagoinhas, tendo como recorte de análise o contraponto entre o currículo real, estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso, e o currículo praticado, vivido pelos 34 professores-alunos matriculados na primeira turma dessa licenciatura.

Parte-se do princípio de que a lei vem sendo cumprida, a Universidade tem se responsabilizado pela organização, oferta e operacionalização dos componentes curriculares. No entanto, o quesito qualidade não pode deixar de ser uma prioridade na busca da superação por um melhor resultado na educação brasileira. Quando me refiro à qualidade, se faz necessário

compreender, conforme Dourado, Oliveira e Santos (2007) esclarece em seu estudo, sobre qualidade na educação, que se trata de um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; nem muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos, ou seja: a qualidade da educação envolve dimensões externas e internas e, nessa ótica, devem considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extras que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos. Sendo assim, parto da hipótese de que entre o currículo formal e o currículo praticado ou vivido pode existir uma diferença, um “hiato” que pode estar comprometendo a qualidade do curso em estudo.

Esse contexto conduziu ao desenvolvimento desse trabalho que procurou contribuir para um processo de análise avaliativa do curso em pauta a partir das seguintes indagações: O que diz o projeto na íntegra e o que é praticado? Como os professores-alunos de Geografia avaliam o currículo do curso? Na opinião deles, como o currículo do curso vem contribuindo para o desenvolvimento profissional docente? Como os professores do Programa se veem enquanto contribuintes junto ao currículo para o desenvolvimento profissional docente dos professores-alunos? Na opinião dos sujeitos investigados (professores-alunos, professores-pesquisadores e coordenadora local), há necessidade de mudanças no currículo atual? Quais? Por quê?

Assim foi estabelecido como objetivo geral deste estudo: A análise das semelhanças e diferenças entre o currículo formal e o currículo real/praticado no curso de Geografia da PARFOR do campus II de Alagoinhas, visando avaliar a sua contribuição para o desenvolvimento profissional docente dos professores-alunos. A concretização do objetivo geral foi desdobrado nos objetivos específicos: 1. Diagnosticar, a partir dos sujeitos envolvidos, as semelhanças e diferenças entre o currículo real e o formal no curso de licenciatura de Geografia da PARFOR, à luz dos princípios defendidos no Projeto Político Pedagógico; 2. Analisar se o currículo real vem contribuindo para mudanças na prática pedagógica do professor-aluno e 3. Avaliar se o currículo do curso de Geografia necessita de mudanças e quais.

As reflexões sobre currículo, em específico, sobre as suas contribuições para a formação dos docentes do curso objeto de estudo, foram realizadas à luz da teoria histórico crítica, onde partimos do princípio defendido por (FREIRE, 2011).

A metodologia utilizada nesse estudo foi de natureza qualitativa e seguiu os princípios de um estudo de caso. Os sujeitos da pesquisa em sua totalidade foram 34 professores-alunos de diversas localidades matriculados na primeira turma do curso de Licenciatura em Geografia, no período de março de 2010 a abril de 2015, os professores-pesquisadores e a coordenação local do referido curso a quem foram aplicados questionários e realizadas entrevistas estruturadas.

Referencial teórico

Segundo Gatti (2013), a educação e a escola básica na sociedade contemporânea vêm enfrentando grandes desafios diante das mudanças sociais em andamento e, em decorrência, assinalam-se questões sobre o papel dos professores face às demandas socioculturais que lhes são postas, o que leva a uma discussão sobre a sua formação inicial oferecida nas licenciaturas. A referida autora, a partir de suas pesquisas, evidencia a condição de precariedade da formação docente e seu descompasso com relação aos movimentos emergentes no mundo societário, sinalizando a necessidade de uma verdadeira revolução no que diz respeito à estrutura e às dinâmicas curriculares relativas à formação de professores para a educação básica em nível superior. Logo, todo esse cenário conduz à seguinte reflexão: por que mudanças profundas não ocorrem nesses cursos; uma vez que há muito tempo e por muitos estudos, tem-se falado em

crise das licenciaturas pelas suas fragilidades formativas? A referida autora tem se debruçado sobre essa temática a partir de suas pesquisas em campo e de referenciais bibliográficos como: Alves (1992), Azevedo (2010), Barreto (2008), entre outros.

Conforme assinala os resultados de uma pesquisa realizada por Fernandes (2013, s.p.), “o contexto da formação de professores no Nordeste”, o descompasso é comum em todo o Brasil e se agrava quando nos deparamos com os estados das regiões Norte e, em específico, o Nordeste, foco de análise nesse momento. De acordo com esta autora, e embora houvesse ocorrido mudança no perfil dos professores, na época ainda havia um percentual alto (20%) de professores sem formação mínima exigida para o desempenho de suas funções, o que demandava uma melhor estruturação dos municípios para suprir essa deficiência.

A referida pesquisa teve por objetivo apresentar um recorte dos aspectos relacionados à formação de professores, identificando os caminhos traçados no âmbito dos municípios nordestinos para aperfeiçoar a qualificação do quadro docente no sentido de acompanhar as mudanças nas esferas educacionais. Seu foco de investigação foram 264 municípios do Nordeste, no período de 2009 a 2010, com foco na avaliação do Plano de Ações Articuladas - PAR, onde foram entrevistados 264 secretários municipais (86%) e seus representantes e 722 dirigentes escolares e seus representantes e 1.420 professores do ensino básico, prioritariamente de português e matemática.

O cenário apresentado acima indicou a necessidade de novas políticas para formação de professores, e colocou-se nos últimos anos, no horizonte do Ministério da Educação (MEC), a necessidade de implementar novas políticas relativas à docência na educação básica. Anunciou-se então, a Política Nacional de Formação de Professores (BRASIL, 2009), com proposição de cursos presenciais e a distância, em certos casos voltados preferencialmente a docentes já em exercício, mas não titulados em nível superior.

Frente a este cenário, o referencial teórico desta pesquisa, procurou apresentar um levantamento do estado da arte, realizado com o desígnio de compreender se (e como) as publicações científicas na área da Educação, no âmbito da região Nordeste e Norte do Brasil, têm abordado a temática currículo e formação de professores no Programa PARFOR, a partir de artigos publicados entre 2009 e 2015. A opção por este recorte temporal está intimamente relacionado ao período o qual foram implantadas as primeiras turmas do Programa PARFOR e quando se iniciou as primeiras publicações acerca dessa temática. A amostra envolve 13 trabalhos (entre artigos, dissertações e teses) publicados em periódicos no Portal da Capes, Scielo e Bibliotecas virtuais de algumas Universidades Federais brasileiras, organizados em categorias temáticas.

Em alguns trabalhos, dependendo da tipologia da pesquisa, muitas vezes além de uma introdução, é necessária a apresentação do estado da arte do objeto de estudo. Então, através de muitas referências bibliográficas, mostra-se o estado atual de informações do tema e justifica-se a importância de pesquisa do tema.

Metodologia

O ato de pesquisar inclui entre outras ações, traçar os caminhos pelos quais se desenvolverá a investigação. No campo das ciências sociais, a pesquisa qualitativa, hoje, tornou-se uma das mais utilizadas no campo da educação devido a sua capacidade transdisciplinar envolvendo várias ciências humanas e sociais ao mesmo tempo, adotando para a sua aplicabilidade vários instrumentos de coleta como: entrevista, observação em campo, questionário entre outros para fins investigativos de um fenômeno situado no local onde o mesmo ocorre. A referida pesquisa busca responder a duas questões simples sobre o objeto investigado: onde encontrá-lo e como melhor entendê-lo.

Com base nas particularidades da pesquisa qualitativa e segundo a reflexão de José Filho (2006, p. 64) que diz: “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de

momentos criativos”, considere como apropriada para a realização do processo investigativo, o qual me propus realizar, pois além de estar no campo das ciências sociais, se faz necessário pesquisar “in loco, ouvir os sujeitos envolvidos, buscar compreender os sentimentos dos mesmos, descrever os fatos que construíram as análises interpretativas, compreender as influências dos acontecimentos e perceber uma interdisciplinaridade entre áreas do conhecimento com fins a uma interpretação mais ampla possível, visando confirmação ou rejeição de uma hipótese.

Os modelos qualitativos sugerem também que o pesquisador esteja no trabalho de campo, faça observação, seja possível coletar dados em pormenores sobre o objeto da pesquisa em toda sua complexidade e em contexto natural, respeitando crenças e valores. Na investigação qualitativa, é eficaz que a capacidade interpretativa do investigador nunca perca o contato com o desenvolvimento do acontecimento.

Nesta pesquisa, o contato se deu junto à Universidade do Estado da Bahia – UNEB campus II em Alagoinhas, onde ocorreram os fatos “investigativos” com a turma de Licenciatura em Geografia pelo PARFOR durante doze meses de observação. Devido à delimitação do campo de estudo que se debruça deliberadamente sobre a situação específica da primeira turma de Licenciatura em Geografia do PARFOR da UNEB de Alagoinhas, procurando avaliar o currículo através da ótica dos sujeitos envolvidos e, desse modo, contribuir para a compreensão global do fenômeno, o estudo de caso constitui-se a melhor abordagem metodológica para este fim.

Sendo assim, para melhor compreender a análise do currículo formal e praticado junto à primeira turma do curso de Licenciatura em Geografia do Programa PARFOR, o estudo de caso se aplica a este fim. Contudo, foi necessário durante doze meses desenvolver o estudo dos currículos, dos documentos públicos e privados, analisar a escuta dos sujeitos envolvidos no fato, aplicar questionários e entrevistas todos sustentados por teorias relacionadas ao currículo aportadas em Dermeval Saviani (2008) e Gimeno Sacristán (2000) e na área da pesquisa com relação ao ensino da Geografia, Lana Cavalcante (2000) e Helena Callai (2013).

Resultados e discussão

Com relação à organização e funcionamento dos cursos do PARFOR, ocorreu obedecendo à estrutura do PPP do Curso de Geografia (UNEB,2013) contendo: Coordenação Geral; Coordenação do Curso; Coordenação da UNEB; Professores Investigadores-Formadores; Secretaria Acadêmica e Professores-Alunos.

O curso de Licenciatura em Geografia se dava em nove Polos/municípios: Alagoinhas; Eunápolis; Irecê; Jacobina; Medeiros Neto; Salinas da Margarida; Serrinha; Teixeira de Freitas e Xique-Xique. Todos em formação modular com início em 2010, exceto em Medeiros que teve início em 2012.

Cada professor-aluno, inscreveu-se para o Polo mais próximo de sua cidade, principalmente por tratar-se de uma formação em serviço que estava prevista para ocorrer numa sequência de oito dias consecutivos. Sendo assim, a forma como se desenvolver estruturalmente o PARFOR, implicaria na participação de cada professor-aluno, tornando-se algo extremamente importante.

Quando questionados justamente sobre a dinâmica do curso, os professores-alunos entrevistados, relataram que nos primeiros meses as aulas aconteceram durante oito dias consecutivos o que coaduna com o que diz o Manual de Orientações Acadêmicas convênios MEC/CAPES/UNEB (2010). Ressalto, que os referidos encontros ocorriam no auditório, em salas de aula da UNEB, no Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito ou na Universidade Aberta à terceira idade - UAT, pois nem sempre havia espaço para as turmas do PARFOR dentro da UNEB. Com o decorrer do curso, essa dinâmica foi ficando inviável para os professores-alunos, pois os mesmos deixavam suas turmas nas Unidades Escolares e as Secretarias de Educação, de cada município, estavam sentindo sérias dificuldades em substituir estes professores, pois a formação ocorria em serviço.

Com relação ao transporte, ainda neste âmbito de parcerias, as Prefeituras, segundo os entrevistados, disponibilizaram ônibus durante todo o curso para facilitar a locomoção dos professores-alunos que vinha das cidades de: Ouriçangas, Inhambupe, Nova Soure, Entre Rios, Aporá, Esplanada, Subáuma, Sátiro Dias e Alagoinhas. Exceto as cidades de: Sátiro Dias, Aporá, Subáuma, Nova Soure, Esplanada e Alagoinhas, as quais pagaram seus transportes. Segundo Manual de Orientações Acadêmicas convênios MEC/CAPES/UNEB (2010), os professores-alunos deveriam ter tido o acesso ao benefício aqui apresentado com relação ao financiamento do PARFOR no que tange ao custeio.

Diante desta problemática, com relação à saída dos professores por oito dias consecutivos, a logística do curso passou a funcionar das quintas aos domingos a cada quinze dias, o que aumentou o tempo deste. Além da necessária alteração na dinâmica, prorrogando o tempo que a princípio estava previsto para três anos, ocorreram também greves e paralizações de funcionários no campus II, além do atendimento às mudanças no currículo (mudanças já descritas sobre o currículo do PARFOR) não esquecendo que se trata de um Programa “piloto” /experimental, o mesmo então, finalizou após tudo isso, em cinco anos.

Segundo os professores-alunos, no início do Programa, no campus, houve falta de salas de aulas, uma biblioteca para atender aos cursos exclusivos do PARFOR como: Artes, Geografia, Sociologia as quais só foram acontecendo no decorrer dos anos de 2013 a 2015.

Quanto aos princípios basilares que se segue: a relação da teoria com a prática centrando suas ações nas experiências e práticas pedagógicas desenvolvidas, abordagens pedagógicas centradas no professor-alunos e no desenvolvimento curricular por meio dos núcleos de treinamento entre outros aspectos, não posso afirmar que não houve respeito aos mesmos. O que posso afirmar, é que não houve respeito em sua totalidade, pois não houve confirmação dos 26, contudo, o currículo oficial foi respeitado neste aspecto, segundo os professores-alunos, o que resulta, numa deferência essencial a todo o Projeto Pedagógico do curso, proporcionando ao mesmo realizar na prática a transformação social que a Pedagogia histórico-crítica tanto busca promover.

Segundo a aplicabilidade das diretrizes, a maioria dos professores-alunos informa que não houve um atendimento como se espera pelo currículo formal devido à falta de apoio dos municípios com relação ao transporte, ao apoio da Secretaria da Educação junto a estes professores.

Com relação à falta de articulação pedagógica, ainda segundo os professores-alunos, os professores-formadores poderiam ter sido mais sensíveis à diversidade dos professores-alunos, devido a realidades diferentes, e em alguns momentos os mesmos sentiram no professor-formador a superioridade em seu discurso, não valorizando a experiência dos professores-alunos.

Quanto ao objetivo dos componentes: permitir uma formação integral que proporcione um trabalho profissional competente com indivíduos em contextos histórico-sociais específicos, com intenção de desenvolver nos professores-alunos a capacidade de superar os desafios que são impostos pelo exercício profissional de produzir conhecimento no momento que está estimulando o desenvolvimento intelectual, dos 26 professores-alunos investigados, 8 responderam que sim, os componentes atingiram seus objetivos, mas não justificaram as suas respostas. No entanto, 18 sujeitos afirmaram que os objetivos foram atingidos em parte, e suas justificativas podem ser agrupadas em 4 categorias: componentes com carga horária limitada; ênfase na teoria; falta de materiais pedagógicos e falta de metodologia adequada.

Também considero importante conhecer a opinião dos professores-alunos sobre a contribuição do Estágio Supervisionado para a formação docente. Sendo assim, o estágio mesmo que em parte cumpriu com os objetivos, pois o Projeto Político Pedagógico do curso informa que o mesmo é percebido como atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, vivido pe-

los professores-alunos mediante a experiência e reflexão em circunstâncias reais de trabalho, no ensino público, ajustados com a pesquisa e a extensão, decorrendo todos os passos do processo formativo e realizadas nas escolas de atuação do professor- aluno.

No que diz respeito à avaliação, 10 professores-alunos disseram que a avaliação atendeu as expectativas de diagnóstico, acompanhamento e mudança e 16 correspondem à soma dos que disseram que atendeu em parte. Logo, em parte e/ou no total, foram atendidas as expectativas. Para compreender melhor observe, a tabela a seguir:

Tabela 1. Atendimento às expectativas com relação à forma de avaliar.

Respostas	N. absoluto	Categorias de justificativas
Sim	10	Não justificaram.
Em parte	16	Falta de consideração ao processo contínuo. Avaliações aleatórias e falhas no processo. -
Total	26	

Fonte: O autor (2014).

Quanto à mudança profissional, é notória a contribuição do currículo junto à mudança dos docentes no curso de Geografia, revelando essa efetividade na relação dos objetivos junto à seleção dos conteúdos, estabelecendo assim, uma inter-relação entre os mesmos. É válido ressaltar que estamos tratando de professores em exercício, e que cerca de mais de 50% já possuem mais de cinco anos de sala de aula.

Indagamos os sujeitos investigados, como eles avaliam o currículo do curso. Dos 26 investigados, 18,98 avaliaram o curso como sendo bom; 5,98 avaliaram como regular e nenhum deles avaliou como sendo ruim. Isso revela entendimento quanto ao que está proposto no currículo formal e o que foi executado na prática.

De fato, o currículo do PARFOR foi considerado bom pelos professores-alunos, considerando que contribuiu para formação. O mesmo acrescentou conhecimento, desenvolveu habilidades e aprimorou competências já adquiridas nos anos de prática em sala de aula.

Diante disso, indagamos aos professores-alunos se o currículo atual do curso de Geografia do PARFOR necessita de mudanças. E caso necessite, quais mudanças considera que sejam necessárias. Dos 26 investigados, 15,99 declararam que sim; 8 declararam que em parte, ou seja, necessita de pequenas mudanças, e apenas 2 declararam que não necessita.

Refletindo a necessidade de mudanças no currículo, os professores-alunos apontaram, em específico, uma maior articulação entre as teorias apreendidas e as experiências dos professores-alunos no seu dia a dia em sala de aula e na escola, pois este é um dos objetivos do PARFOR junto à formação dos professores em exercício. Segundo estes interlocutores, a forma de avaliar também pode ser repensada, no sentido de promover um encontro entre a teoria e a prática dos mesmos, assim como o estágio. De acordo com os professores investigados, as atividades do Componente Curricular estágio Supervisionado poderiam ser desenvolvidas de forma diferente, como por exemplo, por meio de oficinas ou outras atividades que acrescentassem novas experiências em suas práticas pedagógicas.

As mudanças promovidas pelo currículo do PARFOR foram respondidas de forma positiva tanto do ponto de vista dos professores-formadores como para os professores-alunos. A fundamentação trazida pelo paradigma da prática atendeu aos princípios basilares do PARFOR e nortearam a

prática dos professores-formadores levando aos professores-alunos a refletirem acerca da suas práticas pedagógicas, propondo uma dialética da prática como recomenda a pedagogia histórico-crítica.

Segundo os professores-formadores, houve um estímulo à reflexão e à crítica, o que levou os professores-alunos refletirem e, conseqüentemente, a modificarem suas práticas pedagógicas em sala de aula. Por vezes, estes professores atenderam às mudanças curriculares solicitadas pelo MEC desencadeados por currículos atualizados.

A análise realizada pela coordenadora local sobre recursos financeiros, em entrevista concretizada junto a mesma, confirma as colocações feitas pelos professores-alunos e garante que não houve comprometimento da qualidade do curso ou mesmo seu andamento no cotidiano devido à referida questão no que tange ao pagamento dos profissionais envolvidos, à aquisição de livros para compor o acervo do curso, a viagens de campo e à construção do pavilhão com salas para o PARFOR.

Vemos que por meio da análise dos discursos até aqui apresentadas neste capítulo, a coerência prevaleceu na maioria das questões pesquisadas junto aos objetivos específicos e geral, e os possíveis “hiatos/lacunas” também se apresentaram muito bem explicitados para possíveis ajustes, tratando-se de um programa pioneiro.

Considerações finais

Reunindo todas as informações adquiridas durante os doze meses em campo e mais os estudos da análise dos dados adquiridos com uso dos instrumentos da coleta de dados, foram apresentadas para este momento, as considerações finais, iniciando pela resposta ao objetivo geral: analisar as diferenças e semelhanças entre os currículos formal e real. Diante de tantas informações advindas dos interlocutores, foi possível constatar uma proximidade muito grande entre os dois currículos e a articulação promovida na elaboração do questionário e na entrevista, facilitando esse momento final de análise, pois vale ressaltar que tanto os professores-alunos investigados como os professores-formadores científicaram que perceberam o atendimento aos princípios basilares do programa PARFOR. As perguntas para os interlocutores corroboravam para este momento final devido aos questionamentos que provocariam uma confirmação ou não a cada indagação feita aos interlocutores da pesquisa. A resposta a este objetivo, porém teremos ao final por se tratar de uma pergunta bastante ampla e dependente de uma visão do todo da pesquisa até aqui apresentada.

Quanto ao objetivo específico ao analisar o currículo, real/vivido vem contribuindo para mudanças na prática pedagógica do professor-aluno, houve também uma unanimidade entre os interlocutores em afirmar que o currículo mudou a prática dos mesmos e isto é resultado do encontro dos dois currículos, o oficial e o real. Inclusive alguns apontam que as mudanças ocorreram em sua prática no ato de selecionar conteúdos, no entender conhecimentos a ponto de sentir-se mais seguros, rever metodologias, entre outros.

Quanto à necessidade de mudanças no currículo atendendo ao objetivo específico, houve uma unanimidade entre os interlocutores em dizer que o curso de Geografia do PARFOR tem um bom currículo, pois acrescentou conhecimento aos professores-alunos, modificou a prática dos mesmos e os levou a ação-reflexão-ação em suas práxis no dia a dia. O que responde ao objetivo específico dois quanto às mudanças promovidas pelo curso. Atendendo ao objetivo três, quanto às necessidades de mudança, embora tenham qualificado como um bom currículo, apontam a necessidade de rever o formato do estágio supervisionado, a carga horária das disciplinas e a relação entre as parcerias do programa (Município, Estado entre outros). Todas essas questões, porém, deixam claro que não vieram a comprometer a qualidade do curso conforme resposta dos professores-alunos e coordenadora local. No entanto, estas informações devem ser consideradas e de fato repensadas tratando-se de um programa “piloto” /pioneiro.

Lembrando que ao me referir à qualidade do curso, deve-se levar em consideração conforme Dourado, Oliveira e Santos (2007) os atores envolvidos, o currículo, a dinâmica pedagógica, o processo ensino-aprendizagem e os fatores que podem vir a interferir no processo educativo.

Atendendo ao objetivo geral quanto às semelhanças e diferenças entre os dois currículos foi possível constatar uma semelhança muito grande entre os mesmos. Quando questionados (professores-alunos) em sua maioria responderam que vivenciaram o que foi proposto pelo currículo formal no que atende ao respeito aos princípios basilares, quanto à vivência e à proposta curricular, quanto à apresentação dos componentes e à contribuição dos mesmos para a superação dos desafios, a prática do trinômio ação-reflexão-ação, assim como as ementas dos componentes curriculares, da forma como foram apresentadas, promoveram as mudanças esperadas por quem busca uma qualificação profissional.

Quanto às diferenças, houveram discordâncias entre os professores-alunos, quanto ao respeito às diretrizes do curso. A avaliação, segundo a maioria, foi atendida de forma parcial ao currículo formal e quanto ao estágio supervisionado embora tenha ocorrido conforme o previsto no currículo formal, houve uma certa discordância de opiniões entre os (professores-alunos), pois 15 estiveram de acordo sem justificativas e 8 apontaram em parte.

Vistos e atendidos a todos os objetivos da pesquisa, observo diante das análises realizadas que o currículo praticado do PARFOR respeitou e buscou atender ao currículo formal do curso de Geografia. Ressalto que alguns aspectos relativos às parcerias deixaram a desejar em alguns momentos no que tange ao transporte pelas prefeituras, a própria estrutura física da UNEB campus II logo no início, as solicitações do MEC e paralisações que vieram a comprometer o tempo do curso. Logo, sendo um programa pioneiro, vale ressaltar a importância desta pesquisa no intuito de rever as questões apontadas como necessárias a mudanças para que seja aprimorado ainda mais o currículo da licenciatura aqui pesquisada, suscitando mais atividades de campo, um olhar sobre a carga horária das disciplinas e uma maior articulação entre teoria e prática.

Vale ressaltar também que a realidade de Alagoinhas corrobora em alguns aspectos junto aos estudos de Gatti (2013), quando esta aponta que evidenciam, também, problemas de gestão organizacional e financeira no que se refere ao bom andamento do programa nas IES e a necessidade de rever aspectos da organização curricular, notando-se ausência de um plano de estágio que explicita como os professores-estudantes iriam articular teorias e práticas.

Referências

Associação brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

CAPES. Manual de Orientações Acadêmicas convênios MEC/CAPES/UNEB. 2010.

CAPES. Manual de Execução Orçamentária e Financeira. MEC//UNEB/CAPES/FNDE. 2010.

DAMASCENO, M.; MERCADO, L. P.; ABREU, N. G. Formando professor pesquisador do ensino médio, Maceió: Editora: UFAL, 2007.

DOURADO, L. F.; Oliveira, J. F.; Santos, C. A. A qualidade da educação: conceitos. Série Documental: Textos para discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

FERNANDES, V. O contexto da formação de professores no Nordeste. Revista de Educação do Ideal. v. 8, n. 17 – Semestral, p. 8, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

GATTI, B. A. *Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses*. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 50, 2013.

JOSÉ FILHO, Pe. M; DALBÉRIO, O. *Desafios da pesquisa*. Franca: Unesp - FHDSS, p. 63-75, 2006.

SACRISTÁN, J. C. *O currículo uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre. Editora: Artmed, 2000.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. *Projeto Político Pedagógico de Geografia – PARFOR*, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. *Manual Orientações Acadêmicas Convênios MEC/CAPES/UNEB*, 2010.